

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E
FRONTEIRAS – MESTRADO E DOUTORADO

ELIZANDRA IOP

Relações de gênero de mulheres haitianas no oeste de Santa Catarina:
territorialidades ressignificadas

Foz do Iguaçu
2025

ELIZANDRA IOP

**Relações de gênero de mulheres haitianas no oeste de Santa Catarina:
territorialidades ressignificadas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação, Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras

ORIENTADOR: Marcos Aurelio Saquet

COORIENTADOR: Saul Uribe Taborda

**Foz do Iguaçu
2025**

**Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração
Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste**

Iop, Elizandra
Relações de gênero de mulheres haitianas no oeste de Santa
Catarina: territorialidades ressignificadas / Elizandra Iop;
orientador Marcos Aurelio Saquet; coorientador Saul Uribe
Taborda. -- Foz do Iguaçu, 2025.
183 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2025.

1. Relações de gênero. 2. Mulheres haitianas. 3. Espaços
migratórios. 4. Territorialidades, des-territorialidade e
re-territorialidade. I. Saquet, Marcos Aurelio , orient. II.
Taborda, Saul Uribe, coorient. III. Título.

IOP, Elizandra. **Relações de gênero de mulheres haitianas no Oeste de Santa Catarina:** territorialidades ressignificadas, 183f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Marcos Aurelio Saquet. Foz do Iguaçu, 2025. ELIZANDRA IOP.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvana Aparecida de Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
(Membro titular - Professora da UNIOESTE)

Prof. Dra. Edinusia Moreira Santos
Universidade Estadual Feira de Santana - UEFS
(Membro titular – Professora da UEFS)

Prof. Dra. Leia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina – UEL
Universidade Federal da Integração Latina Americana - UNILA
(Membro titular - Professora da UEL/UNILA)

Prof. Dr. Rosalvo Schütz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
(Membro titular – Professor da UNIOESTE)

Prof. Dr. Rosalvo Schütz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
(Membro titular – Professor da UNIOESTE)

Prof. Dr. Sergio Fajardo
Universidade Estadual do Centro Oeste – Campus Santa Cruz
(Suplente – Professor da UNICENTRO)

Samuel Klauck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
(Membro titular – Professor da UNIOESTE)

AGRADECIMENTOS

No decorrer dessa experiência acadêmica, me deparei com inúmeras situações, algumas delas com o tempo desaparecerão e outras que vale a pena registrar para conservar para jamais serem esquecidas e uma delas foi conhecer o universo das mulheres haitianas, o ser mulher haitiana. E é a elas meu primeiro agradecimento, pois sem elas essa pesquisa não teria tido êxito. Mulheres de coragem, de luta, de amor, de afeto, de uma energia intensa, de uma determinação e força impressionantes, para todo o sempre meu obrigada. Foram muitas as vezes que me peguei a pensar sobre elas e em todas as vezes não tinha como não me emocionar pelas histórias de vida, de lutas, de dores, de perdas e de conquistas dessas mulheres. Mas o mais impressionante, mediante a tantas angústias e dificuldades, a tantas situações de opressão em que muitas nem se percebem oprimidas, mas mesmo as que têm consciência disso, minha admiração e respeito pela força e coragem de continuarem e acima de tudo, da alegria de viver por estarem aqui para fazer a diferença na vida das pessoas que amam.

Agradeço a meu orientador professor Marcos Aurelio Saquet por seu conhecimento, profissionalismo e paciência para comigo que não sou da área da Geografia e que, muitas vezes demonstrei desconhecer conceitos e técnicas desta área. Meu obrigada por me apresentar um novo universo que até então conhecia pelo lado de fora. Sempre gostei, mas que não havia tido a oportunidade na vida adulta de me aprofundar, e orientada pelo professor Marcos tive a oportunidade de conhecer novos autores, novos conceitos e uma nova abordagem a qual me identifico, me enxergo e que responde muitas de minhas inquietações.

Em momentos de aflição um querido ex-professor, João Carlos Tedesco sempre tinha uma palavra que me fazia parar e olhar novamente para então continuar. No momento mais crítico durante a pesquisa, que foi quando perdi o campo de investigação, ele me disse, não se desespere, tenhas sensibilidade para olhar e enxergar, e assim as mulheres haitianas se apresentaram para mim se tornando sujeitas dessa pesquisa.

Ao meu filho Nikolas Iop que foi generoso comigo, quando eu dizia, Nikolas, agora eu preciso escrever, depois a gente conversa e depois a gente conversava.

A minha mãe Ires Iop, a quem mesmo sem ter clareza do que é uma pesquisa e uma tese, teve paciência, quando eu já não tinha.

Ao meu colega de Unoesc Valdir Skrzypczak, geografo, a quem inúmeras vezes recorri para ver se estava de fato escrevendo de acordo com os autores a quem me propus a utilizar.

Ao Francisco Amarillo meu colega de doutorado, a quem recorri muitas vezes, e de forma sempre gentil e generosa me auxiliava na compreensão dos conceitos da Geografia.

Agradeço a banca de qualificação, professoras Silvana Souza, Leila Aparecida Veiga e Edinusia Moreira Santos seus apontamentos na qualificação foram fundamentais para qualificar a pesquisa.

EPÍGRAFE

“O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino”

Friedrich Engels.

“A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento” Aníbal Quijano

“O patriarcado é uma ordem política, a ordem política mais arcaica, que se apresenta mascarada sob um discurso moral e religioso” Rita Segato.

“[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”
Aníbal Quijano.

IOP, Elizandra. **Relações de gênero de mulheres haitianas no Oeste de Santa Catarina:** territorialidades ressignificadas, 183f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociedade, cultura e Fronteiras, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

As mulheres haitianas na diáspora cultural carregam consigo uma bagagem cultural que as identificam socialmente e culturalmente em virtude das múltiplas territorialidades que compõe as relações de gênero na sociedade haitiana, no entanto, ao se inserirem na sociedade migratória com diferentes e semelhantes relações de poder daquelas da sociedade de origem, suas territorialidades imergem em outros territórios com outras territorialidades podendo ser des-territorializadas e re-territorializadas ou até mesmo conservadas. Nesse contexto a pesquisa buscou responder a seguinte indagação, quais os processos que (re)definem as relações de gênero de mulheres haitianas nos espaços de migração no oeste de Santa Catarina, em específico a cidade de Xanxerê? Para responder a essa indagação adotou-se a orientação teórica Decolonial amparada em autores latino-americanos para orientar o olhar da pesquisadora sobre o objeto de investigação que constitui-se nas relações de gênero de mulheres haitianas em espaços migratórios, considerado por essa teoria que o gênero feminino ao longo da colonização foi subalternizado e silenciado pela colonialidade do poder e pelo patriarcalismo de alta intensidade ocidental, resultando em relações de gênero oprimidas e marginalizadas. Tendo como método o Materialismo Histórico-dialético que abarca categorias de análise como, a contradição, dimensão histórica, a teoria e a totalidade. Foi realizada a pesquisa-participante que ocorreu mediante a interação com as sujeitas da pesquisa. Os instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada aplicada a uma amostra de treze mulheres haitianas na faixa etária dos 19 a 55 anos e a Representação social realizada por meio de oficina a três mulheres haitianas. Para a análise dos dados se utilizou de categorias de análise sociais, indicadores socioeconômicos e indicadores culturais. A pesquisa foi realizada na cidade de Xanxerê, município que compõe a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI situado no oeste do estado de Santa Catarina, um dos três estados que compõe a região sul do Brasil. Os resultados apontaram uma des-territorialização das relações de gênero quanto as funções sociais como, atividade produtiva, cuidados e educação dos filhos, participação nas atividades da igreja e participação política, e ainda segurança, cuidados com a saúde e estado civil e uma conservação das relações de gênero no campo da religião e educação. Portanto, constatou-se que as mulheres haitianas, ao circularem pelos espaços migratórios da cidade de Xanxerê, tiveram suas relações de gênero parcialmente conservadas, como também des-territorializadas e re-territorializadas, o que ressignificou o ser mulher haitiana e o fator de maior centralidade na des-territorialização e re-territorialização das relações de gênero foi o trabalho.

Palavras-chaves: Processos de territorialização, des-territorialização, re-territorialização e conservação; Relações de gênero de mulheres haitianas; Espaços migratórios.

IOP, Elizandra. **Relaciones de género de las mujeres haitianas en el oeste de Santa Catarina: territorialidades resignificadas**, 183f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociedade, cultura e Fronteiras, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMEN

Las mujeres haitianas en la diáspora cultural llevan consigo un bagaje cultural que las identifica social y culturalmente debido a las múltiples territorialidades que conforman las relaciones de género en la sociedad haitiana. Sin embargo, al ingresar a una sociedad migratoria con relaciones de poder diferentes y similares a las de su sociedad de origen, sus territorialidades se integran en otros territorios con otras territorialidades y pueden desterritorializarse, reterritorializarse o incluso preservarse. En este contexto, la investigación buscó responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los procesos que (re)definen las relaciones de género de las mujeres haitianas en los espacios migratorios del oeste de Santa Catarina, específicamente en la ciudad de Xanxerê? Para responder a esta pregunta, se adoptó la orientación teórica decolonial, sustentada por autores latinoamericanos, para guiar la perspectiva de la investigadora sobre el objeto de investigación que constituye las relaciones de género de las mujeres haitianas en los espacios migratorios. Esta teoría considera que el género femenino, a lo largo de la colonización, fue subordinado y silenciado por la colonialidad del poder y por el patriarcado occidental de alta intensidad, lo que resultó en relaciones de género oprimidas y marginadas. Se utilizó el Materialismo Histórico-dialéctico como método que abarca categorías de análisis como la contradicción, la dimensión histórica, la teoría y la totalidad. La investigación participativa se llevó a cabo mediante la interacción con las sujetas de investigación. Los instrumentos de investigación utilizados para la recopilación de datos fueron entrevistas semiestructuradas aplicadas a una muestra de trece mujeres haitianas de entre 19 y 55 años, y la Representación social se realizó mediante talleres con tres mujeres haitianas. Para el análisis de datos se utilizaron categorías de análisis social, indicadores socioeconómicos y culturales. La investigación se realizó en la ciudad de Xanxerê, municipio que forma parte de la Asociación de Municipios del Alto Irani – AMAI, ubicada en el oeste del estado de Santa Catarina, uno de los tres estados que conforman la región sur de Brasil. Los resultados indicaron una desterritorialización de las relaciones de género con respecto a funciones sociales como la actividad productiva, el cuidado y la educación de los hijos, la participación en actividades de la iglesia y la participación política, así como la seguridad, la atención médica y el estado civil, y una conservación de las relaciones de género en el campo de la religión y la educación. Por lo tanto, se encontró que las mujeres haitianas, al circular por los espacios migratorios de la ciudad de Xanxerê, tenían sus relaciones de género parcialmente preservadas, así como desterritorializadas y reterritorializadas, lo que redefinió ser una mujer haitiana y el factor de mayor centralidad en la desterritorialización y reterritorialización de las relaciones de género fue el trabajo.

Palabras clave: Procesos de territorialización, desterritorialización, reterritorialización y conservación; Relaciones de género de las mujeres haitianas; Espacios migratorios.

IOP, Elizandra. **Gender relations of haitian women in the west of Santa Catarina: re-signified territorialities**, 183f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociedade, cultura e Fronteiras, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

Haitian women in the cultural diaspora carry out a cultural legacy that identify them socially and culturally due to the multi-territoriality that make up the gender in Haitian society. However, as they become part of the migratory society with different and similar power relation from their own society, their territoriality immerse in other territories and may be de-territorialized or re-territorialized or even being conserved. In this context, this paper tries to answer the following question: *What processes define the gender relationship of Haitian women in the city of Xanxerê, west of Santa Catarina?* We have adopted the theoretical orientation Decolonial that is supported by Latin-american authors in order to guide the researcher about the object of the investigation – the gender relationship of Haitian women in migratory spaces. This theory considers that the female gender in the colonization was subordinated and silenced by the power and western patriarchalism, resulting in oppressed and marginalized gender relationship. The method is the Materialism Historic-dialectic that brings the categories such as contradiction, historical dimension, theory and totality. The research occurred through the interaction of the women and the instruments of this research to the data collection were the semi-structured interview applied to a sample of thirteen Haitian women aged 19 and 55 years old and the Social Representation through three Haitian women. The analysis of data used categories of social analysis, socio-economical and cultural indicators. The research was made in Xanxerê, a city that belongs to AMAI (Association of Cities) that lies in the west of the state of Santa Catarina. The results show a de-territoriality of the gender relationship in its social issues such as productive activity, children education, participation in the church and political activities and security, health and marital status as well as gender relationship conservation in religion and education. Therefore, we observed that Haitian women, when getting around in the city of Xanxere, had their gender relationship partially conserved as well as de-territoriality and re-territoriality, which resignifies the Haitian women and the factor of more centrality in the de-territoriality and re-territoriality in the gender relationship is the work itself.

Key Words: Territoriality processes, de-territoriality, re-territoriality and conservation; Gender relationship of Haitian women; Migratory spaces

LISTAS DE DESENHOS

Desenho 01: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado no Brasil.

Desenho 02: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado no Brasil.

Desenho 03: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado no Brasil.

Desenho 04: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.

Desenho 05: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.

Desenho 06: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População haitiana em Xanxerê em 2024.

Gráfico 02: População haitiana em Santa Catarina em 2024.

Gráfico 03: População haitiana no Brasil em 2024.

LISTAS DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 01: Categorias sociais de análise.

Infográfico 02: Indicadores socioeconômicos.

Infográfico 03. Indicadores culturais.

Infográfico 04: Territorialidade civil das mulheres haitianas.

Infográfico 05: Territorialidade materna das mulheres haitianas.

Infográfico 06: Ocupação profissional no Haiti das mulheres haitianas.

Infográfico 09: Pensamento dos homens sobre ocupação das mulheres no Haiti.

Infográfico 10: Ocupação das mulheres haitianas empregadas no Brasil.

Infográfico 12: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado no Brasil.

Infográfico 11: Cuidados com educação dos filhos no Brasil.

Infográfico 12: Percepção das mulheres haitianas sobre os maridos cuidarem dos filhos no Brasil.

Infográfico 17: Retorno das mulheres haitianas ao Haiti.

LISTAS DE MAPAS

Mapa 01: Político-Administrativo do Haiti.

Mapa 02: Estado de Santa Catarina.

Mapa 03: Cidade de Xanxerê.

Mapa 04: Região de Xanxerê – SC.

Mapa 05: Cidades de origem das mulheres haitianas.

LISTA DE SIGLAS

AMAI	Associação dos Municípios do Alto Irani
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPC	Econômico, Político e Cultural
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MCP	Matriz Colonial de Poder
SUS	Sistema Único de Saúde
TDR	Territorialização, Des-territorialização, Re-territorialização

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01: Caracterização da amostra das mulheres haitianas.
- Quadro 02: Motivos relatados pelas mulheres haitianas sobre a vinda ao Brasil.
- Quadro 03: Decisão para migrar para o Brasil.
- Quadro 04: Religião praticada no Haiti e no Brasil pelas mulheres haitianas.
- Quadro 05: Atividades realizadas no Haiti pelas mulheres haitianas.
- Quadro 06: Atividades religiosas que as mulheres haitianas continuam a realizar no Brasil.
- Quadro 07: Territorialidade educacional das mulheres haitianas.
- Quadro 08: Interesse em estudar das mulheres haitianas.
- Quadro 09: Tipo de atividade que homens e mulheres realizam no Haiti
- Quadro 10: Sentimento em relação ao trabalho das mulheres haitianas.
- Quadro 11: Relações de trabalho no ambiente produtivo em Xanxerê.
- Quadro 12: Cuidados com os filhos no Haiti
- Quadro 13: Participação das mulheres haitianas na política no Haiti.
- Quadro 14: Participação das mulheres haitianas na política no Brasil.
- Quadro 15: Percepção da mulher haitianas sobre ser mulher no Haiti.
- Quadro 16: Percepção da mulher haitianas sobre ser mulher no Brasil.
- Quadro 17: Dificuldade em ser mulher no Haiti.
- Quadro 18: Dificuldades de ser mulher haitiana no Brasil.
- Quadro 19: Cuidados da mulher haitiana com a saúde no Haiti.
- Quadro 20: Cuidados da mulher haitiana com a saúde no Brasil.
- Quadro 21: Percepção das mulheres haitianas sobre a segurança no Haiti.
- Quadro 22: Percepção das mulheres haitianas sobre a segurança no Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	39
3 DA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: UM PROCESSO DIALÉTICO.....	53
3.1 Aspectos conceituais de território no pensamento de Claude Raffestin	53
3.2 Relações de poder e território	61
3.3 Territorialidade humana.....	66
4 COLONIZAÇÃO EUROCÊNTRICA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: TERRITORIALIZAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DO “OUTRO” DO PATRIARCADO.....	75
4.1 A expansão europeia e a colonização do “<i>Outro</i>”	75
4.2 A colonialidade do poder e o patriarcalismo no sistema mundo moderno e capitalista	83
4.2.1 A centralidade do patriarcado nas relações com seus “Outros” em destaque para com as mulheres.....	92
4.3 A América Latina na modernidade capitalista	103
5 ENTRE O HAITI E O BRASIL: A REPRODUÇÃO DO PATRIARCADO.....	112
5.1 Territorialidade das relações de gênero das mulheres haitianas constituídas na sociedade de origem e inseridas no processo de diáspora em espaços migratórios na cidade de Xanxerê - Santa Catarina.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRURADAS.....	181

1 INTRODUÇÃO

As relações sociais perpetradas ao longo das sociedades humanas com a presença da propriedade privada e da estrutura de poder patriarcal configuram relações desiguais entre os gêneros masculino e feminino e, claro, com severas implicações territoriais. Tais relações são produzidas em vários espaços sejam eles privados ou públicos, legitimados e incorporados por diferentes estruturas sociais, culturais, jurídicas, econômicas, políticas e religiosas nas quais, as relações de gênero são hierarquizadas, colocando-se o homem em posição central e superior à posição da mulher, o que estabelece uma condição de subalternidade às mulheres em sociedades estratificadas e com a presença da propriedade privada e do Estado (Engels, 2000a).

Mediante esse contexto, abre-se espaço à exploração no ambiente produtivo e à violência em espaços domésticos e públicos, no entanto, a presença do patriarcado na estrutura de poder do Estado e de suas instituições e da religião cristã estabelecem relações sociais de gênero em que a mulher está subjugada ao poderio masculino em todos os espaços sociais em que haja a presença masculina. No entanto, como produto desta sociedade, condicionada às relações sociais de poder nela produzidas, as mulheres podem reproduzir relações em que subjugam, exploram, marginalizam a si próprias.

Na sociedade contemporânea ainda há hierarquização entre os gêneros feminino e masculino, na atualidade, acrescenta-se entre os gêneros a condição de raça, classe e nacionalidade pelos agentes da colonialidade para a inferiorização daqueles considerados inferiores, subalternos, porém, necessários aos colonizadores, para o projeto de dominação e exploração dos territórios colonizados (Quijano, 2005a). A racialização, como afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano, foi uma criação do ocidente europeu, para legitimar a escravização dos povos africanos e com isso garantir êxito no projeto moderno de sociedade. Nesse sentido, a presença da mulher, preta, pobre e imigrante se apresenta mais vulnerável em sociedades que passam a se constituírem como tal a partir do processo migratório e colonizatório, mesmo naqueles espaços migratórios que foram produzidos tardiamente na colonização brasileira.

Nesse projeto moderno de sociedade o processo migratório correlato à história humana, com o advento da civilização moderna, a migração adquiriu novos enredos, como a migração forçada de povos africanos para outros continentes para servirem de mão-de-obra escravizada entre os sécs. XVI e XIX, para produzir a existência da população branca

realizando tanto o trabalho agrícola como o doméstico; o processo de industrialização iniciado no séc. XVIII estimulando o êxodo rural europeu e, conseqüentemente, a urbanização de países como o Brasil; nos sécs. XX e XXI devido às guerras, grandes contingentes populacionais muitos abandonam seus países.

Durante os sécs. XIX e XX, o governo brasileiro incentivou a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e os motivos que levaram as populações europeias a migrarem para a América Latina, em destaque aqui ao Brasil, resumidamente, dividem-se em dois: da parte do governo brasileiro foi a *atração* e da parte dos governos europeus em especial destaque ao governo italiano, já que a população italiana foi a mais numerosa no Brasil, foi a *expulsão*. Tratar-se-á desses dois elementos de forma separada (Constantino, 1991).

Quanto ao primeiro, os motivos de *atração* divulgados pela política de migração adotada pelo governo imperial brasileiro e, posteriormente, republicano descreviam o território brasileiro como um novo mundo, a terra das oportunidades, terra boa e em abundância para a produção de alimentos, isso porque boa parte da população europeia que migrou ao Brasil era constituída de uma população camponesa com poucos recursos financeiros e com o sonho de uma vida melhor da que tinha na Europa. Portanto, o Brasil seria a terra das oportunidades para o desenvolvimento e progresso daquela população.

No entanto, ainda nas primeiras décadas do século XIX, o governo brasileiro havia criado uma política de ocupação de terras públicas através de concessão de lotes de terras com a finalidade de promover o desenvolvimento de determinadas regiões com a formação de comunidades rurais e produção agrícola. Mediante a esse incentivo chegou ao Brasil a primeira leva de imigrantes alemães que ocuparam terras no Rio Grande do Sul, dando origem à Colônia de São Leopoldo. Porém, foi a partir de 1870 que o governo brasileiro elaborou uma política pública de imigração, buscando atrair famílias europeias e de preferência italianas, já que com a recém criação do Estado alemão, o governo daquele país proibiu a migração da sua população. A essas famílias foram destinadas terras no sul do Brasil com a finalidade da produção agrícola de alimentos (Franzina, 2006; Gonçalves, 2012; Vendrame, 2016). Já no estado de São Paulo o objetivo foi de desenvolver a economia cafeeira e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro para servirem de mão-de-obra (Truzzi, 2015).

Na política pública de migração europeia elaborada pelo governo brasileiro no início do século XX tinha um elemento central que definiu a escolha daquela população, que foi o fator cor da pele. A elite brasileira acreditava que, com a vinda de pessoas

brancas, ocorreria a miscigenação da população, o que levaria ao branqueamento da sociedade brasileira e com isso a cor preta presente na pele da sociedade, com o passar das gerações, tenderia a clarear (Schwarcz, 1995).

Nesse ponto, fica evidente o traço racial dessa política, associado a outro que foi o aspecto moral, ao se acreditar que, moralmente, a população branca europeia era uma população honesta, trabalhadora, em uma escala hierárquica superior a população brasileira, sem vícios e capaz de impulsionar o progresso dessa sociedade (Azevedo, 1987). Essa crença expressava a inferiorização das pessoas de pele preta em relação aos de pele branca, segregando-os socialmente e economicamente, fortalecendo o preconceito racial e de classe presentes ainda hoje nas relações sociais brasileiras no que tange os pretos, pardos e indígenas. Essa ideia ganhou força entre a elite brasileira, pois acreditavam que os pretos, pardos e indígenas impediam o desenvolvimento do país como civilização, portanto, era crucial que o governo brasileiro incentivasse a miscigenação para que ocorresse o branqueamento da população brasileira. Essa política considerada de limpeza étnica, desde seu início, revelou-se racista, discriminatória e preconceituosa e, infelizmente, continua presente nas relações sociais ainda hoje, vitimando pessoas de pele preta, parda e indígena, como se a cor da pele tivesse o poder de formar caráter e decência nas pessoas

O segundo motivo que impulsionou a vida de imigrantes italianos ao Brasil foi a *expulsão*. É necessário compreender os motivos internos que fizeram a população italiana migrar para a América com destaque para o Brasil, pois na época “A Itália estava entre os países mais pobres e populosos da Europa, com enorme oferta de mão de obra diante do escasso mercado de trabalho” (Constantino, 1991, p.54). Considerando que boa parte da população era composta de camponeses humildes e com poucos recursos financeiros. Sendo assim, a Itália era um dos países mais propensos a incentivar sua população a migrar, em virtude das condições sociais, econômicas e políticas da sua população, em virtude de no século XIX ser um dos países mais pobres e populosos da Europa (Hunter, 1987).

Assim, um contingente populacional italiano tomou conhecimento das terras brasileiras via propagandas que circulavam no território italiano e por meio delas viram a possibilidade de melhores condições de vida e trabalho, além de serem seduzidos por falsas promessas de diversos tipos. Com a unificação tardia da Itália, em 1871, o governo italiano inicia o processo de industrialização, no entanto, esta ocorreria no centro do país o que fez

com que a população do norte ficasse de fora do processo de desenvolvimento, ficando excluída da política desenvolvimentista do governo italiano. Uma parte da população italiana composta de camponeses meeiros se encontrava excluídos da política de desenvolvimento do governo italiano, o que originou um contingente populacional de trabalhadores rurais despossuídos de terra o que dificultava a produção de sua existência. À essa parte da população o governo italiano estimulou a emigração a outros países (Vannini, 2016).

Portanto, mediante os fatores expostos, fez com que o governo italiano, em acordo com o governo brasileiro, enviasse ao Brasil parte de sua população, aqueles que estavam insatisfeitos com a falta de condições dignas de vida. Dessa forma os dois governos por meio da migração resolvem partes de seus problemas: o italiano diminui a população italiana e o brasileiro acreditando na limpeza étnica, na formação moral da população brasileira que seria feita pela miscigenação e pelo desenvolvimento do país, já que migrariam para cá “pessoas trabalhadoras e honestas”.

Já no final do séc. XX o Brasil passou a receber populações de países vizinhos como bolivianos, colombianos, venezuelanos, argentinos e paraguaios¹ e de outros países mais distantes, entre eles o Haiti. O Haiti tem um histórico bastante significativo em relação ao processo de mobilidade iniciado ainda no início do século XX perpassando todo esse século até os dias atuais e pode ser caracterizado em quatro fluxos migratórios. O primeiro constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam o Haiti (1915-1934), nesse fluxo calcula-se que entre 30.000 a 40.000² haitianos tenham migrado para a ilha de Cuba; o segundo ocorre quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano no plano cultural durante o Governo Élie Lescot (1941-1946); o terceiro iniciou-se na primeira metade da década de 1990, no contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. E o último, iniciado a partir de 2010 mediante a crise civil e política instalada no país em que gerou insegurança pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico. Inseguranças essas geradas em decorrência do quadro empobrecido e

¹ UOL. Migração no Brasil. Disponível em: [https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm#:~:text=A%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20atual%20no%20Brasil,nacionalidades\)%2C%20chineses%2C%20haitianos%20e](https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm#:~:text=A%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20atual%20no%20Brasil,nacionalidades)%2C%20chineses%2C%20haitianos%20e) Acesso em 20 de set. 2024.

² WOODING, Bridget; MOSELEY-WILLIAMS, Richard. **Nécessaires mais indésirables**: les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009.

precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto em 2010. Alguns territórios como a República Dominicana, Estados Unidos, França e algumas ilhas caribenhas como Bahamas, Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa tiveram uma significativa importância nas diferentes fases da migração haitiana ao longo do século XX, pois serviram como espaços para a migração haitiana (Joseph, 2017).

Antes de abordar-se o quarto fluxo migratório se faz necessário realizar uma pequena comparação entre a migração europeia, já comentada anteriormente, e a migração haitiana. Enquanto a migração europeia veio pelo incentivo do governo brasileiro, pois se entendia que o europeu possibilitaria o crescimento da economia brasileira, incentivando o processo civilizatório e o trabalho assalariado (de pessoas desejosas de prosperar economicamente), não se mediriam esforços. Além disto, os europeus ainda eram vistos como sujeitos moralizadores e simbolicamente serviriam como referência para um comportamento ético e moral, que seria disseminado entre a população nacional. Sem contar a política racista de branqueamento que sustentava a política pública de migração europeia criada pelo governo brasileiro para clarear a pele da sociedade brasileira, desejo da elite local (Azevedo, 1987). Portanto, a vinda da população europeia branca ao Brasil não sofreu resistência por parte dos brasileiros, não foram discriminados enquanto oportunistas, que estariam se apropriando de terras e do espaço de trabalho do cidadão brasileiro.

Ao contrário da população haitiana que migrou para o Brasil no séc. XXI, pois, em função de sua cor e da classe social, enfrentam hostilidades por parte da elite brasileira e de uma parte considerável dos cidadãos brasileiros que se utilizam de um discurso que legitima o ódio, expressando o preconceito, a xenofobia e o racismo. É comum no cotidiano se deparar com falas de que a população haitiana tira o trabalho do povo brasileiro, sendo que são inseridos em espaços produtivos, na maioria das vezes, precarizados e pouco remunerados. Postos de trabalho que, com o passar do tempo, os adoece, como é o caso do trabalho nas agroindústrias. Em outros casos, o tratamento destinado ao haitiano é diferente do destinado ao brasileiro, sem contar que muitas vezes o salário é inferior ao do cidadão brasileiro. Situação essa em que se permite refletir que essa mobilidade internacional de uma população pobre à países desenvolvidos ou periféricos na agenda do capital serve como alimento, ou seja, promove o fortalecimento do mercado global de produção considerando que o valor da mão-de-obra feminina é inferior a masculina; fato agravado porque, no fluxo migratório haitiano pesquisado, o contingente

populacional feminino é bastante expressivo. Outro fator, a questão racial e econômica, ou seja, pessoas de pele preta e pobre tendem a serem inseridas em postos de trabalho mais precarizados e com menor remuneração. Ao mesmo tempo, como o trabalho produtivo realizado é tecnificado, mesmo em casos da mão-de-obra não ser qualificada, não se causará prejuízos à empresa. Contexto esse que fortalece a desigualdade social e a marginalidade e que expressa o sentimento que boa parte dos cidadãos brasileiros conservam em relação às pessoas pretas e pobres.

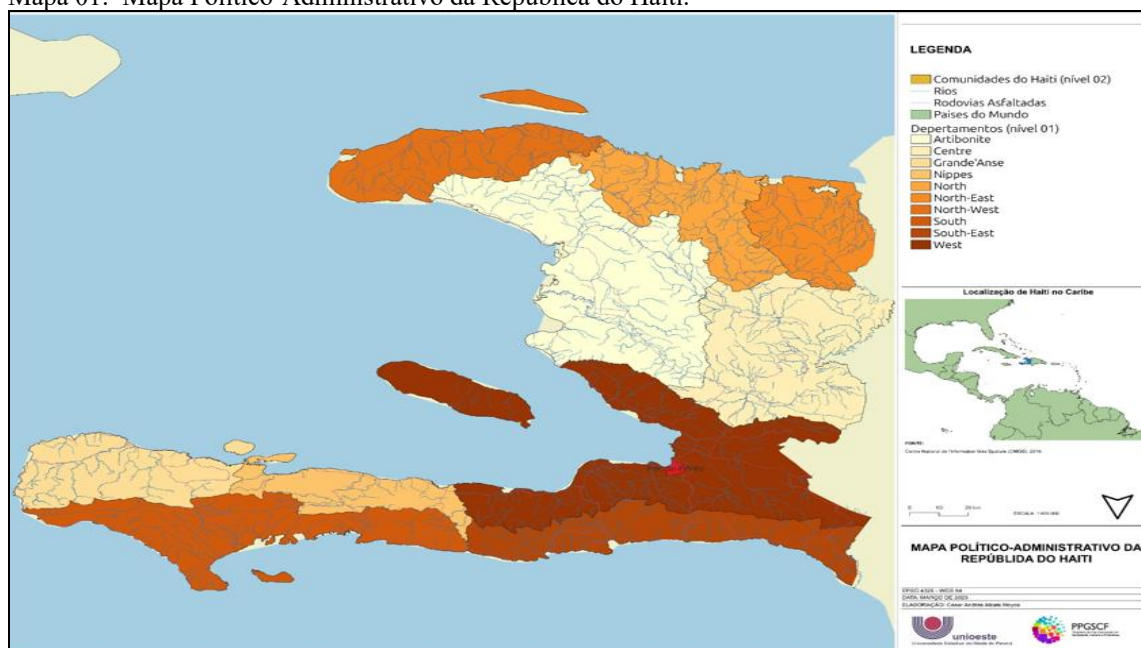
No tocante ao último fluxo migratório e como já mencionado, devido à guerra civil naquele país e uma severa crise econômica, parte da população haitiana vê no Brasil e em países como os Estados Unidos e França possibilidades de melhores condições de trabalho e de vida. No entanto, as restrições impostas por ambos os países à entrada de haitianos em seus territórios, leva-os a se deslocarem ao Brasil e ao Chile, o que faz com que o Brasil entre na rota da migração haitiana no séc. XXI (Fernandes *et al.*, 2011; Patarra, 2012). Outro fator da mobilização haitiana foi o abalo sísmico ocorrido em fevereiro de 2010, vitimando mais de duzentas mil pessoas. Portanto, o terremoto associado ao agravamento da crise econômica e a instabilidade política vivida pelo Haiti há vários anos leva a intensificação do processo migratório. Do Haiti partiram grandes contingentes populacionais para vários países do mundo, alguns próximos a ele como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, República Dominicana e países mais distantes no continente Europeu (Tedesco, 2022; Handerson, 2015).

Nesta onda migratória do Haiti para países vizinhos, o Brasil passou a receber a população haitiana. Desde então, iniciou-se um processo de diáspora em busca pela vivência, primeiramente, emigraram os homens, saindo do seu país e adentrando em outros países na condição de imigrantes, caracterizando o primeiro momento da migração até meados de 2013. Ressalta-se que, em virtude do terremoto naquele país, o Estado brasileiro considera que a migração da população haitiana não se caracteriza como migração de refugiados e sim uma migração de crise, conceito criado pelo geógrafo francês Gildas Simon. Assim, os imigrantes haitianos e haitianas no Brasil não são considerados refugiados pelo Estado brasileiro (Baeninger; Peres, 2017). Considera-se que a política migratória criada pelo Estado brasileiro é uma política de acolhimento ao imigrante haitiano e haitiana, uma vez que concede a essa população o visto humanitário e a carteira de trabalho.

Sendo o Brasil, no século XXI, destino certo para imigrantes haitianas e haitianos e tendo o Brasil reconhecido que a migração haitiana se caracteriza enquanto uma migração de crise, o Estado brasileiro elabora resoluções normativas de documentar imigrantes haitianos com visto humanitário e carteira de trabalho para que possam entrarem, permanecerem e circularem pelo território brasileiro de forma regularizada (Baeninger; Peres, 2017).

Já no segundo momento da onda migratória do Haiti para o Brasil, as mulheres passam a migrar, dentre elas estão mulheres casadas com filhos, mulheres solteiras e mulheres gestantes (Tedesco, 2022). O Haiti é um dos países latino-americanos, localizado na América Central, com fronteira ao leste com a República Dominicana e ao oeste com o Mar do Caribe, ver (Mapa 01). E considerado um dos países mais empobrecidos do mundo e de longa história de instabilidade política.

Mapa 01: Mapa Político-Administrativo da República do Haiti.



Fonte: Alzate-Hoyos (2025).

Igualmente aos demais países latino-americanos, o Haiti esteve sob o processo de dominação europeia espanhola até o final do séc. XVI. Na época, sua população era formada por povos originários – indígenas da etnia Arauaques, sendo praticamente dizimados pela colonização espanhola durante o processo de exploração aurífera. Já no séc. XVII, por meio de um acordo entre a Espanha e a França, a parte ocidental da ilha foi transferida para o domínio dos franceses passando a se chamar Saint Domingues. Os

franceses instituíram nela o modelo de *plantation*³, com a produção da cana-de-açúcar e mão-de-obra escravizada oriunda de países da África. Deste processo de colonização europeia de base escravocrata e eurocêntrica se forma uma sociedade pautada na desigualdade, na violência, opressão e subalternização, de um lado, uma elite branca escravocrata e, do outro, uma população livre, formada de mestiços, pobres, escravizados e um grande contingente populacional de pretos escravizados (Andrade, 2019).

Durante o séc. XVIII, a população haitiana mais pobre, livre e escravizada toma conhecimento dos ideais da Revolução Francesa, de 1789, que passou a influenciar os movimentos pela independência da ilha e pela libertação dos escravizados, resultando no final do séc. XVIII, no ano de 1791, na independência daquele território e, no início do séc. XIX, mais precisamente em 1804 no fim do regime escravocrata. O período de intensas revoltas que teve por objetivo a liberdade, dignidade e igualdade, ficou conhecido por Revolução Haitiana de caráter social, político e econômico, liderada por um ex-escravizado descendente de africanos. A Revolução Haitiana marcou a ruptura com a domínio econômico e político francês e o fim do regime escravocrata, porém manteve os valores eurocêntricos implantados durante a colonização e reproduzidos ainda hoje pelas relações sociais de poder perpetradas tanto em seus espaços públicos como privados. Com a independência da colônia francesa, a ilha passou a ser chamada de Haiti e a ser reconhecida por ter sido a primeira colônia europeia a se levantar e lutar pelo fim de um regime autoritário, de opressão e violência (Andrade, 2019).

Com a Independência do Haiti, o grupo vitorioso conservou o mesmo paradigma da manutenção e privilégios vigentes enquanto o Haiti foi colônia primeiramente da Espanha e em seguida da França em detrimento da implementação de um projeto de sociedade justa e equitativa para todos. Mediante a isso, o grupo que assumiu o poder ocupou o espaço da antiga classe colonial que estava no poder que foi a de senhores de privilégios, os quais só poderiam ser mantidos mediante a reprodução do sistema de *plantation* e com a racialização das relações de trabalho.

Desta forma, a sociedade do Haiti, manteve antigas relações de poder que subalternizavam e marginalizavam uma significativa parte da sociedade haitiana (Casimir, 2009). Enquanto colônia da França ou da Espanha, ambos os Estados detinham domínio

³ Sistema agrícola baseado na monocultura, latifúndios e mão de obra escravizada. Foi implantado pelos colonizadores europeus principalmente no cultivo de gêneros tropicais.

sobre todo o território haitiano, seus recursos fossem eles naturais como humanos estavam sob o monopólio das colônias europeias. Assim, o grupo de mestiços que assume o poder após a Independência, conservará esse mesmo domínio, incluindo nele os corpos e subjetividades das mulheres haitianas, o que implicará em uma subordinação nas relações de gênero entre homens e mulheres, já que a manutenção das relações de poder próprias da colônia europeia tinha em sua estrutura política o “patriarcado de Alta Intensidade ocidental”, que veremos mais à frente nesse trabalho.

O processo colonial, primeiramente, espanhol e em seguida, francês introduziu em território haitiano uma visão de mundo eurocêntrica, instituindo formas de organização social, política, cultural e religiosa, orientando relações sociais pelas quais o poder foi sendo exercido. Dentro dessas relações sociais, destacam-se as de gênero que foram configuradas tendo como base uma estrutura patriarcal de poder que coloca as mulheres haitianas em uma condição de opressão, marginalidade e violência e sob o domínio masculino. A opressão feminina é uma prática histórica no Haiti, sendo que as mulheres só foram reconhecidas enquanto iguais perante a lei, na constituição de 1986 (Rosa, 2007). Inclusive o crime de feminicídio não é reconhecido pelas leis haitianas o que deixa a mulher em condição de profundo desamparo por parte do Estado.

A organização familiar haitiana demanda de um arranjo diferente da família tradicional apesar da sua base social ser da família tradicional, no entanto, ela abrange um contingente de parentes, “[...] a ‘família’ haitiana inclui uma gama de parentes, diretos e colaterais, de ambos os lados dos pais. A família imediata é assim parte de um grande grupo ao qual está em muitas instâncias subordinado” (Dalmaso, 2019, p. 75). Sua estrutura se diferencia da existente no Brasil onde se considera como família apenas o grupo com quem mais se relaciona. A família haitiana apresenta certa hierarquia, em que os homens têm preferência, por exemplo, na alimentação, quando essa for escassa, só depois a mulher, os filhos homens e por último as filhas mulheres podem se alimentar (Neves, 2011 *apud* Araújo, 2015). Essa estrutura conserva o que já foi mencionado anteriormente, que é o poder exercido pelos homens ao gerirem as relações sociais.

As mulheres haitianas ocupam certa centralidade nas atividades voltadas ao preparo do alimento para as refeições, sendo elas as principais, “[...] responsáveis pelo preparo das refeições nas casas e, nesse ato de alimentar aqueles que vivem junto e que ali ‘têm um prato de comida’ garantido, acabam se transformando em agentes fundamentais do processo [...] que aproxima as pessoas” (Dalmaso, 2019, p. 77). A refeição é um dos

aspectos culturais, na sociedade haitiana, que age de forma a manter os membros da família próximos. Desta forma, a família, o fazer comércio e o preparo dos alimentos, podem ser considerados como espaços territorializados por relações afetivas e que, pelas quais, perpassam, de forma sutil, as relações de poder estruturadas em uma sociedade patriarcal.

Enfim, o processo migratório no Haiti é algo que faz parte do cotidiano da população já há muito tempo, no entanto, “[...] é o masculino que cultiva inúmeros hábitos e valores que os tornam mais aptos à migração e às escolhas das rotas migratórias, enquanto as mulheres exercem um protagonismo sem igual no país, vertendo-se no principal sustentáculo da economia informal do país” (Rosa, 2007).

A educação escolarizada é um forte elemento contributivo para a migração masculina haitiana, pois facilita os novos processos de sociabilidades que se darão com o processo migratório: enquanto as mulheres sem acesso à escola ou com menos anos de escolaridade do que os homens, ficam em uma situação de desvantagem, a estrutura de poder permanece e coloca a mulher em condição de marginalização. No entanto, a função de ser protagonista na economia informal do país lhe confere responsabilidade de manter o bem-estar da família, principalmente em caso de ausência do homem. Ainda de acordo com a autora, o não acesso à educação formal e, portanto, o não domínio da língua funcional - o francês nos espaços públicos do Haiti, que é aprendido no sistema escolar do Haiti, afeta diretamente as mulheres que falam somente o *kreyól* formando um grupo de maior vulnerabilidade social (Rosa, 2007).

Ao migrarem para outros países as mulheres transitam em territórios diferentes, constituindo outras redes de sociabilidades, onde novas relações sociais, políticas, culturais, jurídicas e econômicas serão legitimadas por relações sociais de poder, relações essas, que passarão a permear e perpetrar as novas redes e territorialidades. Portanto, ao se inserirem na sociedade autóctone, as mulheres haitianas carregam consigo uma bagagem cultural formada em território haitiano que orienta e define as relações de gênero, papéis e funções enquanto mulher. E é em meios a essas relações de poder que a mulher haitiana vai sendo constituída cultural e politicamente. No entanto, o processo migratório a afasta da territorialização no Haiti e a insere em ambientes culturalmente diferentes em muitos aspectos, porém semelhantes em outros.

Assim, cabe evidenciar que o oeste do estado de Santa Catarina é um dos territórios de destino dos imigrantes haitianos desde a primeira onda migratória, iniciada após o

desastre sísmico de 2010. O território do oeste catarinense foi ocupado por gaúchos descendentes, em sua maioria, de italianos e alemães e alguns poucos poloneses, mas todos carregam em seus costumes e tradições elementos destas culturas e apresentam uma forte influência da religião católica. No entanto, nas últimas décadas, vem se percebendo a presença crescente de religiões pentecostais, também de raiz cristã.

Outro grupo que forma o território oestino tem origem nas etnias indígenas Kaingang e Guarani, porém ambas vivem aldeadas com baixa participação no espaço urbano dos municípios que compõem esse território. Quanto à economia desta região, está baseada na agricultura, na pecuária, com forte presença da agroindústria, indústria de metal mecânico e moveleira, comércio e prestação de serviços. E é neste contexto econômico e cultural que os imigrantes haitianos estão sendo inseridos. Muitos deles possuem mão-de-obra qualificada, pois possuem formação escolar tanto a nível de Ensino Médio técnico como Ensino Superior, já outros não possuem mão-de-obra qualificada e ocupam principalmente os postos de trabalho nas agroindústrias ou indústrias da região, essa por sua vez, os insere no mercado produtivo, tendo a certeza de sua produtividade. Pode-se dizer que a necessidade por renda é tanta que as más condições de trabalho até são percebidas e sentidas, mas são negligenciadas por essa população imigrante.

Santa Catarina, é um dos três estados que compõem região sul do Brasil estando localizado entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, visto no (Mapa 02).

Mapa 02: Estado de Santa Catarina.



Fonte: a pesquisadora (2025).

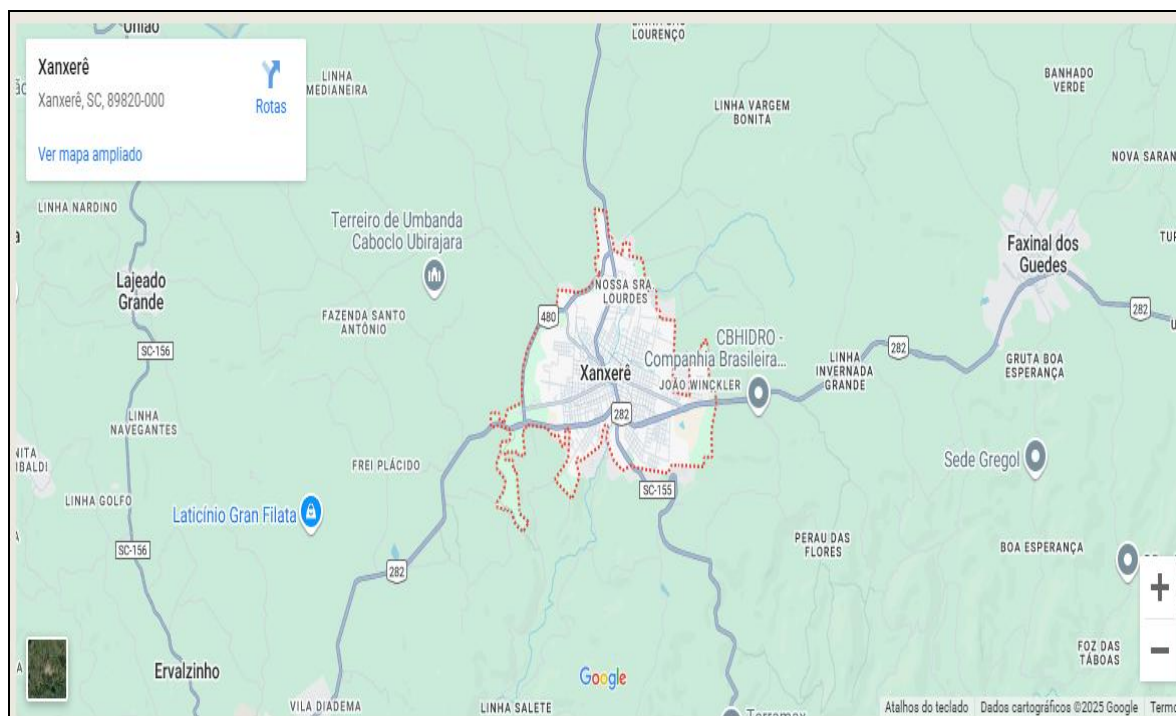
Xanxerê é um dos 295 municípios do estado catarinense, estando localizada no oeste do Oeste de Santa Catarina a 508 km da capital catarinense Florianópolis que está situada no litoral norte do estado, a 530 km da capital gaúcha, Porto Alegre e a 430 km da capital paranaense, Curitiba. Possui uma área territorial de 378,54 Km², conta com uma área urbana de 13km² e uma malha viária urbana: 141,5km. Localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Uruguai e seus principais rios são, Rio Chapecozinho, Rio Irani, Rio Ditinho e Rio Xanxerê, os dois últimos possuem seu curso dentro da cidade de onde provém a água que a abastece.

Seus limites são ao norte com os municípios de Ipuanga e Bom Jesus, ao sul com os municípios de Xavantina e Arvoredo, ao leste com o município de Faxinal dos Guedes, e, ao oeste com os municípios de Xaxim e Lajeado Grande. Sua Altitude é de 800m do nível do mar, Latitude de 26°52'37" e Longitude de 52°24'15". Possui um clima mesotérmico úmido com verões quentes e invernos frios, sendo a sua temperatura média anual de 18,7° C.

O município encontra-se dentro da Serra Geral, pertencente ao grupo geológico denominado São Bento, constituído basicamente por rochas vulcânicas e vulcanismos basálticos, possui relevo forte ondulado com terra roxa estruturada e faz parte do bioma da Mata Atlântica (Xanxerê, 2022). É caracterizado enquanto um município de médio porte

com uma população de cerca de 51.607 habitantes, segundo o IBGE (2022), como pode ser visto no (Mapa 03).

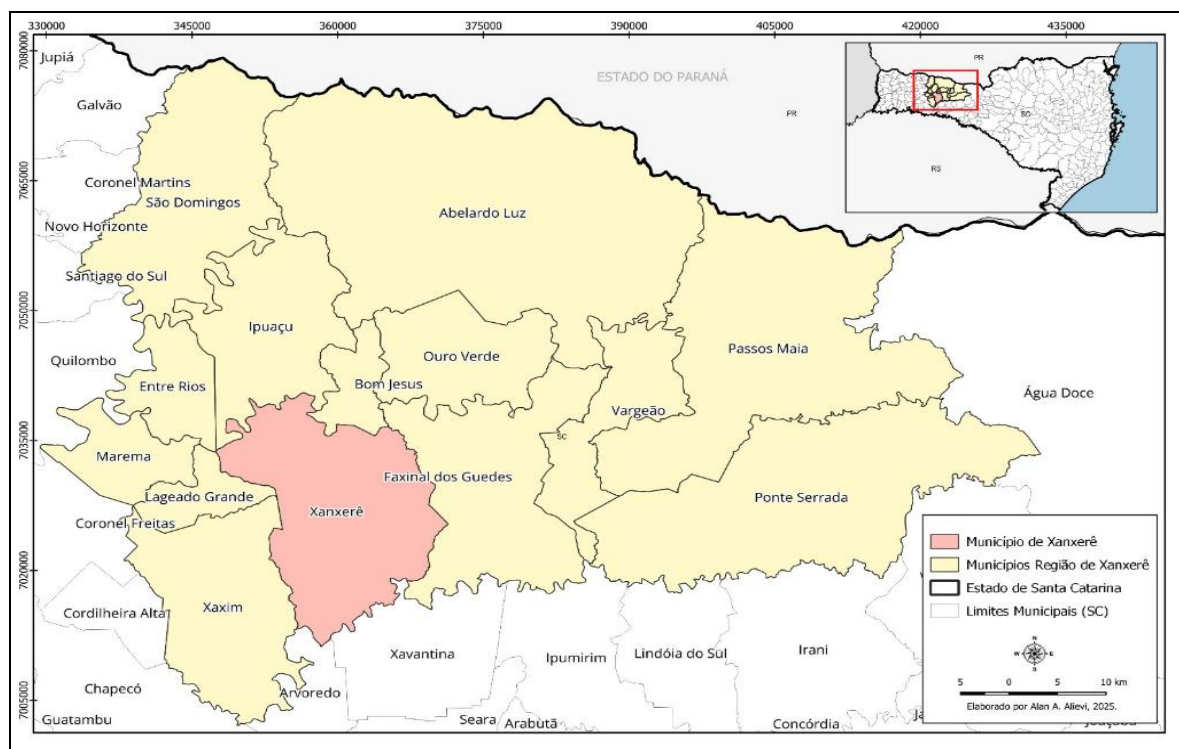
Mapa 03: Mapa de Xanxerê



Fonte: Mapa. Com.br (2023).

A área territorial do município é de 377,426 km², o que coloca o município na posição 76 de 295 entre os municípios do estado e 2.963 de 5.570 entre todos os municípios do Brasil. O Produto Interno Bruto – PIB do município é de 51.194.26 e a renda mensal de trabalhadores formais está entre 2 a 4 salários mínimos. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,775 (IBGE, 2022). O município faz parte da mesorregião oeste Catarinense e da microrregião AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani composta por 14 municípios visto no (Mapa 04).

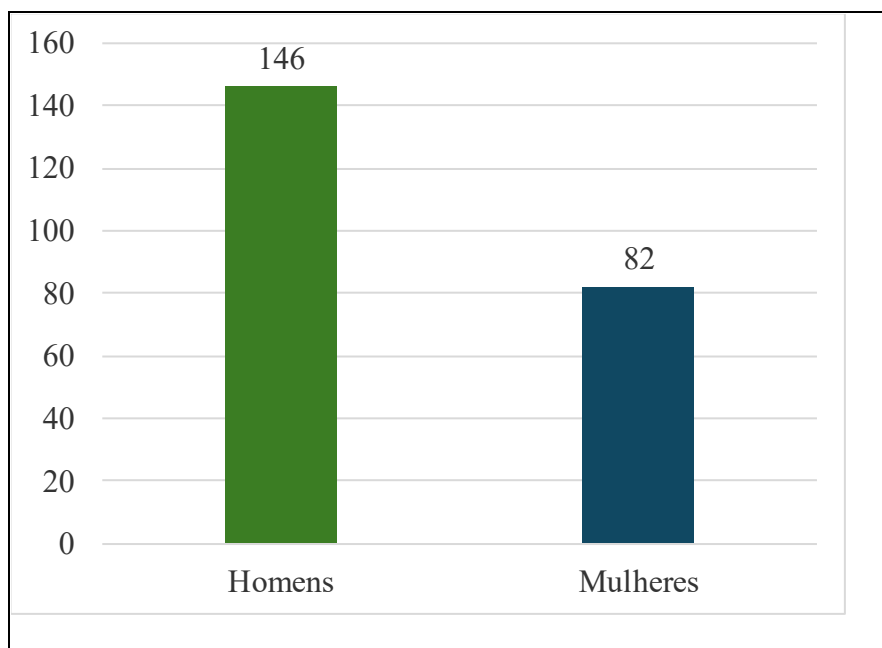
Mapa 04: Região de Xanxerê – SC



Fonte: a pesquisadora (2025).

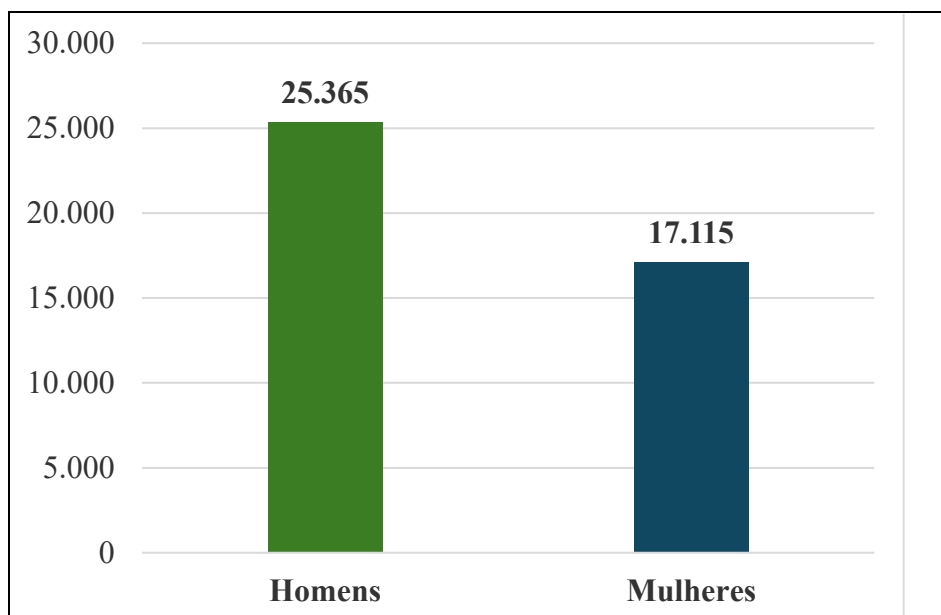
A partir da segunda década do século XXI no ano de 2013 o município de Xanxerê começa a receber imigrantes haitianos e, nos últimos anos, imigrantes venezuelanos. Atualmente, a população haitiana em Xanxerê é de 228 pessoas, sendo 146 homens e 82 mulheres, como pode ser visto no (Gráfico 1). Em Santa Catarina a população haitiana é de 42.480 pessoas, sendo 25.365 homens e 17.115 mulheres, como pode ser visto no (Gráfico 2). E no Brasil a população haitiana é de 186.830 pessoas, sendo 114.437 homens e 72.393 mulheres (DataMigra, 2024), ver (Gráfico 03).

Gráfico 01. População de haitianos em Xanxerê em 2024.



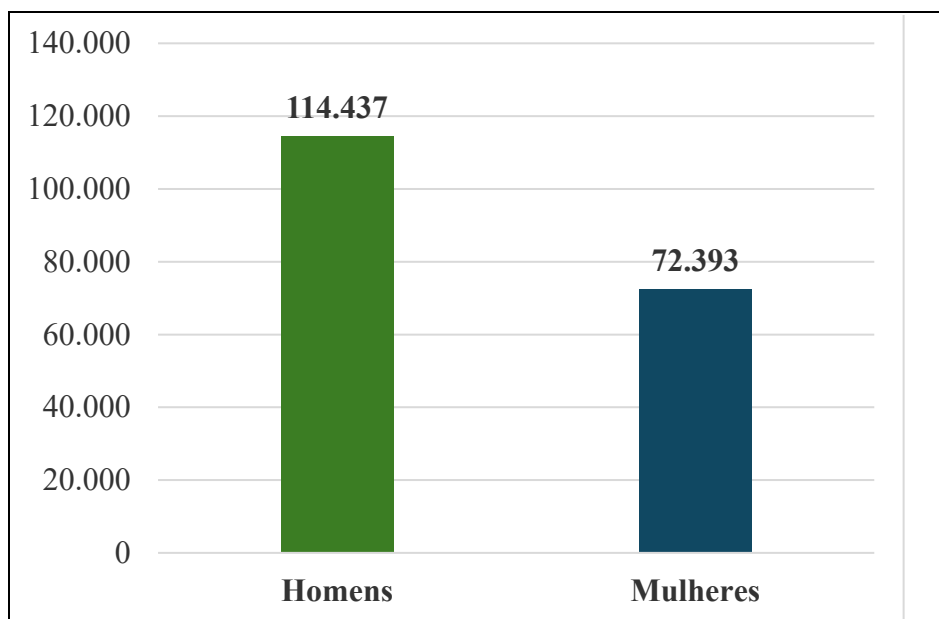
Elaboração: a pesquisadora (2025).

Gráfico 02: População haitiana em Santa Catarina em 2024.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Gráfico 03: População haitiana no Brasil em 2024.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Entende-se que os indivíduos se constituem enquanto sujeitos da história, de sua cultura, de sua língua, das relações sociais instituídas em seus locais de vivências e experiências, territorializados por interesses locais da comunidade a qual fazem parte, sem desconsiderar as influências internacionais sobre o local da cultura. Porém, ao se deslocarem para espaços autóctones, sua constituição cultural receberá novas influências, pois estarão situados em um *ethos* cultural diferente do de sua origem cultural.

Desta forma ao migrarem para outros países as mulheres deixam seus territórios de origem e passam a transitar em novos territórios migratórios, com outras redes de sociabilidades, onde novas relações políticas, culturais, econômicas, jurídicas, simbólicas, religiosas e culturais serão legitimadas por relações sociais de poder, relações essas, que passarão a permear e perpetrar as novas redes de sociabilidades. Portanto, ao se inserirem na sociedade autóctone, as mulheres haitianas carregam consigo uma bagagem cultural formada em território haitiano que orienta e define as relações de gênero, papel e funções enquanto mulher. No entanto, o processo migratório as afasta da territorialização das relações de gênero haitiano as inserindo em ambientes culturalmente diferentes em alguns aspectos, porém semelhantes em outros. Mediante a isso, busca-se saber, **quais os processos que (re)definem as relações de gênero de mulheres haitianas nos espaços de migração no oeste de Santa Catarina?**

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os processos que (re)definem as relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços de migração no oeste de Santa Catarina, especificamente na cidade de Xanxerê no período que compreende de 2017 a 2024.

Quanto aos objetivos Específicos da pesquisa esses foram:

- Conhecer e explicar os processos migratórios das mulheres haitianas para o Brasil e para oeste de Santa Catarina.
- Identificar e explicar os papéis desempenhados pelas mulheres haitianas nos vários espaços sociais da cidade de Xanxerê com destaque às relações de gênero.
- Verificar as relações de gênero das mulheres haitianas no Brasil comparando-as com as relações de gênero estabelecidas na sociedade haitiana.

Com estes objetivos, precisa-se destacar que os motivos pela escolha de mulheres haitianas para serem as sujeitas dessa pesquisa se deram, primeiramente, pela pesquisadora ser mulher e se colocar na condição dessas mulheres em um espaço diferente, a cidade para qual migraram. E, por circular pelos espaços sociais da cidade, percebendo olhares da população que, claramente, revelam a falta de empatia para com a mulher negra, pobre e imigrante em um espaço cultural branco e de forte presença masculina, principalmente onde se tomam as decisões.

Uma população local que enaltece em sua memória a figura do imigrante descendentes de europeus, como é o caso do italiano, como sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Uma população que tem orgulho e costume de se definir como italiana, cultivando o orgulho de ser descendente de uma nacionalidade europeia e branca. Uma população local que apresenta um nível baixo de consciência de classe, não se percebe, muitas vezes, como classe trabalhadora assalariada diferente da classe média que acredita fazer parte ou até mesmo considera-se elite.

Outro motivo que levou a pesquisadora a escolher as mulheres haitianas como seu “campo” de estudo foi o fato de, no cotidiano social, observar a alegria dessas mulheres ao estarem andando nas ruas e conversarem entre si pelo seu idioma materno sempre de forma muita empolgada, demonstrando alegria, mesmo sabendo das dificuldades que significa ser mulher preta, pobre e imigrante em espaço migratório europeu. O movimento dos corpos, a beleza das mulheres e a sonoridade de suas vozes despertou a atenção da pesquisadora. O entusiasmo com que conversavam despertou a curiosidade em conhecê-las um pouco mais, pois conversavam como se estivessem em um mundo à parte do local em que estão

inseridas, tamanha a empolgação e energia visto pelos sorrisos e expressões. Isso vai chamando atenção da pesquisadora pois essa entendia que as mulheres haitianas não tinham noção do local, ou melhor da estrutura de poder presente no espaço migratório em que estavam inseridas ao circularem pelas ruas da cidade

Mesmo a quilômetros de distância de seu país, de sua cultura, de suas famílias e de seus amigos, essas mulheres aparentavam estarem bem mediante as dificuldades e obstáculos que a pesquisadora sabia que enfrentavam para se colocarem nos espaços sociais, principalmente o produtivo. O fato de não mais estarem no Haiti, muitas delas afastadas dos maridos, filhos, mães e pais, tendo apenas o idioma para aproximá-las, foi estimulando a pesquisadora a querer conhecer elas um pouco mais. A querer compreender o que essas mulheres preservam do ser mulher haitiana em territórios migratórios, normalmente, hostil para com as mulheres.

O fato de serem mulheres, grupo vulnerável inseridas terra em que o patriarcado se faz atuante e o machismo atua como prática acolhida pelas próprias mulheres, também despertou a curiosidade em investigar esse grupo de mulheres que fenotipicamente são diferentes das mulheres na região oeste de Santa Catarina, em específico a cidade de Xanxerê, por terem uma condição econômica desfavorável e por serem afrodescendentes.

Mulheres pretas, refugiadas e imigrantes convivendo em uma sociedade interiorana e provinciana no sul do Brasil e que guarda nas relações sociais de poder com o “Outro” do patriarcado, práticas racistas, machistas, misóginas e preconceituosas. Um segundo ponto de interesse, ainda com esse olhar, a pesquisadora começa a observar as mulheres haitianas em alguns espaços de trabalho, em supermercados, padarias, lojas, no entanto, o trabalho que realizavam eram sempre o da limpeza desses locais e, nesse ponto, vinha à mente da pesquisadora lembranças de falas de pessoas referente ao momento em que a cidade de Xanxerê começa a receber imigrantes haitianos. Algumas dessas falas enalteciam que os imigrantes “vinham para o Brasil e iriam roubar seus trabalhos”, “de que eram um povo com jeitos bem diferentes dos nossos”, “de que os imigrantes com seus hábitos influenciariam o comportamento das pessoas da cidade”, “de que esses hábitos eram muito diferentes dos daqui”, “De que esses hábitos poderiam influenciar a população local”. Tendo isso presente, a pesquisadora levanta a questão de como essas mulheres se sentem nesses espaços, justamente onde a estrutura de poder patriarcal se faz muito presente.

Então, justifica-se essa pesquisa por entender que, ao investigar as relações de gênero das mulheres haitianas em espaços migratórios na cidade de Xanxerê, permitirá

compreender como essas mulheres vão sendo inseridas e constituindo-se mulheres em novas relações de gênero que não deixam de ser novas relações de poder, muitas delas opressoras, que marginalizam e inferiorizam essas mulheres. Daí a necessidade de identificar o que está sendo preservado das relações de gênero da mulher haitiana e o que está sendo des-territorializado e re-territorializado para identificar processos que possam esclarecê-las, de criar condições de enfrentamento às práticas masculinizadas, machistas, misóginas, sexistas e exploratórias.

Por outro lado, a pesquisa pode apontar processos que promovam a emancipação das mulheres haitianas, pois elas estão inseridas em uma sociedade democrática que reconhece e, em certa medida, protege a diversidade mediante instrumentos jurídicos, permitindo a essas mulheres exercerem sua autonomia e tendo voz ativa ao circularem pelos espaços migratórios. Nesse sentido, acredita-se que essa pesquisa trará subsídios teóricos para pensar como se constituem as relações de gênero das mulheres haitianas em espaços migratórios perante uma estrutura de poder patriarcal imanente tanto na sociedade haitiana como na sociedade brasileira.

A tese desse trabalho consiste em afirmar que as relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços migratórios no oeste de Santa Catarina, em destaque à cidade de Xanxerê, são (re)definidas por processos religiosos, econômicos, políticos, educacionais, de segurança e bem-estar que des-territorializam e re-territorializam as sujeitas imersos em relações de poder. As mulheres haitianas conservam aspectos das relações de gênero produzidas na sociedade haitiana, todavia, quando inseridas no espaço migratório em questão, alguns aspectos tendem a serem des-territorializados e re-territorializados.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *Percursos teórico metodológico*, descreveu-se seu campo metodológico apresentando a perspectiva teórica adotada sendo ela a teoria Decolonial com base em autores latino-americanos que nortearam o campo da arte dessa pesquisa. O método de investigação utilizado foi o Materialismo Histórico-dialético de Karl Marx.

No segundo capítulo, intitulado *Da transformação do espaço ao território, um processo dialético*, apresentou-se a perspectiva dialética embasada no autor Friederich Engels; a produção do território relacionando-o a concepção de território defendida por Claude Raffestin e compartilhada por Marcos Saquet. Dando continuidade ao capítulo se discutirá as relações de poder no pensamento de Claude Raffestin e Michel Foucault em que ambos os autores concordam com a ideia de que o poder é um instrumento exercido pelas relações sociais que se manifestam em redes interligando toda

a tessitura social e, como consequência, vão constituindo e/ou erigindo o território. Para finalizar este capítulo se discutirá a territorialidade humana com base em autores como Claude Raffestin e Marcos Saquet que a compreendem tendo como base as marcas produzidas pelo ser humano no decorrer do tempo, considerando-se as relações econômicas, políticas e culturais.

O terceiro capítulo, intitulado *Colonização eurocêntrica de territórios autônomos: territorialização e subjugação*, está guiado pela teoria Decolonial e fundamentado em autores latino-americanos como Aníbal Quijano e Walter Mignolo que destacam que a produção da América Latina ocorreu mediante a colonialidade do poder e isso ocorreu por meio da destruição cultural dos territórios ocupados pelos povos originários. Para Quijano (2005a), os sujeitos da colonialidade se utilizaram das relações sociais de poder para disseminarem valores eurocêntricos com o objetivo de dominar e explorar povos considerados inferiores ao padrão de humano e de civilização defendidos pelos europeus e com isso populações inteiras foram silenciadas, exterminadas, oprimidas, violentadas, subjugadas e marginalizadas ou mesmo mortas.

Dando continuidade ao capítulo se apresentará a categoria raça, em que Aníbal Quijano salientou que a criação da racialização dos corpos mediante a características fenóticas foi uma invenção da modernidade e teve como propósito diferenciar para inferiorizar os corpos pretos, pardos e indígenas, criando-se identidades raciais e econômicas que foram e são úteis ainda hoje ao desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo internacional.

Na discussão das relações de gênero se utilizará do pensamento da antropóloga argentina Rita Segato, que compartilha do pensamento de Quijano no que diz respeito a racialização dos corpos na modernidade. Porém, introduz que os corpos também foram colonizados pelas relações sociais do “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental” presente nas sociedades europeias e expandido na sociedade brasileira. O capítulo ainda aborda fortemente a presença do patriarcado na formação do pensamento social ocidental como forma de controle sobre os “Outros” do patriarcado, evidentemente, sobre o “corpo território” da mulher.

No quarto capítulo, intitulado *Entre o Haiti e o Brasil: a reprodução do patriarcado*, apresenta-se a análise realizada dos dados coletados, buscando-se subsídios na teoria e no método escolhido. Primeiramente se apresentam os dados das relações de gênero na sociedade haitiana, categorizando-os de acordo com os indicadores socioeconômicos e culturais já mencionados e, posteriormente, o mesmo ocorre com as relações de gênero das mulheres haitianas na sociedade

brasileira, comparando ambos os contextos e verificando quais processos haviam sido conservados, des-territorializados e re-territorializados buscando identificar os motivos de tais des-territorialização e re-territorialização. Para finalizar se tecem as considerações finais da pesquisa apresentando aspectos fundamentais para sua conclusão sob a luz da teoria escolhida.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ao pesquisar o tema “Relações de gênero de mulheres haitianas no oeste de Santa Catarina: territorialidades ressignificadas”, opta-se por adotar a perspectiva teórica Decolonial que se coloca ao lado do subalterno, a partir de seu local de fala, de um lugar epistêmico étnico/racial/de gênero, tentando se opor aos paradigmas eurocêntricos e às epistemologias eurocêntricas do mundo moderno pautadas no pensamento ocidental, racional, moderno, reconhecido como sendo o único válido, útil e verdadeiro.

Assim, disseminado entre os povos que não estão no quadrante do território europeu, enfraqueceram-se saberes, práticas, cosmovisões, crenças, relações culturais do “*Outro*”, tornado inferior, juntamente com a natureza, especialmente dos povos originários, no que se refere à América Latina. “As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas” (Grosfoguel, 2008, p. 119). Desse modo, a perspectiva decolonial tem como “objeto” de estudos os sujeitos subordinados ao domínio da episteme Ocidental racional moderna, de uma estrutura política patriarcal e de uma estrutura econômica construída a partir da dominação e exploração que se dá nos territórios colonizados pela Europa a partir dos séculos XV-XVI.

Assim, acredita-se que não é demais reforçar a problemática de pesquisa, embora já evidenciada na Introdução, ou seja, a situação da mulher diante dos costumes haitianos, onde esta esteve, historicamente, restrita aos limites do lar, o que acaba por influenciar e determinar os demais aspectos da sua vida em sociedade tanto em ambientes públicos como privados. A educação é um dos fatores que reforça este comportamento social, o que contribui para isso, é que a estrutura de educação pública ainda é bastante precária e insuficiente para atender a demanda da população em idade escolar, o que faz com que parte da população do Haiti tenha que pagar por ela, fato que influencia que priorizem a educação dos meninos, ficando as meninas restritas à educação informal em ambiente doméstico, onde aprendem a falar o *Kreyòl* (crioulo) e não o francês que é ensinado na escola. O não acesso à escola ou o acesso tardio à escola nos primeiros anos de escolaridade, coloca a mulher haitiana em condição desfavorável e desigual em relação ao homem, dificultando sua inserção em espaços institucionais onde o francês é a língua funcional falada nesses espaços (Araújo, 2015).

A presença da masculinidade haitiana é muito intensa no espaço público daquela sociedade, pelo fato dos homens haitianos “[...] exercerem a dominação masculina de forma inquestionável no mundo público haitiano, parece haver uma projeção de que as haitianas representam a pureza, a submissão e a potencialidade para o exercício das tarefas domésticas” (Rosa, 2007, p. 83). Essa característica acompanha a sociedade haitiana desde os tempos da colonização quando, em virtude da colonialidade, foi concedido ao homem o comando sobre todos os “Outros” diferentes de si. Como consequência pode-se visualizar os papéis da mulher no espaço doméstico, na economia da casa e na educação dos filhos. E em atividades realizadas pelas mulheres na economia informal, como o comércio de rua, são imprescindíveis para o gerenciamento das necessidades da família.

Devido a estrutura de poder patriarcal introduzido no Haiti e, em especial, nas instituições, seja pela colonização europeia, seja pela religião cristã, as mulheres haitianas sofrem com o machismo, a opressão e violências. É muito comum, principalmente nas camadas mais populares, as mulheres terem vários filhos de pais diferentes, em virtude de dois fatores, o abandono paterno e a monogamia em série. Ao ser abandonada pelo marido, a mulher tende a casar com outro homem para sobreviver economicamente, o que faz com que tenha filhos com o novo marido e isso pode vir a se repetir mais de uma vez (Desrosiers; Seguy, 2011).

As mulheres são consideradas “espinhas dorsais” na sociedade haitiana, por serem elas que movimentam o comércio informal de bens de primeira necessidade nas ruas das cidades. Essas mulheres são conhecidas como “*Madmanm Sara*”⁴, percorrem longas extensões territoriais e trabalham longas jornadas sob o sol quente. Muitas são responsáveis pela agricultura, por plantarem e colherem o alimento e venderem-no no comércio de rua. Historicamente, são responsáveis por manter a economia familiar quando os homens estão desempregados ou em processo de migração em busca de trabalho (Thomaz, 2010).

O comércio de rua, na sociedade haitiana, é uma prática enraizada nas relações de gênero e a mulher é a protagonista desta prática, sendo um dos processos para a formação da identidade feminina. O *ethos* cultural do Haiti faz com que as atividades de existência desenvolvidas pelo homem sejam vistas como trabalho, já o comércio de rua, prática

⁴ Mulheres empreendedoras individuais independentes que compram a produção agroalimentar das famílias agricultoras locais e levam para as cidades maiores, sendo um elo chave para a circulação de produtos e para o abastecimento alimentar em diferentes regiões do país.

tipicamente feminina, não é considerado trabalho produtivo, o que estrutura as relações de gênero iminentes na sociedade haitiana (Evangelista, 2019).

O fazer comércio,

[...] aparece como o principal meio de ‘buscar a vida’ (*chache lavi*) não só para si, mas também para os seus. Essa busca contínua revela, entre outras coisas, a infinidade entre comércio e mobilidade: as comerciantes (*machann*) estão sempre em movimento, tanto entre as cidades e províncias haitianas quanto entre fronteiras internacionais (Evangelista, 2019, p. 101).

Essa atividade econômica garante à mulher haitiana a produção de saberes derivados da prática comercial, que sedimenta em seu gênero elementos que compõem sua identidade social. O fazer comércio, o espaço público onde esse se situa é o palco do protagonismo das mulheres haitianas, é o momento das vivências entre elas, das trocas de experiência, de contato com novas sociabilidades, onde algumas se reproduzem com independência, em uma estrutura social em que foram silenciadas.

O fazer comércio é algo que inicia ainda na infância, quando as filhas mulheres acompanham suas mães na realização da atividade. Em caso de as mães não poderem ir para realizar o comércio, sua mercadoria fica sob a responsabilidade de uma amiga ou da própria filha a depender da idade. E o valor arrecadado é entregue na íntegra a dona da mercadoria (Evangelista, 2019). Essa prática vai inserindo as filhas mulheres em novas redes, desenvolvendo nelas habilidades necessárias para quando tiverem suas próprias mercadorias para serem vendidas. Essas habilidades consistem não apenas em ter conhecimento sobre o produto a ser vendido, mas habilidades com o trato com as pessoas, falar bem, saber cumprimentar as pessoas, ser gentil e cortês, falar de forma que as outras pessoas gostem da comerciante. Em outras palavras, habilidades que seduzam o comprador e lhe garantam que ele volte a comprar com ela, é uma forma de fidelizar o cliente para novas relações comerciais.

São aspectos que, juntamente com outros que serão detalhados nos próximos capítulos, evidenciam a necessidade de utilização de um método histórico-crítico, encarando-se o tema e sua gravidade diante de uma inserção social e territorial complexa e conflitiva, como a identificada em Xanxerê.

Como método, utilizou-se nesta pesquisa o Materialismo Histórico-Dialético, que tem como seu principal representante Karl Marx. Método é o caminho sistematizado para chegar a algum lugar. Na pesquisa científica é o caminho para se chegar ao conhecimento científico e conhecer a essência do objeto de estudos. É todo o processo que conduz de maneira racional e planejada o desnudamento de um objeto de estudo, com a intenção de

desvelar a aparência para se apropriar da essência do objeto pesquisado. É “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (Marx, 1974, p. 939).

O método proposto por Marx, parte de fenômenos reais pois tem a pretensão de conhecê-los em seu desenvolvimento para então transformá-los. Não se traduz apenas em uma mera coleta de dados empíricos e de um exercício de reflexão sem compromisso com a realidade investigada.

Para Marx e Engels,

[...] não se parte do que os homens dizem, imaginam ou representam, tão pouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens, de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formulações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente contável e ligado a pressupostos materiais. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...] E este modo de considerar as coisas não é algo incondicional. Parte das condições reais e não as perde de vista nem por um momento. Suas condições são os homens, mas não vistos e plasmados através da fantasia, mas em seu processo de desenvolvimento real e empiricamente registrável, sob a ação de determinadas condições. (Marx; Engels, 2007, p. 94).

A pesquisa inicia de uma dada realidade empírica em que os fenômenos, objetos e seres existem e apresentam uma aparência fenomênica e é pelas relações sociais produzidas que a realidade se constitui dando forma ao *status quo*. Portanto, é deste processo que se forma a realidade em sua aparência, ou seja, a realidade objetiva e empírica, onde os elementos que a compõem estão em aparência. Em uma investigação científica mediada pelo método de Marx, é necessário abstrair sua essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto a ser investigado. Para tanto, se faz necessário um caminho claro que conduza o pesquisador para além da aparência do objeto se apropriando de sua estrutura e que conheça a dinâmica dele, para isso, Karl Marx propõe o método de investigação Dialético,

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento, mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Paulo Neto, 2011, p. 22).

Pelo método se produz um conhecimento que não é abstrato, pois o ponto de partida são os fenômenos reais, tais como se apresentam na realidade objetiva, e não de um

conhecimento contemplativo, pois referir-se ao real implica a possibilidade de transformá-lo.

A teoria serve aqui como a luz para interpretar a realidade local em que se estabelecem as relações sociais de poder e onde se encontra o objeto de investigação, envolto em fios que encobrem sua essência. E em uma investigação se faz necessário retirar seu invólucro para chegar à sua essência, para tanto, se faz necessário um conhecimento que é produzido pelo método que é o conhecimento teórico. “[...] o conhecimento teórico *é o conhecimento do objeto – de sua estrutura dinâmica - tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (Paulo Neto, 2011, p. 20, grifo do original). A teoria em Marx é um tipo específico de conhecimento que se distingue do pensamento mágico-religioso, da arte, do senso comum estabelecido no cotidiano, sendo, como se diz anteriormente, o conhecimento do objeto de estudo.

Na concepção marxiana de teoria,

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo (Paulo Neto, 2011, p. 25).

É esta reprodução que garante o conhecimento teórico, quanto maior for o rigor, ou seja, quanto mais fiel for o sujeito ao objeto de estudo, maiores as possibilidades de se produzir o conhecimento científico. O papel do sujeito no processo de investigação garante a cientificidade do conhecimento, portanto, para Marx,

[...] o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para aprender não a aparência a forma dada ao objeto, mas sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para aprendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é *fundamental* no processo de pesquisa (Paulo Neto, 2011, p. 25, grifos do original).

No processo de investigação da realidade objetiva, a relação entre sujeito e “objeto” pode ser compreendida como uma relação que ambos possuem subjetividade, vontade e consciência, sendo que muitas vezes o sujeito também pode ser o objeto de investigação. Portanto, “[...] a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada de ‘objetividade’” (Paulo Neto, 2011, p. 23; grifos do original). Porém, o próprio autor destaca, que a não neutralidade não exclui a objetividade do conhecimento teórico, pelo fato da teoria ter uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica (Paulo Neto, 2011).

No processo investigativo em Ciências Sociais, as técnicas ou instrumentos de pesquisa precisam condizer com o tipo de pesquisa a ser realizada. Técnicas e instrumentos que possibilitem uma maior interação entre sujeito/objeto e que sejam capazes de propiciar ao sujeito a apropriação da essência do objeto de estudos. Pois, para o método de Marx, o conhecimento está da absorção pelo sujeito da estrutura dinâmica do objeto investigado. Sendo assim, as técnicas de pesquisa e seus instrumentos se diferenciam das utilizadas em pesquisas positivistas experimentais, constituindo-se em uma grande variedade,

[...] desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Estes instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para apoderar-se da ‘matéria’, mas não devem ser identificados como o método: instrumentos e técnicas similares podem servir [...] (Paulo Neto, 2011, p. 25-26; grifo do original).

Subentende-se a partir disso, que o conhecimento científico envolve a práxis, isto é, uma visão de mundo que implica uma prática e uma prática que necessita do conhecimento que se volta para a realidade investigada a fim de promover transformações. “Daí também a noção de que o conhecimento deve prover os meios para se transformar o mundo, de que o conhecimento, pelo menos para Marx, é um conhecimento comprometido com uma data transformação” (Andery; Serio, 2000, p. 414).

Nessa pesquisa, se adotará uma abordagem qualitativa, pois tem como finalidade chegar à essência do objeto de estudos, para isso é necessário explicá-lo, explorá-lo e descrevê-lo, não quantificá-lo. A pesquisa qualitativa, “[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 21-22). A finalidade da pesquisa qualitativa é a compreensão, explanação e especificação de um dado fenômeno que se encontra no campo objetivo da realidade e se caracteriza enquanto um fenômeno social.

A pesquisa qualitativa de aspiração dialética, considera a totalidade elemento fundante para a compreensão da essência do objeto de estudos, para que não haja o risco de se restringir apenas à descrição desse, sem considerar sua complexidade. Todavia, “Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (Minayo, 2002, p. 23-24). Nesse tipo de pesquisa o objeto de estudos deve ser entendido nas suas determinações e transformações objetivas ocorridas no campo da realidade e promovidas pelo sujeito, considerando sua relação com o todo que o determina e determina sua complexidade.

A pesquisa qualitativa,

Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou ‘objetos sociais’ apresentam (Minayo, 2002, p. 25; grifo do original).

A interpretação do objeto de estudos e seus significados é de fundamental importância na pesquisa qualitativa. “A pesquisa qualitativa parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Matias-Pereira, 2010, p. 71).

Assim, nesta pesquisa, adota-se um corte transversal por ter como fenômeno a ser investigado um processo atual e o tipo de pesquisa adotada foi a participante, que tem o sociólogo Orlando Fals Borda (1925 – 2008) como um de seus principais expoentes.

Para o autor, essa pesquisa,

[...] propone una cercanía cultural con lo propio que permite superar el léxico académico limitante; busca ganar el equilibrio con formas combinadas de análisis cualitativo y de investigación colectiva e individual y se propone combinar y acumular selectivamente el conocimiento que proviene tanto de la aplicación de la razón instrumental cartesiana como de la racionalidad cotidiana y del corazón y experiencias de las gentes comunes, para colocar ese conocimiento sentipensante al servicio de los intereses de las clases y grupos mayoritarios explotados, especialmente los del campo que están más atrasados (Fals Borda, 1987, p. 5).

O autor considera que os saberes populares dos grupos marginalizados por um sistema econômico, político e cultural dominante, deva ser resgatado e utilizado pelo pesquisador em conjunto com os sujeitos investigados para a transformação da realidade social. A pesquisa-participante precisa ser realizada num processo dialético, dialógico e que se coloca contra a hegemonia do capital e de seus desdobramentos e considera os sujeitos sentipensantes, capazes de agirem e refletirem em prol do desenvolvimento territorial. O conhecimento produzido no interior das relações sociais do grupo e produzidos por estes sujeitos tem utilidade dentro de um contexto cultural, de uma territorialidade que apresenta dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas. O sujeito sentipensante tem voz e precisa ser ouvido no processo de investigação, ele é fundamental, primordial para que o desenvolvimento territorial ocorra de forma que esse produza sentidos e significados e que esses façam parte da subjetividade e da objetividade dos sujeitos. Para isso,

É fundamental, [...] reconhecer a centralidade da voz, das demandas, das necessidades, dos sentimentos e dos desejos do povo, produzindo-se

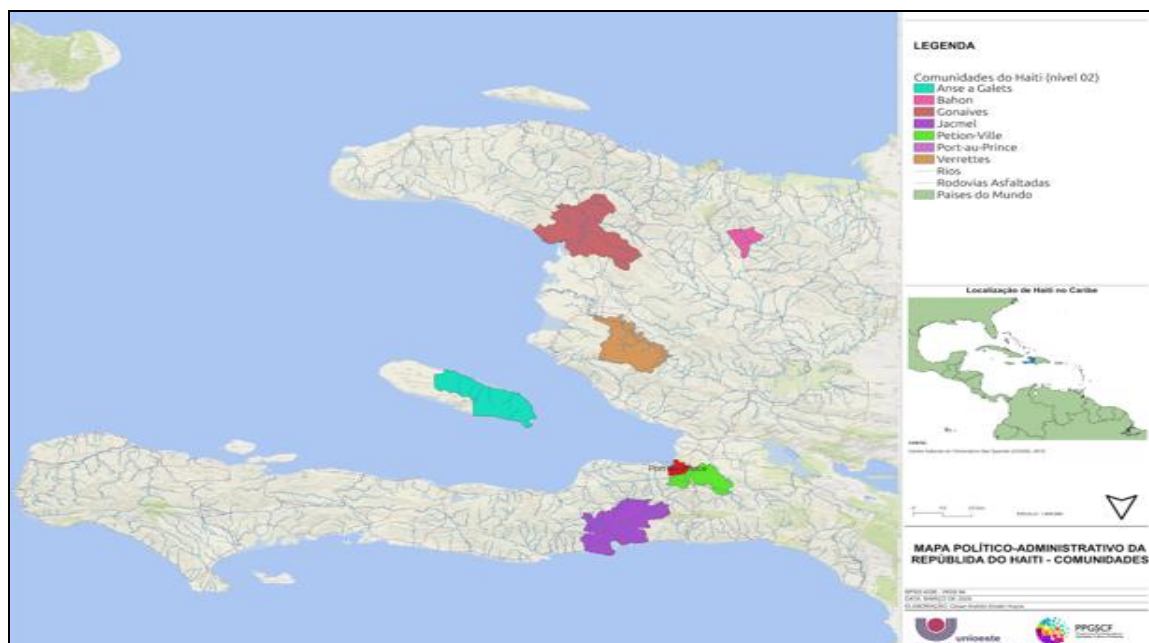
conhecimentos *com* ele, por meio de suas territorialidades e temporalidades ou de uma *consciência de classe* e de *lugar*. [...] Precisamos produzir, juntamente com o *conhecimento universal*, *conhecimentos contextualizados com nossas realidades singulares e complexas*. O pesquisador necessita estender e *difundir* seus conhecimentos, colocando-os ao alcance das comunidades urbanas e rurais para resolver problemas nas sociedades locais (Fals Borda; Mora-Osejo, 2013 *apud* Saquet, 2019, p. 12-11, grifo do original).

Os saberes locais de culturas marginalizadas que, no processo colonial, foram rejeitados, descartados e negados porque os agentes da colonização não os consideraram úteis para o processo colonial em curso pela pesquisa participante são reconhecidos como essenciais. Atualmente, por meio de um outro paradigma procura-se resgatar este saber e reconhecer a centralidade destes sujeitos no processo de transformação da realidade e na formação política dos sujeitos, conforme pretende-se fazer. Não é o caso de rejeitar totalmente o conhecimento científico iluminista eurocêntrico, mas de articulá-lo em prol da promoção de um desenvolvimento territorial que contemple dignamente a dignidade do povo que habita estes territórios.

A pesquisa foi realizada na cidade de Xanxerê localizada no oeste do estado de Santa Catarina e compreendeu o período de 2017 a 2024. Sobre as sujeitas da pesquisa, para compor a amostra do tipo não probabilístico foram selecionadas treze mulheres haitianas, com idade entre 19 a 55 anos, casadas com filhos, casadas sem filhos, mãe solo, mulheres solteiras sem filhos. Das treze mulheres que compõe a amostra apenas sete mulheres continuam a residir na cidade de Xanxerê, pois as demais migraram para os Estados Unidos no segundo semestre do ano de 2024.

Dentre elas oito mulheres são fluentes na língua portuguesa e cinco não. Para conversar com as mulheres não fluentes no idioma português contou-se com uma tradutora, que foi uma mulher haitiana e que inclusive compôs a amostra dessa pesquisa. As mulheres haitianas provêm de diferentes localidades do Haiti, como Porto Príncipe, Jacmel, Baho, Anse-a-Galets, Pétionville, Verettes e Goanaves ver (Mapa 05). e aqui no Brasil residem em diferentes bairros da cidade Xanxerê junto com suas famílias.

Mapa 05: Cidades de origem das mulheres haitianas.



Fonte: Alzate-Hoyos (2025).

Para conversar com essas mulheres foi realizada uma entrevista semiestruturada, mediante a autorização delas, que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e o termo de gravação de voz e não permitiram o uso de imagens. Para a identificação das mulheres, utilizou-se um pseudônimo sugerido pelas próprias mulheres.

O contato com as mulheres haitianas ocorreu por meio da técnica Bola de Neve, que,

[...] é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2017, p. 2014).

A técnica consiste, em um primeiro momento, em repassar informações referente à pesquisa para informantes chaves em busca de encontrar a população com o perfil desejado, essas pessoas são nomeadas de “sementes”. Após o primeiro momento e já em contato com as pessoas indicadas pelas “sementes”, solicita-se a elas que indiquem outras pessoas com o perfil desejado para participarem da pesquisa e assim sucessivamente; dessa forma o quadro da população investigada cresce a cada contato realizado com os sujeitos até fechar uma amostra considerável ou até saturar o quadro.

Essa técnica é utilizada quando o pesquisador tem dificuldade em detectar entre a população os sujeitos da pesquisa com o perfil desejado, sendo assim, as “sementes” ajudaram a pesquisadora a entrar em contato com os primeiros sujeitos que promoveram o encontro de novos sujeitos, fato que possibilitou a formação da amostra pesquisada. Assim, a coleta de dados foi realizada mediante a interação e socialização da pesquisadora com as mulheres haitianas. Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a Representação social.

A entrevista semiestruturada,

[...] pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas por meio de um roteiro de entrevistas constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida (Haguette, 2005, p. 86).

Por meio da entrevista semiestruturada realizada com as treze mulheres levantou-se dados para caracterizar e compreender as relações de gênero das mulheres haitianas em seu país de origem, nos espaços sociais públicos e privados ocupados por elas, bem como, os papéis sociais desempenhados por elas e as relações sociais estabelecidas no Haiti e no Brasil. Para então identificar, compreender e analisar as relações de gênero que são estabelecidas nos espaços sociais que essas mulheres frequentam e as funções desempenhadas por elas no trabalho, família, casamento, religiosidade, participação política, educação dos filhos, segurança e cuidados com a saúde.

Foi também adotada para a coleta de dados a Representação social que permitiu a pesquisadora trabalhar com os saberes produzidos pelas mulheres haitianas nos espaços pelos quais elas circulam. Esses saberes são estruturados pelas relações sociais de poder que territorializam o ser social em um determinado tempo e espaço. Esses saberes se formam das relações sociais de poder, relações essas visíveis nas relações de gênero que compõem o objeto de estudo dessa pesquisa.

Por esta lógica, a Representação social pode ser entendida “[...] como uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social” (Sá, 1993, p. 32). Portanto, a Representação social resulta no conhecimento que os sujeitos constroem cotidianamente mediado pelas relações sociais que ocorrem nos vários espaços por onde os sujeitos circulam.

Revelando a percepção dos sujeitos sobre o mundo e os elementos que o cercam, percepção essa estruturada por influências das relações sociais próprias dos espaços sociais por qual esses circulam e que exercem poder sobre eles, demandando uma certa compreensão sobre o objeto de estudo do pesquisador. Desta forma, a Representação social expressa a compreensão do sujeito sobre um determinado elemento ou elementos e que foi elaborado pelas interações sociais entre o sujeito e o objeto. Portanto, sendo o conhecimento construído socialmente e expressado pela percepção dos sujeitos nas representações sociais, essas carregam consigo a ideologia que está imanente nas relações sociais de poder que promoveram a interação social entre sujeito e objeto.

Assim,

[...] ao trabalhar com a representação social pesquisadores podem entender como as pessoas concebem o seu mundo, desde o ambiente e as relações sociais até aspectos relativos à sua própria identidade. É um percurso teórico- metodológico que auxilia no estudo da relação sujeito-ambiente, particularmente quando se tem a mediação social como parte significativa nesta relação (Oliveira; Veiga; Scheer, 1989, p. 229).

Pela Representação social pretendeu-se trazer as mulheres haitianas para mais próximo do desenvolvimento da pesquisa por entender-se que elas não são meras informantes sobre o objeto a ser pesquisado e sim, são participantes ativas e devendo ter autonomia durante o processo de investigação. A Representação social possibilitou uma maior interação entre a pesquisadora e as mulheres e ainda permitiu que as mulheres haitianas se sentissem mais receptivas com o que estava sendo proposto no processo investigativo.

Para a coleta de dados com a Representação social foi realizada uma oficina com três mulheres.

A oficina ocorreu em cinco momentos que serão descritos a seguir:

Primeiro momento: acolhimento das mulheres haitianas.

Segundo momento: apresentação do tema da pesquisa às mulheres haitianas.

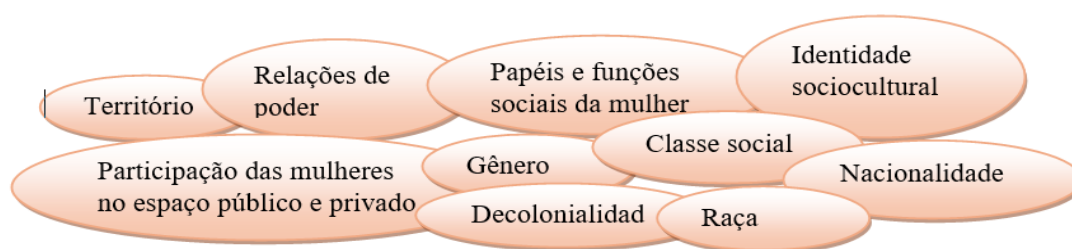
Terceiro momento: conversa sobre a vida dessas mulheres no Haiti e aqui no Brasil;

Quarto momento: lançou-se uma pergunta às mulheres haitianas e elas tiveram que elaborar uma representação visual por meio de um desenho referente ao que havia sido perguntado. No decorrer desse momento ia se conversando com elas no sentido de que elas fossem aprofundando a representação social. Porém, elas tiveram dificuldades para representar o que relatavam por meio do desenho.

Quinto momento: por fim, solicitou-se que as mulheres, de forma individual, falassem sobre o desenho produzido.

Para fazer a análise do problema de pesquisa foram selecionadas algumas categorias conceituais, categorias essas selecionadas antes da coleta de dados (Infográfico 1):

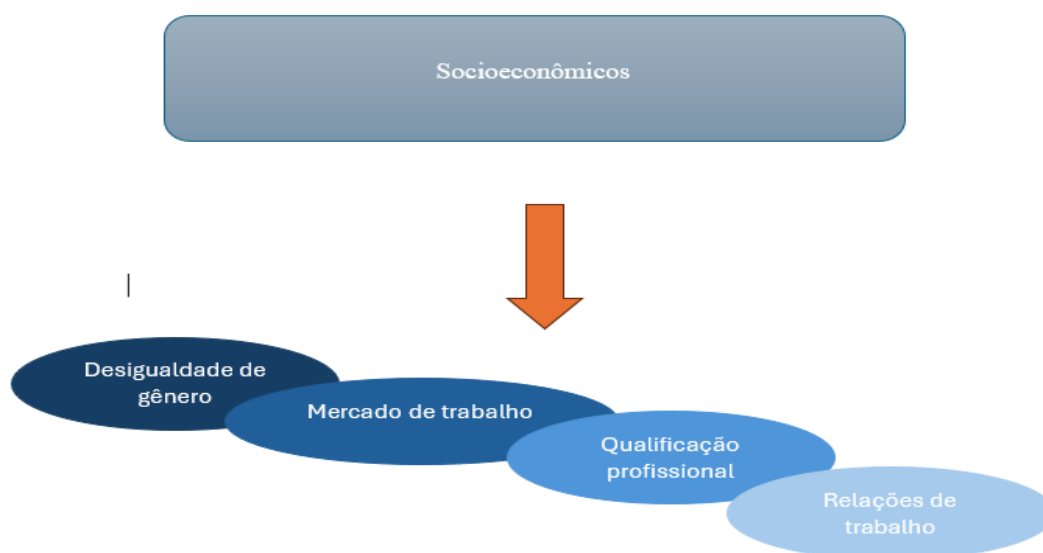
Infográfico 01: Categorias sociais de análise.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

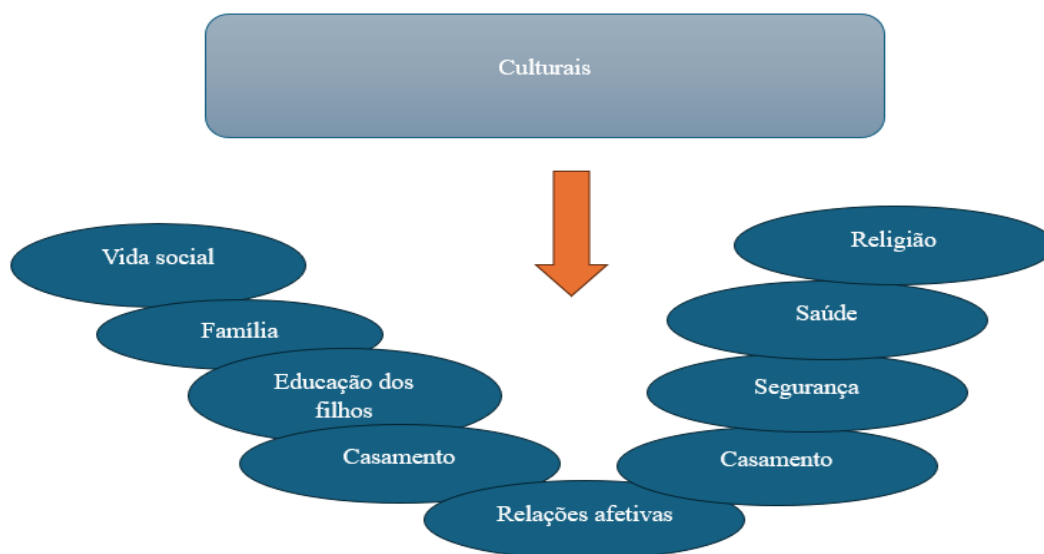
Estabeleceu-se alguns indicadores socioeconômicos e culturais para a análise dos dados (Infográfico 2 e 3).

Infográfico 02: Indicadores socioeconômicos.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Infográfico 03. Indicadores culturais.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Organização e análise dos dados coletados, levantados por meio das entrevistas semiestruturadas e da cartografia social, foram transcritas para um meio digital e organizados em tabelas que possibilitou um melhor manuseio para a realização do estudo e da análise deles.

Os dados coletados foram agrupados em categorias de análise, que,

[...] se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou se relacionam entre si. [...] As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. [...] trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso (Gomes, 2002, p. 70).

A análise dos dados foi guiada pelas categorias pré-selecionadas antes da realização das entrevistas e de categorias conceituais. No processo de análise primeiramente foi de trazer para ela as relações de gênero presentes em vários processos sociais do Haiti e em seguida analisou-se os mesmos processos das relações de gênero, mas na sociedade brasileira, buscando-se perceber o que se mantinha territorializado, o que estava sendo des-territorializado e re-territorializado, para então buscar à teoria fundamentada principalmente em Claude Raffestin e Michel Foucault, Rita Segato e Marcos Saquet para analisá-los. Estas referências foram fundamentais para a interpretação realizada e para chegar a uma conclusão de quais processos redefinem as relações de gênero das mulheres haitianas em Xanxerê.

No capítulo a seguir tratar-se-á da de apresentar a concepção de território a partir do pensamento de Claude Raffestin e de como esse é territorializado mediante relações sociais pelas quais o poder é exercido, resultando na produção de múltiplas territorialidades, que pelo exercício do poder são territorializadas, des-territorializadas e re-territorializadas.

3 DA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: UM PROCESSO DIALÉTICO

A relação dialética evidencia a transformação da natureza e consequentemente à produção do mundo da cultura onde está situada a humanidade e todas as suas necessidades. Assim, este capítulo consiste em demonstrar como o espaço geográfico mediante a ação humana - trabalho, carregada de intencionalidade é transformado pelo exercício do poder em múltiplos territórios e sobre eles será territorializadas territorialidades, que poderão ser com o passar do tempo des-territorializadas e re-territorializadas. Busca-se acentuar que o poder exercido pelas relações sociais produzirá em um processo histórico e multidimensional os territórios, e que nesses será produzido mediante relações sociais de poder múltiplas territorialidades que poderão ser des-territorializadas ou re-territorializadas em virtude de uma constante busca pela produção da existência humana e sua perpetuação enquanto espécie.

3.1 Aspectos conceituais de território no pensamento de Claude Raffestin

A formação da humanidade não pode ser entendida separadamente do espaço natural, no entanto, não pode estar desvinculada da “produção do território”, pelo fato de que a criação de ambos, sociedade e território, foram o resultado de um processo dialético, que se deu da transformação de ambos, devido a uma ação intencional - trabalho. Parte-se da ideia de que, em virtude da necessidade de vivência e existência, o animal, ao interagir com o espaço natural, modificou a constituição orgânica de ambos resultando na produção de sua consciência. Em virtude disso, é possível afirmar que, desse processo, resultou a criação do mundo da cultura, em que tanto o humano como o território foram sendo produzidos e estão situados (Engels, 2000b).

Para abordar-se o processo dialético da criação do mundo da cultura buscou-se a obra a “Dialética da natureza”, de Friedrich Engels (2000b) que partiu da premissa de que o trabalho, atividade realizada pelas mãos do animal para suprir necessidades, foi o responsável por libertá-lo da sua condição natural e, consequentemente, produzindo sobre ele a condição cultural, instituindo-se aí sua humanização. Este processo inicia quando o animal deixa de adaptar-se à natureza e passa a adaptar a natureza às suas necessidades,

isso ocorre quando a mão do animal passou a realizar funções diferentes das funções dos pés (Engels, 2000b). A partir deste momento a natureza passa a ser transformada, modificando-se, resultando na criação de artefatos materiais e em sistemas sêmicos, que implicaram em profundas transformações anatômicas no animal. É dessa relação dialética que o mundo da cultura vai sendo construído ao longo de milhares de anos.

Tanto o animal quanto o espaço terão produzido sobre suas naturezas por meio do trabalho, uma segunda natureza que é natureza da cultura. Portanto, as pegadas deixadas pela humanidade sobre o espaço natural e a apropriação da natureza implicaram em sua transformação, objetivando a “produção de territórios” (Raffestin, 1993). Esses, por sua vez, vão sendo produzidos a partir da necessidade humana e pelo trabalho, o que leva ao longo do tempo ao aparecimento de diferentes territórios, cada qual, com suas particularidades culturais, ambientais, religiosas, políticas e econômicas e, porque não dizer, gerando um entendimento particular sobre o sistema natural. Para o autor citado, o espaço antecede ao território, ou seja, ele equivale, “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço [...]” (Raffestin, 1993, p. 223, grifo do original).

O espaço natural fornece elementos essenciais para a vivência e existência humana que, por sua vez, é produzida em função da existência destes elementos sobre ele. Porém, a variedade de espaços naturais não apresenta as mesmas características, tanto a fauna como a flora apresentam variedades diferentes sobre o espaço geográfico; uma variedade de climas e de solos e ainda diferentes quantidades de elementos naturais considerados vitais para a existência como fontes de alimentação e água. Produzir a existência sobre o espaço natural demandará de intervenção, todavia, a ação humana desde sua caracterização como tal, esteve carregada de intencionalidades, modificou o espaço, produzindo sobre ele uma condição cultural que, normalmente, chama-se de território, ou seja,

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’, que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação (Raffestin, 1993, p. 150, grifo do original).

Na medida em que a humanidade se relaciona com a natureza e vai tomando para si os elementos ou recursos naturais para a produção da existência por meio de relações de

trabalho⁵, resultará, o que se chama de relações de poder, que delimitará e configurará o espaço geográfico, resultando na objetivação do território.

De acordo com Raffestin,

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (Raffestin, 1993, p. 143, grifo do original).

A transformação do espaço, ou seja, dos recursos naturais, pelas sociedades humanas, ao longo do tempo, faz emergir o território, ou os territórios e as territorialidades. Compartilhando do mesmo entendimento de Claude Raffestin, o geógrafo brasileiro Marcos Aurelio Saquet, salienta que, “O território, na sua abordagem, é construído a partir da apropriação do espaço: é o espaço transformado historicamente pelas sociedades [...]” (Saquet, 2008, p. 78). O espaço fornece a matéria-prima para a existência humana; a forma como cada grupo, povo ou nação age para produzir a existência e a vivência leva à produção de territórios plurais, no entanto, algumas características são imanentes e comuns a todos os territórios, como é o caso, desse, ser o local do vivido e das relações sociais que demandam relações de poder,

Assim,

[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993, p. 144).

O espaço transformado dá origem ao território e, esse por sua vez, apresenta as marcas de interesses culturais, religiosos, políticos e econômicos colocados em prática na apropriação do espaço, seja urbano, seja rural, em diferentes países, como Haiti e Brasil. O território carrega em si os interesses daqueles que demandam maior poder exercido sobre os que detêm menor poder. O espaço serve como base de todo um conjunto de elementos, padrões, complexos culturais, instituições sociais e processos sociais que objetivarão a realidade social e os territórios. Assim, o território é o resultado do planejamento, das intenções, das tensões, das relações sociais de poder que se sedimentam a partir da apropriação do espaço.

⁵ Para Raffestin (1983), o poder se enraíza no trabalho, nas formas como as sociedades se organizam para produzirem sua existência.

De acordo com Saquet (2020), o território e o espaço possuem uma intensa e estreita ligação, sem possibilidades de desmembrá-los, sendo o território produzido temporalmente por meio de relações de poder exercidas por determinados grupos ou classes sociais. O processo que resulta na formação do território ocorre mediante a apropriação, dominação e produção do espaço devido às relações sociais de poder, das redes de circulação e comunicação e dos processos identitários. Isto ocorre na cidade, no campo e entre estes dois espaços, a partir da mobilidade de pessoas, informações e mercadorias.

Portanto, o território representa,

[...] um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (Raffestin, 1993, p. 147).

A territorialização do espaço não ocorre de maneira neutra e sim, ela é sistematizada e ideologizada projetando e implantando visões de mundo por meio de relações sociais de poder que são estabelecidas entre o território e o espaço, como demonstraremos no capítulo 5. O território possui significados, memórias, preserva emoções, conflitos, porém como o espaço precede o território; o espaço é o primeiro a ser verificado e representado por aqueles que o territorializarão e sobre ele se manifestará o poder que culmina nos processos sociais que orientam as relações sociais e a construção histórica de cada território e das territorialidades de grupos e indivíduos.

Assim, “O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, outro significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social” (Saquet, 2020, p. 34). Portanto, ao se apropriar do espaço, os atores marcam-no com os seus interesses gerando o território. O fato de marcá-lo significa que se está agindo sobre ele, se está trabalhando o espaço e, conseqüentemente, sobre o território já formado pela ação. Esta ação de trabalhar sobre o espaço e no espaço se caracteriza enquanto trabalho e é das relações sociais necessárias para a execução do trabalho que se origina o poder exercido pelas relações sociais. Para tanto, estão imanentes nas relações sociais de poder, que resultam na “produção do território”, dois elementos, a informação e a energia. Ratificando Raffestin (1993), mas nas palavras de Saquet,

[...] cada sociedade organiza seu espaço combinando esses elementos e, desta maneira, modela seu território, através da energia, da informação, dos códigos,

das estratégias, dos objetivos e da comunicação, de forma relacional e multidimensional, através das relações da vida de cada dia (Saquet, 2020, p. 35).

O primeiro, é a comunicação que possibilitará pelas relações sociais o exercício do poder e o segundo, a energia que pode ser entendida como movimento das ações na transformação do espaço em território, na manutenção do território ou na territorialização do espaço. Portanto, das relações de poder, que se originam no trabalho, das vivências em que se desenrolam relações de poder plurais - sociais, culturais, jurídicas, religiosas, políticas e econômicas -, formam-se os diferentes territórios. “Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes” (Saquet, 2020, p. 27) e dominados. É possível dizer que, ao longo do tempo, os territórios são ressignificados, ou seja, re-territorializados; no mesmo espaço pode haver mais de um território, pois ao longo de sua história os processos sociais podem assumir novas conotações, sentidos e significados.

A territorialização do espaço produz condições materiais e imateriais de vida, o que possibilita à humanidade, ou melhor ao grupo que está territorializando o espaço, produzir relações sociais entre si e com o território. Isto pode ser identificado na apropriação do espaço e de seus recursos pelo grupo, pelo povo ou nação; no uso dos recursos naturais que o espaço fornece; na forma como a existência humana será produzida e por quem será produzida; nas atividades de organização social, cultural, religiosa, política e econômica do território, ou seja, no tipo de relação que o humano estabelecerá com a natureza; nas simbologias e significados que os elementos naturais e culturais representam para o grupo; nas práticas de subsistência desenvolvidas pelo grupo para se manter sobre o espaço. Toda territorialização do espaço se materializa por meio de relações sociais de poder que se estabelecem no que Raffestin (1993) chama de *tessituras*, *nós* e *redes*, que será tratado mais à frente neste capítulo.

Na concepção de território de Raffestin (1993), o espaço trabalhado pela ação humana resulta na “produção do território” – já citada -, formando um “sistema territorial” composto de uma estrutura de três elementos, ou seja, *tessituras* (superfície), *nós* (locais de aglomeração urbana) e *redes* (circulação de informação e transporte). Ao se planejar o espaço, se coloca em prática um conjunto de ações pensadas pelos atores sintagmáticos que territorializarão o espaço produzindo sobre ele um sistema territorial urbano e rural, com relações de dominação e resistências. A territorialização do espaço é o resultado de ações

intencionais de poder dos que planejaram a apropriação do espaço, nem sempre dos que executaram as ações.

A substantivação do sistema territorial ocorre a partir da intervenção humana sobre o espaço - a *superfície* -, configurando-o de acordo com o planejamento feito por atores sintagmáticos, dando origem às *tessituras* políticas, econômicas e culturais. Os *nós* são os locais da aglomeração populacional, que se agrupam em função do trabalho e outras atividades cotidianas, e são organizados de acordo com o modo de produção vigente; já as *redes*, são os elos da informação (meios de comunicação e de transporte para a circulação da matéria-prima, mercadorias e pessoas). Nem sempre este sistema territorial é observável, conforme destaca Raffestin (1993), porque há redes ligadas às decisões, dizem respeito ao campo político; já o sistema territorial observável está ligado ao campo da execução do planejamento, ficando visível pela infraestrutura construída sobre ele.

No entanto, “[...] Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias. Mas, se nos delimitarmos ao território objetivo, esses atos vão se traduzir por atos observáveis” (Raffestin, 1993, p. 150). O autor ainda destaca que isso é possível de ser observado, desde as primeiras civilizações mais antigas até a atualidade. Arrisca-se em dizer, que o sistema territorial criado desde a antiguidade é uma espécie de modelar o espaço natural, marcá-lo com elementos da sociedade com o intuito de diferenciar culturalmente um território de outro, seja por interesses econômicos ou políticos. Na demarcação do território, os agrupamentos humanos tomam para si uma parcela do espaço natural, planejando-o, marcando-o de formas diversas, o diferenciando culturalmente de outros espaços que também foram divididos, pois, esta organização do espaço, que depois de apropriado e planejado pelos atores sintagmáticos se torna território, é onde ocorrem as ações intencionais que se caracterizam enquanto relações sociais de poder, consoante já afirmamos.

A primeira, a *tessitura*, só pode ser entendida como a extensão do espaço planejado e delimitado política ou economicamente onde o poder será exercido. Portanto, “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação deste grupo gera, de imediato, a delimitação.” (Raffestin, 1993, p. 153). O poder vivido e manifestado delimita o espaço, pois está carregado de intencionalidades em certo espaço, definindo-se a extensão, as fronteiras ou os limites territoriais. Portanto, o ponto essencial para o entendimento de tessitura é a noção de limite, que separa uma área

espacial de outra – como os países, estados e municípios -, planejando-se e se estabelecendo objetivos para determinado espaço, determinando-se funções que serão exercidas e por quem serão exercidas sobre a extensão da superfície delimitada. Neste sentido, “Delimitar é isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.” (Raffestin, 1993, p. 153). A tessitura é o território produzido por relações de poder, organizada espacialmente, orientada por relações sistematizadas e ideologizadas. Por esta lógica se percebe uma relação intrínseca entre poder e tessitura, pois,

A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. [...] a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (Raffestin, 1993, p. 153).

Como dito, a tessitura implica a ideia de limite, é o local onde o poder é exercido definindo-se fronteiras e escalas de poder. As tessituras não são permanentes, podendo ocorrer variação de tamanho e em seus limites e fronteiras, alterando-se as relações sociais de poder, seja pela coerção ou espontaneamente.

Outro elemento do sistema territorial são os *nós*, esses são produzidos nas malhas territoriais e, nas palavras de Raffestin (1993), mostram a organização do território, é o local onde o “Outro” está situado, são os locais de moradia dos atores sintagmáticos responsáveis pela “produção do território”. Devem ser entendidos como lugar de reunião de indivíduos ou grupos, aglomerações espaciais situadas na malha territorial, onde ocorrem as ações que produzem a existência humana, sejam elas ações políticas, econômicas, jurídicas, sociais e ou culturais.

Sobre a malha territorial são inúmeros os pontos existentes, sendo eles de tamanhos diferentes, centralizados ou periféricos, localizados próximos ou distantes um do outro. “Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, que se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes.” (Raffestin, 1993, p. 156). Nas *tessituras* estes *nós* que representam um local de agrupamento, devem ser entendidos como locais de sociabilidade que diferentes grupos culturais elegem para viver, como ocorre em Xanxerê, na cidade, nos bairros periféricos e nobres. Os motivos do agrupamento são inúmeros e são alterados com o tempo. Portanto, ao se olhar estes locais, eles somente serão compreendidos numa perspectiva histórico-crítica, conforme pretende-se realizar. Alguns destes *nós* estão centralizados e outros nas extremidades do território, alguns com maior poder do que outros, dependendo das funções

desempenhadas neles ou por eles e sua centralidade, porém, todos, necessitam ser comunicáveis, e é neste sentido que Raffestin (1993) elege o terceiro elemento estrutural que compõe o sistema territorial, a *rede*.

As *redes* precisam ser entendidas como linhas que ligam um ponto a outro, um ator a outro, mantendo-os conectados não importando o objetivo que aproxima os atores e os pontos, tendo como finalidade conduzir a informação e a energia necessárias para a existência dos atores e do próprio território. O conjunto de *redes* pode ser visível ou não, com conexões concretas ou abstratas estando representadas nas vias de comunicação, nas vias de transportes, nas redes financeiras e produtivas.

Em outras palavras, por meio do emaranhado de linhas estabelecidas na *tessitura* territorial é que os pontos e os atores se interligam, se comunicam, se sociabilizam, produzem suas vivências. Criam condições para o exercício do poder, que tem como propósito organizar, controlar e dominar o território, a população e os recursos. A ação dos atores sintagmáticos tem a ver com a natureza da *tessitura*, dela é que os objetivos são traçados e delimitados para serem alcançados.

De acordo com o autor,

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não asseguram a comunicação. É uma rede de disjunção. (Raffestin, 1993, p. 156).

Quando o autor afirma que as *redes* não asseguram a comunicação, está se referindo às redes concretas, como as de transportes, pois na conexão destas redes com o propósito de interligar os pontos, alguns desses não terão ligação no emaranhado de vias de transportes, podendo se dizer que os pontos periféricos poderão ficar sem conexão com a rede e com os nós que ela liga. Isto, muitas vezes, ocorre com os pontos periféricos urbanos, que estando mais afastados no perímetro central, podem acontecer sem uma conexão precisa com o restante da cidade. Como diz o autor, “[...] são as redes que asseguram o controle do espaço e o controle no espaço.” (Raffestin, 1993, p. 157).

Por esta lógica e tendo alguns pontos mais privilegiados do que outros, fica evidente que o poder não é simétrico, pode ser disruptível, podendo perder a intensidade dependendo de onde for a localização do *nó*. Para concluir, “Toda a rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes.” (Raffestin, 1993, p. 157). O exercício do poder, que tem origem nas relações sociais, tem no sistema territorial e em sua estrutura tripartite as condições objetivas de sua perpetuação.

3.2 Relações de poder e território

No pensamento do teórico suíço Claude Raffestin, pensar o território é eleger como categoria central para seu entendimento, o poder, e, neste ponto, Raffestin (1993) aproxima-se da concepção de poder do teórico Michel Foucault. Acerca disso, deve-se pontuar que Foucault relacionou o poder com o saber entendido enquanto um conjunto de verdades, que em seu pensamento deve ser compreendido como

[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. [...] está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade (Foucault, 2007, p. 14).

A verdade produzida necessita ser comunicada e partilhada ao outro, para isso o poder se utiliza da linguagem que é de onde se origina seu exercício, que, por meio de discursos, de leis, normas e práticas sociais, compartilha daquilo que é considerado verdadeiro para uma sociedade. Sendo assim, para Foucault, (2014) o saber gera poder, e quem deter o saber também deterá os instrumentos necessários para seu exercício, pois, como o autor afirma, saber é poder, porém poder também é resistência por parte daqueles a quem o poder tende a controlar, pois de acordo com Foucault (2007) o exercício do poder cria saber, esse por sua vez acarreta efeitos de poder. Pela lógica do pensamento foucaultiano, o poder se manifesta em rede, interligando toda a malha social. Tessitura social e os que estão nela, nas palavras de Raffestin (1993), controlando os que não detém o saber, e, como consequência, por não deterem o saber, esses mesmos, não deterão o poder, serão dominados por aqueles que o detém, conforme menciona Foucault (2007). “Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (Foucault, 2007, p. 42).

Para Raffestin (1993), o poder tem por finalidade o controle e a dominação da população, dos recursos presentes no território e do próprio território, como percebemos nas distintas colonialidades perpetuadas historicamente, que destacaremos no capítulo 4. Concorde-se com Foucault quando esse coloca o trabalho como poder original e postula que, das relações de trabalho, se originam tantas outras relações sociais que demandam poder. O que torna compreensível Raffestin (1993) identificar que a população é a que tende a ser mais controlada e dominada pelo poder, pois apresenta as condições de transformação do espaço natural, ou seja, é a sua ação intencional que se apropria e

transforma o espaço natural em território, garantindo formas diversas de subsistência e organizando a vida social do grupo.

Nas palavras do autor, no que diz respeito à população estar no centro do controle e do domínio pelo poder, é “[...] simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação, ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (Raffestin, 1993, p. 58). No entanto, o autor não desconsidera o território como elemento de interesse do poder; pelo contrário, o território está no campo onde acontecem as relações sociais de poder e, conseqüentemente, local onde o poder será exercido, “[...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a interagir numa estratégia” (Raffestin, 1993, p. 58).

Quanto aos recursos, é por meio desses que se traça a ação intencional de como ocorrerá sua apropriação e sua transformação pelo trabalho realizado pela população, destacando-se aqui que, se for em sociedades de modelo econômico capitalista, o objetivo será o lucro. E são das relações sociais que se estabeleceram neste processo, que o poder será exercido, controlando e dominando a população, o território e os recursos. “Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação” (Raffestin, 1993, p. 58). Do emaranhado de relações que se desenrolarão desse processo, haverá no mínimo dois grupos ou classes de onde emergirá o poder que se manifestará em forma de poder político, econômico, religioso, jurídico, cultural e social, presente em todo o sistema territorial, espalhando-se sobre a malha social, ou seja, dissolvido na sociedade, portanto, sendo multidimensional e multidirecional e apresentando resistência de uma das classes sociais.

Raffestin (1993) considera que o poder garante a sujeição dos cidadãos de um Estado, não nega que ele emana do Estado e de suas instituições, chama este poder de visível e menos perigoso. Neste ponto, aproxima-se novamente de Michel Foucault, quando esse reconhece o poder, presente na soberania do Estado, à forma da lei ou da unidade global de uma dominação, sendo essas suas formas terminais. Isso demonstra que ambos os autores não negam o poder que emana do Estado e de suas instituições, todavia, entendem que o poder antecede o Estado. O poder nasceu juntamente com a humanidade, que se organizou primeiramente sob o modo de produção comunal, conforme Engels (2000a), inerente às relações patriarcais. Neste modelo de sociedade o Estado estava ausente, porém o poder já se manifestava nas relações sociais do grupo. Usa-se afirmar,

que estava imanente nas relações de trabalho, controlando e dominando o indivíduos. Nas palavras de Raffestin, o poder que não emana somente do Estado e de suas instituições, esconde-se atrás do Poder do Estado.

Deste modo, nas palavras de Raffestin, o poder,

Esconde-se tanto melhor como maior quanto for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há ‘Poder’ e o ‘Poder’ (Raffestin, 1993, p. 52, grifo do original).

Mediante a isso, percebe-se que no pensamento do autor existe o Poder do Estado e o poder que se manifesta de baixo, fazendo-se presente em toda a tessitura social. Da mesma forma como Michel Foucault, Claude Raffestin considera que o poder está dissolvido em toda a estrutura social, ele não é único e nem unidimensional, sendo exercido por todos. Isso quer dizer, que ele não é praticado ou exercido somente pelo Estado - instituição legítima do exercício do poder político de uma sociedade -, nem só pela religião - responsável pela formação espiritual -, pelo sistema jurídico - responsável por zelar pela manutenção da lei e de seu cumprimento - ou pela classe dominante - dona do capital que detém maior poder econômico -, mas sim, por todos os que fazem parte da sociedade, ou seja, do Estado até a sociedade civil, perpassando toda a estrutura social, não de forma hierarquizada, mas caracterizando-se enquanto uma prática social, ou seja, ele está espalhado sobre a malha que forma o território na extensão delimitada da tessitura territorial, envolvendo e perpassando por todas as relações sociais.

Raffestin, ao não negar o poder emanado do Estado e de suas instituições, enfatiza que este poder é “[...] mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável” (Raffestin, 1993, p. 52). Este poder emana do Estado, não negado nem por Raffestin (1993) e nem por Foucault (2007). Sob essa ótica, Michel Foucault chama o poder que emana do Estado de macropoder, porém não é este que funciona enquanto prática social no cotidiano da população e, sim o micropoder, considerado um subproduto do macropoder, o que é exercido pelas instituições de Estado. O micropoder é exercido pela escola, prisão, fábrica, hospitais e os *mass media*, as chamadas instituições modernas controladas ideologicamente pelo Estado, os quais, exercem um poder disciplinador de corpos e docilizador de mentes. Foucault (2007) indica que o exercício do poder se deu primeiramente sobre o corpo e, Engels (2000a) de certa forma já havia antevisto esta questão, quando explicita que a primeira

dominação foi uma dominação do gênero masculino sobre o feminino. Pelo pensamento foucaultiano, os corpos da população são vigiados e o efeito é a sua disciplinação e docilização, resultando deste poder disciplinador o controle e a dominação da população, manifestação essa que o autor chamou de poder político (Foucault, 2007, 2014).

Este controle sobre a população fica visível no Direito - enquanto um código de conduta; na política educacional, que orientará a organização da educação escolar, na organização do currículo escolar e na seleção dos conteúdos; pelo censo demográfico, quando toma conhecimento sobre as condições estruturais, sociais, econômicas, de saúde e educacional da população; nos registros de vacinação da população e nas campanhas da mesma. Desta forma, o Estado, por meio de suas instituições jurídicas, educacionais e de saúde exercem o controle de seu cidadão.

De um lado, o poder está em todos os lugares e em todas as partes, porém, não de forma visível; por outro lado, ele está situado no Estado e em suas instituições. Portanto, ele é multidirecional, pois está disperso na sociedade e em todos os tipos de sociedade, manifestando-se nas relações e interações sociais. Quanto ao poder emanado do Estado e de suas instituições, o qual Raffestin denomina de Poder, com letra maiúscula, é considerado por ele menos perigoso do que o que está por trás desse, chamando de poder com letra minúscula, pois o primeiro é visível, é legítimo e a população reconhece sua existência, sendo assim, tende a se submeter a ele; já o outro não é visível, a população não o reconhece, mas mesmo sem tomar conhecimento acaba sendo assujeitada por ele, porém sem perceber tal condição de assujeitamento a qual está sedimentada.

Quanto ao Poder que emana do Estado, “É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira desconfiança pela própria ameaça que representa” (Raffestin, 1993, p. 52). Já o poder imanente nas relações sociais e presente em toda a malha territorial, é considerado pelo autor “[...] o mais perigoso [pelo fato de que] é aquele que não se vê, ou aquele que não se vê mais, porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o a prisão domiciliar” (Raffestin, 1993, p. 52). Portanto, o poder não tem uma origem única, está em todos os locais, imanente nas relações sociais que se estabelecem sobre o tecido social, tendendo a alterar a maneira de pensar, agir, sentir e de compreender da população, mas de maneira sutil, de maneira que os atores subjugados pelas relações de poder não se sintam e nem se percebam subjugados por elas, devido ao poder estar enraizado nas relações sociais, sendo possível dizer, que sua prática já está naturalizada.

Para Foucault, o poder emana de baixo, não apresenta, pois, uma estrutura piramidal, não havendo, assim, oposição entre dominador e dominados; as relações de poder não são externas às outras relações sociais, pelo contrário, estão intrínsecas e emergem de todos os lugares, de todos os processos e relações sociais que se estabelecem em sociedade, sejam elas, culturais, religiosas, jurídicas, políticas, econômicas e ambientais.

O poder é intencional, orientando processos e relações sociais objetivas, neste sentido o poder é relacional, multidimensional e imanente ao tempo e ao espaço, podendo não ser simétrico; o poder não é adquirido, é exercido pela prática social a partir não de um ponto específico, mas sim, a partir de todos os pontos; havendo o exercício do poder, haverá resistência, todavia, a resistência é imanente ao poder (Foucault, 2007). Não há poder sem haver dois polos, há oposição, há resistência de um dos lados; é nas relações sociais que o poder se manifesta, assim, toda relação social é relação de poder. A relação entre os dois polos, “É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (Raffestin, 1993, p. 53). O embate entre os polos é visível pelo tipo de relações que os dois lados produziram, ao manifestar-se no território, podendo se dizer que as relações sociais são onde se situa o poder, nas palavras de Raffestin (1993), as relações sociais são o enquadramento do poder. Portanto, se o poder está dissolvido nas relações sociais e essas estão localizadas no território, esse é o palco das lutas, da oposição e da resistência, sendo assim, são das relações sociais de poder que o território é produzido, representando os interesses de quem o planeja.

Não há relações sociais neutras, essas estão carregadas de intencionalidades, são ideológicas, expressam interesses e capacidades de força e diferentes influências, assim o embate está posto e a resistência emerge pelo fato de o poder possuir caráter diverso. “Toda a relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações sociais” (Raffestin, 1993, p. 53). Das relações intencionais estabelecidas é que resultará o território, podendo esse apresentar sobre a mesma tessitura mais de uma marca, ou seja, ele pode ser configurado enquanto território urbano ou rural; no entanto, nele podem estar situados outros territórios, como o território do tráfico, da prostituição, do turismo; um território religioso, pode vir a ser um território econômico, de turismo e de lazer; ou ainda, um

território ambientalista, pode nele ser produzido um território de produção sustentável, que em virtude disso outros territórios apareçam, como o educacional e o turístico. Ou ainda, o território pode perder força de sua territorialidade e produzir novas territorialidades, ou seja, ele pode ser des-territorializado e re-territorializado.

3.3 Territorialidade humana

Ao se apropriar do espaço natural e estabelecer nele as marcas humanas da cultura, significa dizer que o espaço está sendo territorializado, pois sobre ele está sendo produzido todo um arcabouço cultural em seus aspectos material e imaterial, moldado pelas relações de poder, já destacadas, exercidas nos processos de produção do território com a intenção de garantir a vivência, a existência e a organização social do grupo ou classe. E é no processo para garantir a existência e perpetuação do grupo e sua organização social, que a sociedade se utilizará do que a natureza oferece e a transformará produzindo sobre o território a partir de três dimensões, a econômica, a política e a cultural (E. P. C), (Saquet, 2005), e é da relação dos atores que se originará o que veio a ser chamado de territorialidade.

Sendo assim, todo território apresenta territorialidades, considerada um produto territorial, ou seja, um produto social e historicamente constituído, variando de um território a outro. Sua produção ocorre de forma relacional envolvendo três elementos, os *atores* que são os sujeitos de uma sociedade, os *meios* de produzir a vivência e a existência humana, sejam eles naturais ou culturais e a questão *temporal* (Raffestin, 1993).

As relações sociais são diversas, pois são estabelecidas com o objetivo de garantir a existência e permanência do grupo em determinado território, considera-se, portanto, que, mediante a passagem de tempo e novas necessidades que emergem das anteriores e outras que vão se fazendo surgir com o passar do tempo, é que a territorialidade sofrerá modificações devido às alterações ocorridas na forma de sua produção, na apropriação dos elementos que integram o território e de seu consumo.

Neste sentido, entende-se que a territorialidade é dinâmica e flexível, mudando de acordo com os tipos de relações sociais estabelecidas entre os atores e o sistema territorial, conforme se demonstrará mais adiante no capítulo 5, no movimento de des-territorialização e re-territorialização das relações de gênero das mulheres haitianas em Xanxerê.

Nas palavras do autor suíço, “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]” (Raffestin, 1993, p. 160). Desta relação tridimensional, o território ganha marcas que se solidificam com a passagem temporal, cristalizando-se nas relações sociais e criando nele uma identidade tanto internamente como externamente. A territorialidade, “[...] se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...]” (Raffestin, 1993, p. 161). Considerando que a territorialidade ao ser situada no campo da produção, troca e consumo de bens naturais, materiais e imateriais em uma relação entre os atores, o espaço e, considerando seu aspecto histórico, relacional e multidimensional, não deve ser entendida sem considerar o dinamismo e a diversidade social.

Seguindo esta linha, entende-se a territorialidade,

[...] como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (Saquet; Briskiewicz, 2009, p. 8).

Neste sentido, as relações sociais são estabelecidas em virtude das necessidades do grupo social atendidas por meio de um processo de apropriação e transformação da natureza e da cultura. Este processo ocorre em conjunto com a produção do território. Portanto, a territorialidade é o resultado das relações produtivas, políticas e culturais, ou seja, o produto das relações sociais estabelecidas entre o grupo e a natureza, considerando aqui os aspectos naturais e os culturais já existentes no território, todavia, a territorialidade tem uma dimensão social, por ser produzida externamente à natureza humana.

Considerando ainda, que todo este processo ocorre no cotidiano social mediado pela ação – trabalho, já sinalizado anteriormente por Raffestin (1993), uma série de outras relações sociais permeiarão a produção da territorialidade, garantindo a existência material e imaterial do grupo social ou classe. A territorialidade não apresenta apenas caráter econômico, vai muito além, pois ela resulta das demais relações sociais estabelecidas com o campo político, cultural e ambiental, ou seja, é o resultado de todos os tipos de relações sociais estabelecidas no território.

A territorialidade é inerente à vida em sociedade, ela é vivida, é sentida, ou seja, ela está imanente em cada parte e em cada área do território, em cada ser e em cada elemento que o constitui. Resulta das ações humanas, tanto materialmente como imaterialmente, considerando-se o que se produz e se consome no território, é considerado territorialidade

ou territorialidades. Como produto das relações sociais, a territorialidade se manifesta nos atores e na organização social, estando representada nos meios de como esses vivem, convivem e interagem entre si e com os recursos materiais, imateriais e naturais presentes no território, o que confere aos atores e ao grupo um caráter identitário. Saquet e Briskiewicz (2009), salientam que a territorialidade possui uma conotação histórica, relacional e multidimensional, no entanto, consideram que ela apresenta uma correlação de unidade, objetividade e subjetividade.

Considerando que a territorialidade é o produto das relações sociais produzida no dia a dia, destaca-se que,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar, é múltipla, e, por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2020, p. 137).

Para Raffestin,

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e a sociedade vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial as todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (Raffestin, 1993, 161-162).

A territorialidade se faz presente em todos os espaços sociais e espaciais, onde as relações sociais são produzidas, onde a vida – a existência -, acontece, onde as emoções se originam, onde se sente o exercício do poder ao viver cotidianamente. A territorialidade é, portanto, vivenciada em meio a um emaranhado de relações sociais que exercem poder na territorialização do território.

Portanto, garantir a existência e a vivência humana produz diferentes relações de poder entre os atores e entre o espaço natural, impulsionando diferentes relações exercidas entre os atores e o território, o que resultará em diferentes sentidos e significados da territorialidade. Se pensarmos as relações de poder em sociedades de classe e com propriedade privada, e em comunidades com pouca diferenciação socioeconômica, se identificará diferentes sentidos de território.

A territorialidade caracteriza-se pelo vivido em sentido amplo, expressando-se em várias dimensões, sejam elas, culturais, sociais, jurídicas, econômicas, políticas e religiosas, tanto em âmbito material e imaterial. A territorialidade representa a pluriculturalidade do território, sendo nele produzido a existência e a vivência humana, diferenciando-se um território do outro.

A territorialidade,

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete, a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (Raffestin, 1993, p. 158-159, grifo do original).

Assim, a territorialidade institui sentido à existência do grupo em certo território, uma vez que os atores sociais produzem a territorialidade, essa sedimenta-se no território, como se fosse um ímã que prende o ator nele, pois toda sua existência está enredada na produção de bens materiais e imateriais que lhe conferem identidade. A produção e consumo da territorialidade cria sentido à existência de cada ator social e do grupo como um todo, pois sendo ela responsável pela integração dos atores ao território, estabelece, portanto, um caráter identitário, tanto aos atores como ao grupo social.

A territorialidade se constitui considerando as ancestralidades ou rompendo com elas em nome do desenvolvimento, sendo assim, em ambos os casos, a territorialidade é a representação do vivido, do sagrado, do profano e da produção. E ao considerar-se que o território tem mais de uma territorialidade, ou seja, destacando-se os elementos naturais e culturais, mais os atores sociais e o local de moradia, produzir-se-ão territorialidades diferentes. Portanto, as territorialidades só serão compreendidas por uma análise que considere os aspectos socioculturais e históricos situados em cada espaço-tempo.

Enfim, acreditamos que,

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (Saquet; Briskiewicz, 2009, p. 90).

A territorialidade pode ser visualizada em seu aspecto material como no artesanato, na culinária, no vestuário, em artefatos religiosos, nos instrumentos para as práticas comerciais e agrícolas dentre outros. E em seu aspecto imaterial, manifesta-se nas normas de organização do grupo, na arte, na dança, na música, nos costumes e tradições, nas funções, papéis sociais de cada integrante do grupo e na forma como os atores relacionam-se entre si e com o coletivo. Portanto, cada um desses elementos que compõe a territorialidade possui aspectos que conferem identidade e unidade ao grupo social,

fazendo com que as singularidades territoriais sejam diversas, tanto internamente como externamente ao território.

Portanto, existe uma diversidade de territorialidades em um único território, pois são produzidas tanto na dimensão econômica, para a produção da existência humana, na dimensão política, para a organização social e na dimensão cultural, na produção da vivência e perpetuação humana. Citando algumas delas, a territorialidade da família, do trabalho e do não-trabalho, do corpo, do gênero, da espiritualidade, da política, da educação, do lazer, da saúde, da doença, da morte etc. A territorialidade se expressa pelos saberes, pelos tipos de tratamento dispensado ao campo imaterial da cultura e para com a própria natureza externa e se manifesta pelos padrões comportamentais sociais do grupo, nas técnicas, nos arranjos e complexos culturais.

Desse modo,

Todas as territorialidades (econômicas, políticas e culturais) correspondentes a um grupo social fazem parte do patrimônio, pois manifestam os modos de vida, as relações sociais, os valores, crenças, edificações, cultivos etc., em um terminado espaço, em um determinado tempo (Saquet; Galvão, 2009, p. 106).

A preservação do patrimônio garante a existência das territorialidades, sendo a memória o mecanismo de sua preservação, que pode retardar o processo de mudanças das territorialidades o que conserva o modo de vida do grupo. Todavia, por influência interna e externa, as territorialidades, em um movimento dialético, serão alteradas, como também se demonstrará mais adiante em relação ao grupo de mulheres haitianas estudadas.

As territorialidades mudam devido ao tipo de atividades de existência, espirituais, políticas, educacionais, jurídicas dentre outras, que são possíveis de realização no território em virtude dos elementos naturais e culturais presentes nele. Nesse caso em particular, os centros urbanos, apresentam territorialidades diferentes das áreas rurais. Um solo fértil propicia a prática da agricultura, da pecuária e do pastoreio, já uma floresta propicia a coleta, a caça e a pesca, enquanto em um centro urbano, a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Em cada um desses territórios, a relação entre os atores e os meios de garantir a existência do grupo são diferentes, o que leva ao aparecimento de territorialidades também diferentes e, no caso de populações de imigrantes, pode ocorrer a des-territorialização e a re-territorialização da territorialidade, com mudanças mais ou menos significativas na sua identidade.

Ao se utilizar o trabalho e procurar-se entender o seu sentido para as sociedades industriais estratificadas, povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e

populações de imigrantes, o significado será diferente. O mesmo ocorre ao perguntar-se para trabalhadores urbanos, povos tradicionais e camponeses o que representa a floresta para eles ou o que representa a terra para o pequeno agricultor e para o agronegócio. Se perguntar como cada um desses grupos produz a existência mediante ao que a natureza oferece, aos saberes que possuem, às técnicas de produção e organização política, será identificado que cada grupo produzirá diferentes territorialidades.

Os elementos são os mesmos, porém o vivido, o sentido, as emoções, a visão de mundo, o saber acumulado, o entendimento para com o outro e para com a natureza e a finalidade da produção da existência, serão diferentes. Isso fica claro em sociedades industriais e sociedades tradicionais, o objetivo do lucro é imanente nas sociedades modernas industriais. Isso demandará diferentes relações de poder para cada território, produzindo territorialidades singulares.

Enfim, a territorialidade, ao longo do tempo, assume novos significados, ou seja, pode ser ressignificada, devido às mudanças no comportamento humano, na relação do humano com a natureza e com o território, no aparecimento de novas necessidades e substituição da sua identidade por outra, na escassez e desaparecimento de elementos e recursos naturais em novas formas de produção da existência. Isso significa dizer que as territorialidades não são lineares, nelas há mudanças e continuidades. Isso tudo ressignifica a territorialidade já existente, produzindo sobre ela uma nova territorialidade; esse processo de desconstrução e reconstrução do território, de significação e ressignificação da ação humana sobre o espaço geográfico mediante ações econômicas, políticas e culturais des-territorializa e re-territorializa os atores urbanos e rurais (Saquet, 2003/2001).

Seguindo o pensamento do autor suíço, esse destaca que a territorialização é suscetível à des-territorialização, mediante “[...] a perda de vínculos e relações com o lugar de moradia, pessoas, objetos, ruas [...]” (Raffestin, 1984 *apud* Saquet, 2005, p. 13.1869). O deslocamento espacial e distanciamento do território de vida torna o imigrante suscetível a uma nova territorialização, chamada pelo autor de re-territorialização, em que um novo território vai sendo formado.

A ausência de vínculos ou a perda desses leva à des-territorialização do território e a sua re-territorialização. Ou seja,

Na re-territorialização, dá-se uma re-produção de elementos do território anterior, em algumas das suas características, tanto no nível da economia como da política e da cultura. Há uma tentativa e mesmo efetivação de continuidade, de estabelecimento de identidades simbólicas e afetivas; uma ligação complementar na T-D-R. Porém, esta identidade pode ocorrer como unidade nas

dinâmicas políticas e econômicas [...] (Raffestin, 1984 *apud* Saquet, 2005, p. 13.869).

Portanto, a dinâmica da continuidade da configuração do território se evidencia com a Territorialização, Des-territorialização e Re-territorialização (T.D.R), da qual, faz emergir uma nova dinâmica entre os atores sociais em relação aos elementos dispostos sobre o território, entre os próprios atores, as instituições sociais e o Estado das quais, pode vir a ser criado um novo padrão de comportamento social, tendo em vista, que o exercício do poder perpassa por todas as situações sociais vividas no cotidiano. Os atores estão mergulhados em redes de poder, pois como afirma Foucault (2007), o poder está em todo lugar e os atores são tanto geradores como receptores dele. Toda a ação da TDR está carregada de intencionalidade e é exercida, de acordo com Raffestin (1993), pela prática do trabalho em diferentes atividades cotidianas, sendo elas econômicas, políticas e culturais. No entanto, a ação – trabalho evidencia relações sociais de poder que, por sua vez, vão configurando a TDR revelando seu caráter político.

No movimento histórico, a des-territorialização e a re-territorialização podem acontecer simultaneamente, sendo

[...] eventos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho, de pessoas com necessidades, anseios, desejos, sonhos. Este é um aspecto fundamental no trato desta questão, pois não podemos compreender a mobilidade fragmentada, despedaçada, diluída na miríade de fenômenos cotidianos (Saquet, 2005, p. 13.869).

Ambos os processos se constituem no cotidiano social, cenário das relações E. P. C, das quais, emerge o exercício do poder que configura, ou melhor, moldando-os, formando o que se chama de identidade. Entende-se este processo, como um processo dialético, que não segue uma linearidade, pois ele sofre continuidades e descontinuidades e delas formam-se as re-territorialidades, variando no tempo e nos territórios, já que esses enquanto produto da cultura humana não são universais, apresentam particularidades pluriculturais. Mediante ao exposto, entende-se que a identidade ou as identidades seguem o mesmo fluxo, são concomitantes com a territorialidade, a des-territorialidade e re-territorialidade, são produzidas no cotidiano social e de forma coletiva ao longo do tempo pelos atores sociais de um mesmo grupo social e em diferentes agrupamentos humanos.

O território produzido pelos humanos serve de sua morada com a finalidade de produção da existência, da vivência e da perpetuação humana, no entanto, à medida que a territorialidade vai sendo modificada pelas relações sociais de poder de quem a produz, esses mesmos atores também são modificados, ocorrendo a des-territorialização e,

consequentemente, a re-territorialização. Como diz Raffestin (1993), os atores envolvidos nas modificações ou alterações da territorialidade vão sendo modificados também, isso quer dizer, que suas subjetividades serão modificadas, transformadas e reconstruídas, ganhando novos significados.

No movimento dialético de continuidade e descontinuidade da TDR, a identidade também é des-territorializada e re-territorializada pois, ela se constitui nas territorialidades. Assim, entende-se que a identidade é múltipla, arrisca-se em dizer, que mesmo em uma mesma territorialidade pode haver mais de uma identidade, considerando a complexidade dos atores sociais e suas diferenças socioculturais, políticas e econômicas,

Neste sentido,

[...] a identidade é processual, é construção; é homogeneidade e heterogeneidade ao mesmo tempo [...] a identidade é substantivada por uma multiplicidade de práticas, relações; diferenças e mesmo desigualdades, inerentes ao território [...]. As identidades são produzidas historicamente por relações identitárias, coletivas, grupais (Saquet, 2005, p. 13.872).

A identidade ou as identidades seguem o processo dialético pelo qual ocorre a TDR, podendo-se dizer, que as identidades são produzidas concomitantemente a eles. As relações sociais imanentes nas atividades econômicas, políticas, culturais e com a natureza vão ganhando contornos e significados na medida em que vão sendo produzidas. “A identidade também depende de relações passadas e presentes, de sua interconexão, na T-D-R; é fruto de processos estruturais e conjunturais, dito de outro modo; é coletiva, produto e condição de saberes e conhecimentos, relações, de si mesma como identidade” (Saquet, 2005, p. 13.873).

Desse modo, entende-se, que a identidade está enraizada em práticas sociais já realizadas e perpetuadas pelas relações sociais produzidas no cotidiano social do tempo presente para garantir a existência do grupo no tempo futuro. Este movimento é dinâmico, de continuidades e descontinuidades, isso quer dizer, que estão sendo produzidos saberes, técnicas, práticas sociais, padrões de comportamento e interações sociais tanto entre os atores, as instituições sociais e a natureza externa, gerando marcas em cada território.

Pode-se pensar, na forma como os grupos sociais se relacionam entre si, com os recursos naturais, nas hierarquias de poder dentro grupo social entre os atores sociais, nos tipos de tratamento com o corpo, com a saúde, doença, bem-estar, com alimentação, nas práticas espirituais, nas funções e papéis sociais que homens e mulheres desempenham no grupo, nas formas de produção da existência etc. No entanto, estes padrões comportamentais e práticas sociais apontados aqui não seguem a mesma lógica em todo

lugar. E em virtude disso, é que se pode dizer que as identidades carregam as marcas do tempo histórico e do espaço territorializado pelo exercício do poder que se manifesta pelas práticas sociais. A humanidade não é *una* e sim *múltipla*, e o que permite que se perceba esta multiplicidade são as identidades que são as marcas aparentes e visíveis em um primeiro momento quando se olha para um determinado grupo social. Ao afirmar-se que a humanidade não é *una*, busca-se neste momento trazer para a discussão o processo migratório de atores sociais que, des-territorializados de seu território de origem, estão submergindo com sua territorialidade em territórios diferentes, com outros padrões culturais, relações sociais e com outras identidades.

Na dinâmica da migração, este processo fica evidente, na medida em que os grupos humanos se deslocam de um local para outro, eles constituem-se, passam a possuir marcas simbólicas e não simbólicas em seus corpos, em seu comportamento social, em suas identidades, compatíveis com os padrões de comportamentos produzidos *in loco*, ou seja, no novo território. Então, afirma-se, em virtude de que os grupos migratórios estarão submetidos à novas relações sociais, produtivas, políticas, linguísticas, religiosas, educacionais, jurídicas etc., e aos mecanismos de poder exercidos no cotidiano social, suas identidades serão ressignificadas, como se descreverá no capítulo 5, análise precedida por uma necessária reflexão sobre colonização e colonialidade do “Outro” do patriarcado.

4 COLONIZAÇÃO EUROCÊNTRICA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: TERRITORIALIZAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DO “OUTRO” DO PATRIARCADO

A formação histórica da América Latina feita no séc. XV pelas invasões europeias, em um primeiro momento de espanhóis e portugueses, foi marcada pela ação dominadora daqueles países sobre os territórios que já possuíam identidades culturais, denominados por seus próprios habitantes de *Abya Yala*, *Pacha Mama*, *Tawantinsuyu* e *Anahuac*. O processo colonial impôs a esses territórios um único padrão identitário, homogeneizando-o e denominando seus habitantes de “índios” e seus territórios por um único nome – “América”, em homenagem ao “primeiro europeu” a chegar a essas terras até então não conhecidas pela Europa - Américo Vespúcio.

Assim, objetiva-se nesse capítulo demonstrar que a colonialidade agiu sobre o mundo da cultura dos territórios que eram diversos e que foram conquistados pelos europeus supracitados. Na colonialidade, muitos foram marginalizados, silenciados e invisibilizados, processo em que o “Outro” do patriarcado ocidental, diferente do europeu foi inferiorizado. Como consequência, o “Outro” indígenas, africanos e seus descendentes e mulheres emergiram historicamente na modernidade racionalizada e no sistema mundo capitalista enquanto sujeitos às margens da sociedade e propensos a terem seus corpos, suas sexualidades, seus gêneros, suas subjetividades e força-de-trabalho exploradas, para assim alimentarem a economia capitalista que estava naquele período emergindo enquanto modelo de sociedade civilizada e considerado o único modo de produção capaz de impulsionar o desenvolvimento e o progresso nas sociedades modernas.

Portanto, busca-se nesse capítulo demonstrar que os indígenas, africanos e mulheres foram sendo territorializados na modernidade enquanto seres subalternos por meio de um “padrão de poder colonial” nas palavras de Aníbal Quijano ou por meio de uma “Matriz Colonial de Poder” nas palavras de Walter Dignolo.

4.1 A expansão europeia e a colonização do “Outro”

O fato de uma única denominação comum para toda a população e a todo o extenso território já habitado, demonstra a negação dos europeus com a existência de culturas e

histórias presentes nesses territórios. Tais territórios, desde a chegada de seus invasores, os espanhóis e portugueses, sofreram intensamente com o processo de desnudamento, ou seja, a negação de territórios historicamente constituídos e a negação da humanidade e das histórias e culturas de seus habitantes. Processo esse conhecido por colonialismo que extirpou e se apropriou seja dos territórios, seja das vidas que neles habitavam, dos recursos naturais existentes e dos corpos nele existentes e que deu início a uma nova fase na história humana nunca antes vivida, a chamada modernidade, contribuindo para acentuar a existência da Europa enquanto centro de poder hegemônico.

Fase essa que deixou marcas profundas tanto sobre o terreno social, como sobre os corpos e suas subjetividades, vitimando milhares de humanos com a perda de suas vidas, de seus corpos, de seus saberes, de suas histórias, de suas linguagens, de seus gêneros, de seus deuses e crenças, de seus territórios, de suas identidades e de suas subjetividades. Cicatrizes essas que no decorrer desses 500 anos foram sendo aprofundadas, porém, mesmo em meio a tamanhas tragédias, os povos colonizados desenvolveram mecanismos de resistências ao padrão moderno de poder, à colonialidade, que será discutida mais adiante.

Em meio a tanto flagelo cultural uma única sociedade passou a se constituir em detrimento de centenas de outras comunidades que foram dominadas, exploradas e muitas delas dizimadas para garantir a hegemonia e a centralidade da Europa. Uma nova Europa vai sendo produzida a partir do colonialismo que assolou todo o território hoje conhecido por América Latina. Assim, “A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento” (Quíjano, 2006, p. 60).

O autor explica tal destruição,

[...] primeiro, da desintegração de padrões de poder e de civilizações de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimada em mais de 100 milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muito dos mais produtores, não apenas portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, intelectuais, engenheiros, cientistas, artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os seguintes séculos, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes. Ou seja, até o desaparecimento de qualquer padrão livre autônomo e objetivação de ideias, imagens, símbolos. Em outras palavras, de símbolos, alfabeto, escrita, artes visuais, sonoras e audiovisuais (Quíjano, 2006, p. 60-61).

Tal destruição ocorreu mediante a colonialidade, que obteve êxito em todo o projeto que aniquilou cultural e fisicamente os povos originários bem como, comprometeu o desenvolvimento e autonomia cultural, política, social e econômica das futuras gerações. Assim a América Latina é forjada pela colonialidade, tendo como uma de suas bases, a racionalidade, e é desse processo que emerge a Europa moderna, a modernidade e um Sistema Mundo – Capitalista (Quijano, 1992). No entanto, para tais invenções, sangue, suor e lágrimas são derramados em território que também está sendo inventado, a América Latina.

Pelo colonialismo, a Europa impôs seu poderio cultural, econômico, político, jurídico e militar dismantelando instituições sociais e organizações tribais com o intuito de civilizá-los e assim foi se formando toda uma conjuntura social latino-americana em que o nativo, os africanos e seus descendentes foram colocados na condição de subalternos. No que se refere à imposição do poderio europeu sobre os povos não europeus, Quijano (1992) destaca que foi uma colonização de subordinação, primeiramente uma colonização do imaginário dos dominados e, posteriormente,

[...] sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual y visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces del control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática (Quijano, 1992, p. 12).

A colonização europeia silenciou e invisibilizou seres, saberes, vozes mediante um processo de negação da existência da humanidade do “*Outro*”. A desumanização daquela suposta não humanidade, ou seja, a desumanização do “*Outro*” constituiu a produção de outra humanidade, essa, entendida como a única possível e, portanto, instituída pelo eurocentrismo de matriz católica, científica e filosófica que se utilizou de narrativas como forma de convencimento da inferioridade de indígenas e africanos e do gênero feminino.

O discurso legitimador utilizado pelos sujeitos do colonialismo para subalternizar indígenas, africanos e mulheres foi de tamanha violência, pois nele configurou-se um “indígena” que vivia em estado de natureza, de que não havia atingido o estágio da civilidade (Quijano, 2005a). E ainda, para aproximar os africanos escravizados do que existe de pior no imaginário social, foi o discursivizado,

Em um nível pouco mais alto do que o índio vem o negro, vivendo ora no primeiro grau de estupidez, ora no segundo, ou seja, planejando as coisas pela

metade, não formando uma sociedade estável, olhando os astros com admiração e celebrando algumas festas sazonais na aparição de certas estrelas (Voltaire, *apud* Munanga, 1988, p. 18).

Seguindo as narrativas discursivas coloniais, caberia aos mais desenvolvidos, os brancos, civilizá-los, pois “[...] no topo desta escala evolutiva vem o branco europeu, com a astronomia e toda a característica de sua superioridade” (Voltaire, *apud* Munanga, 1988, p. 18). Neste sentido, do chamado processo civilizatório, resultou tentativas e possibilidades à desumanização desses dois povos, e conseqüentemente, conforme a desumanização ocorria, ia sendo produzido uma nova humanização, basicamente como se ao mesmo tempo que se desvestisse o “indígena” da sua roupagem indígena e o “africano” da sua roupagem africana, esses fossem sendo vestidos com uma nova roupagem, a europeia que os veste instituindo nesse processo a inferiorização e a subjugação. Portanto, tanto os indígenas como os africanos e seus descendentes e as mulheres quando humanizados pela colonialidade tornam-se humanos subalternos.

Assim, aquilo que se considera diferenças étnicas, estava sob ameaça do etnocentrismo pois em seu lugar emergiria uma singularidade cultural étnica – a branca europeia.

Em tal conjuntura, a colonização dos territórios pré-colombianos⁶ implantou sobre esses povos uma única identidade social, a latino-americana, produzindo desta forma um único território e uma única identidade que nem de longe se aproximava das dos povos originários e africanos. Isso ocorre mediante práticas eurocêntricas e etnocêntricas, dentre elas, com grande efetividade, foi a ação da igreja católica que, pela evangelização que (padres jesuítas espanhóis e portugueses), impuseram aos povos originários e aos transplantados uma nova fé, um novo Deus, uma nova visão de humano e de natureza. Ou seja, vestiu-se os povos originários e os africanos e todos seus descendentes e as mulheres com um novo padrão cultural. E desta forma conferiu-se aos povos originários e a seus territórios uma nova identidade - índio, aos africanos - escravos e às mulheres a condição de propriedade dos homens.

A transposição de valores, de padrões comportamentais, visão de mundo, organização sociopolítica, econômica e jurídica no ambiente privado e público foi imposta de forma violenta sobre esses territórios e que passaram a ser chamados unicamente de

⁶ O território pré-colombiano se refere aos territórios existentes antes das invasões europeias a partir do final do século XV.

América Latina⁷ somente no séc. XIX. Até então, era conhecida por América Ibérica, tendo o território europeu como referência de centralidade e “superioridade” para o resto do mundo. Esse processo ficou conhecido por colonização ou “processo civilizatório” dos povos originários e africanos pelo viés eurocêntrico que se utilizou de práticas etnocêntricas para tal intento e dele resultou a colonialidade uma forma de poder, de acordo com Aníbal Quijano (2005a) e que será tratado mais à frente neste capítulo.

A visão de mundo implantada na consciência das comunidades originárias, na consciência dos africanos trancafiados e escravizados, e na consciência da sociedade em geral a partir do séc. XVI, resultou em olhar para o mundo e tudo o que dele fazia parte com as lentes do europeu e, mais tarde, pela visão estadunidense. Assim, no decorrer da história, o mundo ocidental, a partir do séc. XVI, teve seus corpos e pensamentos colonizados pelas “verdades” dos impérios ocidentais.

Desse processo, foi sendo incorporado um conjunto de valores eurocêntricos pelas comunidades originárias e pelos povos africanos alterando suas visões de mundo, relações sociais, práticas culturais, organização social das aldeias, sua forma de agir, pensar, sentir e compreender o mundo, bem como, sua estrutura sociopolítica, instituindo o patriarcado eurocêntrista de base masculina e instituindo novas relações de gênero.

Sendo assim, “[...] às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu” (Grosfoguel, 2008, p. 113). Essa heteronormatividade patriarcal será responsável por reproduzir nos territórios que estavam sendo colonizados, padrões hierárquicos de poder idênticos aos europeus. A implantação de um padrão normativo eurocêntrico negou a existência de identidades sociais, resultando em um modo de dominação social que instituiu um padrão de poder – a “colonialidade do poder” (Quijano, 2005a), vigente ainda hoje e presente tanto em espaços públicos como em espaços privados.

A intensidade do colonialismo representou a negação e a destruição de todo um mundo da cultura e a imposição de um outro mundo da cultura, dominando-os e modificando-os por meio de toda uma estrutura de saberes, discursos, práticas e técnicas com a finalidade de torná-los semelhantes àqueles de onde se originou o colonialismo, a Europa.

⁷ Conforme Bruit (2003), o termo América Latina foi utilizado pela primeira vez somente no século XIX, após os Estados Unidos se apossaram da definição de América, que havia sido concedida aos territórios que foram conhecidos a partir de 1500. Desde então, os territórios ao Sul dos Estados Unidos da América – EUA, passaram a ser denominados de América Latina.

Um novo mundo racionalmente arquitetado pelo europeu branco foi sendo construído, sobre dezenas de outros territórios, corpos, saberes, religiosidades, visões de mundo que foram sepultados e sobre eles se vê emergir um único território, que nasce carregando em seu nome as marcas do colonialismo, América menção de Américo Vespúcio, navegador italiano.

Portanto, o colonialismo, na América,

[...] inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas - simultaneamente - a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo - todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é - ou sempre foi - simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade. Com os cronistas espanhóis dá-se início a massiva formação discursiva de construção da Europa/Ocidente e o outro, do europeu e o Índio, do lugar privilegiado do lugar de enunciação associado ao poder imperial (Lander, 2005, p. 10).

Neste período histórico se fortalece um poder hegemônico centralizado no continente europeu e que se colocará como bússola para todos os demais espaços culturais, tendo a Europa como definidora dos saberes, das “verdades”, de padrões de comportamento social em detrimento a tudo aquilo que era diverso ao que ela considerava como sendo válido e útil.

O hemisfério sul do ocidente fora construído pelo poderio do Velho Mundo, de forma subserviente ao ocidente europeu que, influenciado pelas ideias evolucionistas e positivistas, considerava que os que viviam fora da Europa não haviam ainda atingido o ideal de desenvolvimento, seja em termos culturais, políticos, jurídicos, científicos, religioso e econômico (Quijano, 2005a). Assim, cabia à Europa moderna propor modelos de desenvolvimento cultural e econômico. Os povos marginalizados pelas ações colonizadoras, eram entendidos como seres sem história, sem cultura, sem “Deus”, sendo considerados animais selvagens para alguns, bárbaros para outros e ainda promíscuos, débeis, incapazes para tantos outros (Munanga 1988). O “*Outro*” civilizado pelo europeu sempre ocupou um espaço de inferioridade em relação ao seu colonizador que se autodeclarou ponto de referência e superioridade e se colocou na centralidade de todo um modelo social de base eurocêntrica.

Portanto,

Esta é uma construção **eurocêntrica**, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria

experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. [...] As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. [...]. Existindo uma forma natural do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de se superarem e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial) (Lander, 2005, p. 13-14, grifo do original).

Assim, a Europa se decretou a responsável por orientar e conduzir por um único caminho centenas de povos rumo à civilização europeia, ou seja, à modernização, sendo que isso ocorre mediante a negação do “*Outro*” que presencia a extirpação de sua identidade cultural e em seu lugar passa a vigorar identificações como, o bárbaro, selvagem, exótico e o primitivo. Essa visão dos europeus acerca das populações não europeias se tornará hegemônica, todavia, opressora; conseqüentemente a isso, inviabilizará saberes, crenças, sedimentando uma cultura de base branca, patriarcal, burguesa e cristã que implicará numa visão de mundo e num comportamento social eurocêntrico (Quijano, 2005a). Mediante essa visão de mundo implantada nos povos originários e africanos é que a Europa emergirá, desenvolverá e escreverá sua história tendo a si como referência de centralidade e a América Latina como sua periferia.

Desta forma, a Europa moderna que desponta no ocidente, se autodeclara civilizada e de forma truculenta se impõe aos considerados por ela não civilizados.

Desta forma,

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a ‘falácia desenvolvimentista’). 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma ‘culpa’ (por opor-se ao processo civilizador) que permite à ‘Modernidade’ apresentar-se não apenas como inocente, mas como ‘emancipadora’ dessa ‘culpa’ de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter ‘civilizatório’ da ‘Modernidade’, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da ‘modernização’ dos outros povos ‘atrasados’ (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil [...] (Dussel, 2000, p. 49).

Considerando o chamado projeto civilizatório moderno, a partir do séc. XVI, nega-se e inviabiliza-se a existência de povo, de nação, de história, de cultura, enfim, de identidades culturais que fossem diversas ao que a Europa considerava por civilização. Desta forma, incorpora-se todo um discurso moral pautado nos valores eurocêtricos em suas representações sociais tais como, branco, cristão, masculino, produtivo e racional difundidos pelo Estado-nação europeu, pela igreja católica e pelo Iluminismo. Para tal intento, se utilizou do eurocentrismo, “[...] como modo de produção e de controle da subjetividade e em especial do conhecimento” (Quíjano, 2006, p. 51).

Aníbal Quíjano também destaca que o eurocentrismo é uma matriz de conhecimento, elaborada na Europa ocidental antes do séc. XVII, ainda que algumas de suas matrizes remontem à antiguidade e que nos séculos seguintes se tornaram mundialmente hegemônicas, seguindo a rota do domínio da Europa burguesa (Quíjano, 2005a). Essa perspectiva de conhecimento será imposta e disseminada por diversos instrumentos, dentre eles a religião e a educação aos territórios não europeus, resultando no enfraquecimento e no desaparecimento de territórios e a criação de novos, dentre os quais, o território brasileiro, todavia, construído, inventado, mas nunca descoberto.

Será esta perspectiva epistemológica que embasará a invenção de toda a América Latina, no entanto,

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quíjano, 2005a, p. 126).

A perspectiva eurocêntrica estabeleceu um padrão universal de saberes, linguagens, crenças, institucionalizando e racializando corpos, instituindo crenças religiosas, definindo padrões e papéis de gênero, padronizando organizações sociais, estabelecendo relações sociais de poder, produzindo relações sociais nas quais, os sujeitos – “*Outros*” eram socializados e asujeitados a uma nova organização social da qual, foi produzida a modernidade racional, e da qual, se consolidou a dominação colonial que produziu a América Latina e dentro dela o Brasil. No entanto, essa é uma das dimensões da Modernidade e da colonialidade, que possui aspectos multidimensionais como o econômico, político, geopolítico, estético, ético e moral.

Assim, corpos, mentes, subjetividades, gêneros, sexualidades, comportamentos sociais, visões de mundo, sentimentos, emoções, dores, saberes, crenças e conhecimentos vão sendo negados, apagados e descartados em nome de uma única nação, de um único gênero, de um único Deus e de uma única episteme, de modo que nesse processo se fortalece a negação da existência de um mundo policêntrico com a presença do “*Outro*”, para produção de um mundo monocêntrico sem a presença do “*Outro*”.

Desta forma,

‘*Outro*’ colonizado, [...] é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como ‘encomendado’, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar e outros produtos tropicais) (Dussel, 1993, p. 44; grifo do original).

Para tanto, os colonizadores se apropriaram dos povos originários do Abya Yala - (continente americano) e escravizaram os africanos e seus descendentes, relegando-os ao espaço produtivo, a espaços marginalizados e segregados pela cultura europeia, não sendo possível, portanto, a participação do “*Outro*” em espaços públicos e políticos da sociedade. De modo geral, negou-se por muito tempo a esses “Outros” do patriarcado o *status* de cidadão.

4.2 A colonialidade do poder e o patriarcalismo no sistema mundo moderno e capitalista

A destruição do “*Outro*” do “patriarcado de Alta Intensidade ocidental” que está representado na figura do homem, branco, heterossexual e cisgênero por meio da colonização de seu imaginário social, de sua subjetividade, de suas práticas culturais, contribuiu significativamente para a criação da América Latina, no bojo da modernidade europeia e no âmbito do sistema mundo capitalista. E é nesse mesmo movimento histórico que um novo padrão de poder, a colonialidade, emerge, sendo um conceito refletido adequadamente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, entre o final dos anos de 1980 e início de 1990 e que se desdobra em colonialidade do poder, do ser e do saber. E esta colonialidade é considerada por Mignolo (2017) como o lado mais escuro da modernidade.

Assim, a colonialidade pode ser entendida como o exercício do poder sobre populações com intuito de explorá-las e, como consequência, colocá-las em uma estrutura

hierárquica de inferioridade, contribuindo para criar condições materiais e imateriais para tal, como afirma muito bem Quijano (1992). A criação da colonialidade se fez mediante práticas eurocêtricas, classificadas como modernas e racionais, oprimindo-se populações, hierarquizando-se e inferiorizando-se o “*Outro*” não europeu e o “*Outro*” do patriarcado ocidental.

A ação dos europeus sobre o território invadido foi oprimir e dominar populações. A consequência dessa ação foi a expropriação da vida e da subjetividade das populações não branca, tomando à força sua mão-de-obra, explorando-a e tornando-a instrumento de enriquecimento, colonizando sexualidades, racializando corpos e redefinindo papéis sociais de gênero no espaço público e privado e reproduzindo, social e historicamente, “verdades” que servissem aos interesses dos dominadores. Assim, forma-se uma estrutura de poder exercida pelos sujeitos da colonialidade na América Latina e sobre a América Latina, amparados na ciência universal e em um novo padrão de poder, denominado por Quijano (2005a) de colonialidade do poder, já citada.

La Colonialidad es uno de los elementos, constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (Quijano, 2000, p. 342).

Através do conceito de colonialidade, Aníbal Quijano demonstra que ela foi a base de sustentação da modernidade e da reprodução do capitalismo pelo fato dela explorar materialmente os sujeitos e colonizar suas subjetividades; para tanto se infiltrou na mentalidade da população e gradativamente foi enfraquecendo possíveis resistências. Se utilizou da racialização de corpos para conseguir tal intento, o que vai permitir ao colonizador diferenciar populações e pelo discurso da evolução das espécies inferiorizar os corpos não brancos e com o patriarcado ocidental explorar, dominar e silenciar as mulheres.

Seguindo o pensamento de Quijano (2005a), o capitalismo – o novo padrão de poder mundial, moderno e eurocentrado representa a colonialidade do poder, tendo como base a ideia de raça, e como consequência, institui-se novas identidades sociais como o negro, mestiço e indígenas, com o intuito de diferenciá-los do europeu branco. Dessa forma, a cor foi eleita como característica fundamental dessa diferenciação e classificação racial e devido a isso foram criadas identidades sociorraciais, com intuito de dominar, explorar e inferiorizar aqueles que estavam sendo colonizados.

Por assim dizer, a reprodução do capitalismo é sustentada pela exploração racial (também econômica) do trabalho que se evidencia na segregação e na desigualdade social. A dominação e a exploração racial resultaram em consequências materiais e subjetivas na vida das pessoas não brancas que foram colocadas em condições inferiores em virtude de sua cor de pele para justificar a escravização que se implantaria nas Américas. A categoria raça, criada na modernidade para diferenciar pessoas, tinha como finalidade legitimar e naturalizar a exploração colonial, portanto, foi (e permanece) um artefato poderoso para impor a colonialidade e a modernidade, contribuindo para garantir os interesses do novo padrão de poder internacional (Quijano, 2005a). O autor definiu raça como, “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (Quijano, 2005a, p. 117).

Para Aníbal Quijano, as relações de dominação, controle social e exploração do trabalho, da natureza, do corpo, da sexualidade, do gênero acontecem juntas, quer seja, como recursos e produtos de exploração. Nessa dominação, esconde-se a heterogeneidade das relações sociais e se coloca o pensamento eurocêntrico como superior e universal. O autor salienta que, desse processo colonial, resulta a formação daquilo que não corresponde à verdade, e pela qual, os colonizados pelos valores eurocêtricos passam a ter suas mentalidades moldadas. Isto influencia a criação de uma imagem ilusória de si próprios, ou seja, o sujeito vê a si mesmo por meio das representações culturais eurocêtricas e etnocêtricas. Porém, tal imagem não é de toda ilusória, mas sempre de forma rebuscada, enaltecendo algumas características e camuflando outras, dificultando o verdadeiro reconhecimento do sujeito que observa (Quijano, 2005a). Assim, pode-se afirmar que a colonialidade foi espalhada sobre os povos não brancos, capturando-se e dominando-se suas subjetividades, seus corpos, seus gêneros, suas sexualidades, suas visões de mundo, sua fé, suas crenças e seus territórios, consoante já afirmamos.

Para efetivar com mais intensidade o domínio sobre as ruínas das civilizações pré-colombianas criou-se a primeira categoria social da modernidade a concepção de “raça” e essa vai dar fundamento e sustentação a duas novas formas de controle social, o sistema de dominação social e o Sistema de exploração social. O primeiro culminou com a categorização das pessoas a partir da cor de suas peles, determinando sua função e posição social no projeto de sociedade que estava em curso e o segundo garantiu a

exploração da força-de-trabalho dos racializados como seres inferiores dentro do *status quo* e sua hierarquia socioeconômica.

A ideia de raça foi utilizada pela colonialidade do poder enquanto,

[...] um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural (Quijano, 2005b, p. 17).

Este artefato social teve tanto êxito aos propósitos da dominação e exploração colonial separando socialmente os brancos dos não brancos, categorizando-os com estigmas sociais, culturais, jurídicos e econômicos depreciativos, contribuindo com o aparecimento de uma nova forma da sociedade colonizadora se ver e ver o “Outro” colonizado e o mesmo ocorrendo com os não brancos. A ideia de raça foi utilizada para colonizar por meio de um conjunto de valores cristão e civis o corpo e a mentalidade não apenas dos colonizados como também do colonizador. A partir desse momento ao olhar-se para si e para o “Outro” do patriarcado ocidental é olhar pelas lentes da racialização, o olhar e a mentalidade foram colonizados pela colonialidade do poder. A ideia de raça não ficou restrita ao corpo, mas se estende a força-de-trabalho, corpos não brancos foram submetidos a subalternização e a marginalidade social e posteriormente se alia a categoria raça a categoria “pobreza” que também fortalecerá atualmente a dominação e exploração produtiva e essa independe da cor da pele.

A aceitação e reprodução da dominação, exploração, violência e tardiamente reconhecido enquanto preconceito e racismo contra pessoas não brancas foi naturalizada mediante relações sociais de poder infiltradas em todos os compartimentos públicos e privados da sociedade, não se limitando somente aos sécs. XVI, XVII. Ela tomou conta do ser, daquilo que o humano tem de mais seu, sua individualidade, subjetividade e consciência, pois,

Essa idéia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas (Quijano, 2005b, p. 17).

Assim, a categoria raça serviu como um dos instrumentos da Colonialidade do Poder para estabelecer novas relações sociais de trabalho que serviriam para o fortalecimento da burguesia europeia nascente e para a economia capitalista, pois aos indígenas, africanos - pretos e mestiços, ao terem seus corpos racializados e inferiorizados

em relação aos corpos brancos: isto facilitaria sua exploração no sistema mundo moderno e capitalista. Portanto, a criação da categoria raça permitiu a naturalização da exploração dos corpos e da força-de-trabalho, da desigualdade social e da dominação dos que não correspondiam ao fenótipo europeu.

A racialização também influenciou na criação de outras identidades sociais que foram instituídas em decorrência dos interesses do capitalismo, criando-se espaços territorializados onde um abismo social nunca visto antes emergiria, de um lado pessoas brancas e do outro todos os demais não brancos. Os colonizados foram moralmente marcados enquanto corpos “sem valor” pois, no imaginário da colonização, eram corpos sem alma, todavia, sem humanidade, inferiores aos corpos brancos. Isso fortalece a possibilidade de sua exploração pelas novas relações trabalho que foram sendo instituídas na América. De certa forma, essa naturalização da raça gerava aceitação à condição de inferioridade a qual, foram submetidos, pois essa exploração não foi combatida, não pelo menos nos primeiros séculos de sua existência (Quijano, 2005a).

Isso contribuiu para o avanço, desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo, pois os territórios colonizados serviam-no com mão-de-obra servil e escravizada, exploradas e do outro lado, mão-de-obra livre e assalariada, porém, também explorada, mas o fundamento aqui não é a cor da pele e sim, o *status social*.

A organização das relações de trabalho e produção teve sua origem na desigualdade e na expropriação e exploração da mão-de-obra, dependendo da cor da pele as funções sociais e o status social eram determinados. A produção capitalista carrega em seu âmago a exploração do corpo, da pele, do gênero, da sexualidade que se configura em exploração do trabalho.

Vale salientar, que

[...] na medida em que as relações sociais que estavam se configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005a, p. 117).

A moderna sociedade capitalista eurocêntrica e patriarcal inaugura uma fase humana em que a exploração da força de trabalho é o elemento que posiciona o indivíduo na esfera social, incorporando a cor da pele e o gênero nesse processo exploratório.

Portanto, a ideia de raça ou a racialização dos corpos,

[...] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, [a] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005a, p. 118).

No entanto, a racialização dos corpos não foi o único mecanismo utilizado, a dominação do gênero compôs o outro instrumento pelo qual os sujeitos da colonialidade do poder se impuseram nos territórios colonizados.

Desta forma,

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a idéia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocêntrica (Quijano, 2005a, p. 129).

A racialização dos corpos e a institucionalização das relações de gênero, teve como pretensão a classificação social ao segregar “brancos superiores”, de um lado, e povos originários - indígenas, “pretos” e mestiços de outro e inferiorizando-se o gênero feminino. Essa classificação foi fundamental ao padrão de poder mundial que avançou nesses 500 anos e atualmente ainda se presencia seu lado perverso como o machismo, racismo, a misoginia, homofobia, o sexismo e, porque não dizer, o feminicídio. A racialização dos corpos e a institucionalização das relações de gênero dos povos conquistados serviram aos interesses do conquistador, sendo que essa dominação ocorre sobre as diferenças fenóticas do corpo, do seu ser e de sua subjetividade.

Seguindo a mesma linha de Aníbal Quijano, a antropóloga argentina Rita Segato (2021) salienta que a episteme da colonialidade do poder está na raça, e que essa foi criada para classificar e inferiorizar corpos e deles tirar vantagens econômicas, no entanto, acrescenta junto a raça o gênero. E inserida nessa episteme moderna europeia, estabeleceram-se novas relações de gênero tendo como instrumento normatizador o patriarcado ocidental. Argumenta, que tanto a raça como o gênero respondem ao desenvolvimento do Estado-nação moderno, por meio das suas instituições e do próprio mercado que na época estavam em expansão. Isso fez com que o “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental”, assim denominado pela autora, fosse sendo introduzido nas

relações sociais estabelecidas na colonialidade do poder sobre os povos colonizados tanto aos indígenas, aos africanos escravizados e aos mestiços.

Assim, por meio da colonialidade eurocentrada, da colonialidade do poder e do patriarcalismo de "*Alta Intensidade*", instituíram-se novas relações de gênero, em que o feminino ocupa um *status* que foi colocado em uma posição hierárquica inferior à posição ocupada pelo *status* do gênero masculino, subjugado por esse. Pode-se compreender então, que a coisificação dos corpos das mulheres, que segundo Segato (2016) foi o primeiro território colonizado pela colonialidade, passa a ser de domínio masculino, passando a subjetividade feminina a ser expropriada na racionalidade imposta.

A autora salienta que, no mundo pré-colonização, o patriarcalismo estava presente, no entanto, era um patriarcado de “Baixa Intensidade”, em que as relações de gênero eram de complementariedade, já com a colonização, introduz-se o “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental” em que as relações de gênero passam a ser de suplementação (Segato, 2021). As mulheres vão sendo excluídas de suas antigas funções, trancafiadas ao espaço doméstico, local onde vão ocorrer a maior parte das violências contra elas, espaço esse, onde a mulher é educada a realizar relações de inferioridade, sejam elas no espaço público, seja no espaço privado, assim, esse novo papel da mulher, educará uma mulher submissa para o patriarcado.

Com a intrusão colonial, toda a identidade social que não se assemelhava à branca europeia, quando não marginalizada, deveria ser convertida à lógica da masculinidade eurocentrada, pois na hierarquização do gênero, o homem ficou como detentor do poder tanto no espaço público como no doméstico (Segato, 2014). Todavia, com a colonialidade e o discurso moderno de igualdade propagado a partir do séc. XVIII com a criação do Estado-nação na Europa e por influência do Iluminismo e da Revolução Francesa, ocorreu uma exacerbação hierárquica entre os gêneros e o que se verá no decorrer da modernidade é a possibilidade de a mulher agir no sentido de querer reconhecimento de seus direitos enquanto cidadã.

Tendo em vista o exposto, as relações de gênero passarão a ser orientadas pela matriz da colonialidade e modernidade que instalou um conhecimento a respeito da história de raça e sobre a história das relações de gênero próprias da matriz do “patriarcado de Alta Intensidade ocidental”. Ambas as categorias sociais, raça e gênero estiveram e estão presentes no avanço do Estado moderno sobre os territórios e povos colonizados. Ainda segundo Segato (2021), para o projeto civilizatório ter êxito, o Estado

dispunha de modelos institucionais específicos que o acompanhava em sua incursão sobre os territórios recém conquistados.

Entende-se que a racialização dos corpos representou a dominação desses e mais a “civilização” (Quijano, 2005a) das relações de gênero pelos valores eurocêtricos que forneceram condições de alargar o domínio sobre os territórios invadidos e consolidar a estrutura de uma sociedade dividida em classes sociais e na hierarquização entre os gêneros. O que contribui severamente para aumentar a desigualdade racial, onde os mais pobres, os não brancos, os não homens e os não heteros são as maiores vítimas de práticas sociais criminosas como o racismo, o sexismo, a misoginia, o machismo e a homofobia, o preconceito de classe e o feminicídio.

Quanto ao patriarcado, esse é o pilar do poder, “El mandato de masculinidad como primera y permanente pedagogia de expropiación de valor y conseguinte dominación” (Segato, 2016, p. 16). O patriarcado ocidental se apropriou, subjugou, expropriou, explorou os diferentes do homem branco, heterossexual, cristão e produtivo, silenciando as vozes dos oprimidos. O patriarcado ocidental pedagogicamente estabeleceu um padrão de conduta aos corpos das mulheres e pelas relações sociais de poder no cotidiano foi socializando as mulheres a como agir, se portar e pensar, ou seja, determinou condutas e posturas sociais e políticas às mulheres, condutas essas que sempre estiveram a quem de uma igualdade e equidade nas relações de gênero.

A autora ainda salienta que se colonizou os corpos das mulheres, sendo eles a primeira colônia do patriarcalismo ocidental. “El patriarcado, a relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad” (Segato, 2014, p. 18). Para o patriarcado firmar seu poder foi necessário subjugar e oprimir as mulheres, pois ele somente existe em virtude da expropriação e violência para com os seus outros. O poder do patriarcado ocidental se expressa por meio da violência, algumas muito sutis, a exemplo da sexual ocorrida dentro de uma relação afetiva.

Ao se considerar uma relação sexual, em que apenas uma das partes deseja o ato e a outra aceita mesmo sem querer realizá-lo, porém, sem que seja utilizado o uso da força física para que haja consenso, decorre disso, violência sexual, que está longe de ser aquela que deixa marcas físicas no corpo da mulher, ocorre de forma silenciosa, pois muitas mulheres não entendem tal ato como violência sexual. Ou mesmo quando em uma relação afetiva existe ciúmes exacerbado, disfarçado de proteção, cuidados e zelo, ou quando se enaltece a força masculina e a fragilidade feminina, ou ainda, quando em relação ao

trabalho, cargos e funções são definidos em função do sexo e ainda, quando se consente a traição masculina, tornando a vítima culpada pela traição e até pelas agregões e para finalizar, quando se houve dizer que aquilo é coisa de homem e aquilo coisa de mulher.

Verifica-se ainda que, nas relações de gênero institucionalizadas, as funções desempenhadas pelas mulheres em relação as funções desempenhadas pelos homens se situam primeiramente no espaço doméstico; posteriormente, quando essas adentram o espaço público, suas colocações são inferiores aos dos homens, se caracterizando como relações precarizadas e isso se intensifica na medida em que o corpo for “preto”, indígena e mestiço. As violências e abusos se alastram no tecido social sobre a mulher, assumindo roupagens diferentes como violência moral, psicológica, patrimonial, física e sexual e em muitos casos, a mulher não tem noção do quão ela está sendo violentada, abusada e subjugada pelo domínio de uma masculinidade tóxica.

Assim, considerando o exposto, a mulher interpelada no “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental” se vê privada do espaço público e vê o espaço doméstico que lhe cabe sendo privatizado pela masculinidade que passa a decidir sobre todos os processos do cotidiano doméstico que tenha a ver com a família, economia e política. Com a reclusão forçada da mulher e seu mutismo político territorializa-se tanto o corpo como seu gênero pelos corpos significantes da colonialidade de forma que, [...] o posicionamento feminino é também aprisionado pelo corpo-significante, para ser percebido de modo equivocado mais com uma natureza do que como um posicionamento na história (Segato, 2022, p. 15). Esse aprisionamento se fez mediante uma educação domesticadora que adestrou o corpo e o gênero feminino moldando-os aos propósitos do patriarcado, corpos passivos e fáceis de serem manuseados, de forma que a postura que os corpos e os gêneros viessem a ter fossem entendidos como parte da biologia ou da natureza da mulher. Isso coibiria qualquer vontade de ser diferente, pois a natureza tem suas próprias leis que independem da vontade humana, restando à mulher domesticada a aceitação à sujeição. Haja vista, esses dois processos, a sexualização, as relações de gênero e mais a racialização dos corpos revelam-se análogos e contemporâneos.

A privatização do espaço doméstico tornou esse propício aos abusos de poder, pois no espaço doméstico a mulher está refém do homem, silenciada e invisibilizada, onde ocorrerão violências silenciosas em função de uma masculinidade tóxica. Que se impõe sobre os espaços, pois o domínio masculino se faz presente em todos eles e se sedimenta, ou seja, se cristaliza a tal ponto que, mesmo na atualidade, parte das mulheres sequer se

percebem excluídas deles, acreditam que exista uma separação natural de funções e papéis sociais e que os papéis na política devem ser exercidos pelos homens.

Assim sendo, fica evidente o caráter binário nas relações de gênero que é de suplementar o “*Outro*” do patriarcado ocidental, fazendo com que esse não tenha consciência da subjugação por qual está passando. Isso fica evidente quando em espaços políticos de decisões, em sua grande maioria, são os homens quem decidem sobre a vida e a condição de vida das mulheres. Percebe-se uma entrega total da condição da vida da mulher aos interesses masculinos que agem por convicções e princípios morais machistas, misóginos, sexistas, homofóbicos e racistas. “El carácter binário de la estructura que torna la Esfera Pública englobante, totalizante, por encima de su otro residual: el dominio privado, personal; es decir, la relación entre vida política y vida extra-política” (Segato, 2014, p. 23).

De um lado, a esfera pública e de outro, a privada, essa estrutura binária é opressiva e violenta devido sua configuração hierárquica apresentar um abismo entre aquilo que se considera universal e o seu oposto marginal, minoria. E, de acordo com Segato, o que mascara e mantém o “patriarcado de Alta Intensidade ocidental” com força sempre renovada é seu caráter binário. A autora aponta para a necessidade de se criarem formas para ruir o sistema binarista de matriz colonial moderna, pois para ela o binarismo vai muito além do gênero. Na estrutura binária presente no Estado moderno, o saber, os valores, os padrões estão embutidos de representações masculinas (Segato, 2021). Assim, torna-se urgente a decolonização das relações e hierarquias de gênero colonizadas pelo “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental”.

4.2.1 A centralidade do patriarcado nas relações com seus “Outros” em destaque para com as mulheres

A perspectiva decolonial se coloca ao lado do subalterno, a partir de seu local de fala, de um lugar epistêmico étnico/racial/sexual/de gênero, que se opõe a paradigmas e epistemologias eurocêntricas do mundo moderno capitalista pautados no pensamento ocidental e racional. Processo esse que, por sua vez, ocasionou o desencadeamento e o desmantelamento de saberes, de práticas culturais, de visões de mundo, de relações de gênero, de crenças e relações socioculturais com o “Outro”, com o meio social e com a natureza, o que submeteu aos que estavam à mercê da colonialidade do poder à

marginalização cultural, à subjugação, à subalternização, à coisificação, à violência, à invisibilidade e ao silenciamento de seus corpos entre os dois mundos, o europeu e os mundos colonizados fora da Europa moderna.

Pensar a partir do “Outro” e do patriarcado ocidental é um exercício que se coloca no topo de uma agenda comprometida com o bem comum daqueles que tiveram suas existências e condições humanas negadas no processo histórico de colonização e seus desdobramentos. Assim outras e diferentes epistemes foram utilizadas para dar conta do entendimento e promoção do “Outro” subalternizado. “As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas” (Grosfoguel, 2008, p. 119). Na perspectiva teórica Decolonial, então, identificam-se distintas colonialidades, já destacadas, exercidas sobre todos os que não correspondiam ao padrão normativo de corpo, gênero e subjetividade europeia.

As relações de poder que passam a ser estabelecidas e oriundas do “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental” se infiltram em toda a estrutura das instituições incluindo o Estado e nelas as relações de gênero se espalham, evidenciando ainda hoje séc. XXI a desigualdade de gênero, situando aqui alguns desses espaços de sociabilidade, no ambiente produtivo e educacionais, cuidados com a saúde, em relações afetivas, ambientes políticos e segurança.

E em um movimento contrário vão emergir como forma de resistência ao patriarcalismo ocidental, movimentos sociais em defesa das causas femininas, ganhando adeptos da sociedade civil, de partidos políticos e de governos progressistas com uma agenda voltada a promoção da diversidade, da dignidade humana, da justiça e equidade social. Movimentos esses que tem como principal bandeira à igualdade de gênero, no entanto, também é possível de identificar em sua luta, o respeito à diversidade de gênero, à identidade de gênero, à saúde e qualidade de vida das mulheres, à autonomia para decidir sobre o seu corpo, à precariedade do trabalho, à dignidade humana, fim da violência de gênero e combate ao feminicídio.

Ao se unir a identidade racial mais a identidade de gênero se verá mulheres marginalizadas, violentadas e oprimidas no espaço doméstico e em outros, como no de trabalho, pela centralidade do poder masculino que os privatizou para si, permitindo a mulher ser mera coadjuvante, pois o senhor do poder será o homem com suas tomadas de decisões impositivas. Isto também ocorre, de modo geral, em espaços públicos e suas

variantes pelo fato do patriarcalismo infiltrado nelas estar constantemente sendo exercido pelas relações de poder entre homens e mulheres e legitimadas pelo Estado de Direito. A racialização dos corpos pela colonialidade como já mencionado criou um abismo social que será reforçado pela exploração do trabalho, pela violência doméstica, rural e urbana, sendo as mulheres não brancas as principais vítimas.

A ideia de raça associada ao patriarcado ocidental foi o elemento fundante de uma nova ordem social moderna, que por meio da colonialidade do poder,

[...] foram redefinindo-se e reconfigurando-se todas as formas e instâncias prévias de dominação, em primeiro lugar entre os sexos. Assim, no modelo de ordem social, patriarcal, vertical e autoritária, do qual os conquistadores ibéricos eram portadores, todo homem era, por definição, superior a toda mulher. Mas a partir da imposição e legitimação da idéia de raça, toda mulher de raça superior tornou-se imediatamente superior, por definição, a todo homem de raça inferior [e a toda mulher de raça inferior] (Quijano, 2005b, p. 18).

A classificação social que estabeleceu novas identidades sociorraciais reforçou a hierarquização aos corpos e ao sexo, pois ao aproximar a ideia de raça ao gênero, os homens e mulheres brancas foram situados no topo da hierarquia social e homens e mulheres pretas, pardas e indígenas em categorias inferiores, consolidando e solidificando no imaginário social tal inferioridade. Segato (2021) define esses sujeitos como os restos e anomalias do patriarcado e inclui-se nesse grupo todos os que fogem do padrão heteronormativo branco. Todavia, a mulher independente de sua cor, mas em função do sexo e do gênero foi submetida à condição de opressão e violência muito antes da racialização dos corpos, e essa subjugação compromete profundamente o ser mulher na sociedade moderna e contemporânea, sua qualidade de vida e emancipação ao jugo do poder exercido pela masculinidade.

Nas palavras de Rita Segato, quando se refere ao fato de a modernidade ter sido territorializada pela colonialidade moderna racional e capitalista,

[...] a mulher passa a ser o outro do homem, assim como o negro é reduzido à posição de outro do branco pelo padrão racista, e as sexualidades dissidentes tornam-se o outro da sexualidade heteronormativa. A modernidade inventa a norma e a normalidade, e reduz a diferença à anomalia (Segato, 2022, p. 40).

Ao ser historicamente tratada como resto ou anomalia, a mulher arcará com o peso da politização do seu corpo e de seu gênero, em que lhe foi usurpado a possibilidade de pensar e orientar politicamente a si mesma. Ambos, corpo e gênero serão expurgados, considerados um grande mal que deverão aprender a conviver com essa tragédia acreditando nas discursividades a seu respeito. As mulheres carregam em seus corpos e em seu gênero marcas históricas do poder da masculinidade, portanto, emerge a

necessidade de a mulher ser corrigida, ou melhor, punida e toda a punição é a reação que a masculinidade fará sobre a desobediência da mulher perante seu poder expresso pelo patriarcado e mediante a isso se delinearão as relações de gênero.

A autora salienta que a afirmação de que a mulher é culpada pelos males da humanidade tem uma origem mitológica, visto que,

[...] uma grande quantidade de povos narra em seus mitos de origem o evento em que a mulher comete um delito, uma falta de disciplina e é punida, subjugada e conjugalizada; narram um ato de indisciplina da primeira mulher por uma lei masculina. A variante ocidental, judaico-cristã, desse relato é o Gênesis bíblico, na qual a punição de Eva pelo seu ato de desobediência é o passo inicial do caminho humano, mediante a imposição de uma lei emanada de um princípio patriarcal (Segato, 2022, p. 38).

Sabe-se que o mito foi um recurso pedagógico histórico utilizado pelas culturas com a finalidade de educar o comportamento social que demandaria em uma dada visão de mundo, ou seja, por meio do mito se controlaria e se manteria coeso o comportamento social do grupo de acordo com a finalidade de seus líderes, os que exerciam maior poder.

E o mito adâmico deixa muito evidente que a mulher em sua origem já nasce desigual ao homem e a desigualdade entre eles é em virtude do descumprimento de algo estabelecido pelo grupo dominante ou pelo senhor dominante. Portanto, “[...] parece se referir a uma guerra arcaica na qual a mulher e seu corpo-território acabam sendo tomados, subjugados e expropriados de sua soberania” (Segato, 2022, p. 38). A perda da soberania sobre seu “corpo-território” funda a história da opressão da mulher e da exploração masculina que em momentos distintos da história e por diferentes teorias filosóficas ficará claro que a territorialização do corpo da mulher representa que esse foi privatizado pelo homem, quando esse o torna também sua propriedade. Essa ideia contribuirá para que a propriedade privada seja controlada pelo homem e esse ter o poder de tornar a mulher sua propriedade e de decidir sobre seu “corpo-território” e subjetividades. Portanto, os mitos e aqui em destaque ao mito cristão, fortalecerão o poder masculino sobre as mulheres, poder esse que antecede a religião cristã, e que ainda atualmente é recuperado em espaços políticos como meio de difundir e convencer da inferioridade da mulher e sua submissão perante ao homem.

O corpo feminino nasce marcado naturalmente pela sua genitália e em função dela padrões de comportamento moral serão impostos a ele resultando no gênero que é um produto histórico e cultural. Tais padrões de comportamento vão sendo produzidos sobre os corpos por meio das relações sociais de poder estabelecidas na malha social, variando

no tempo e no território, resultando desse processo a territorialidade sobre os corpos femininos e, em um gênero subalternizado, oprimido e marginalizado pois esse foi territorializado pelas marcas do poder exercido violentamente sobre ele. Portanto, a mulher carrega as marcas de padrões institucionalizados pelas sociedades e expressos por um código de conduta moral, político e econômico, marcados juridicamente e legitimados pelo Estado e suas instituições.

No movimento histórico se desenvolverá várias lutas de resistência contra a estrutura política do patriarcado e nelas o gênero será desterritorializado e reterritorializado, no entanto, a efetividade do patriarcalismo infiltrado em todos os espaços e mentes procurará maneiras de manter viva a masculinidade tóxica e usará de todos os instrumentos e subterfúgios para manter sua inferioridade e as redes sociais representam, tanto um desses espaços como também é um instrumento utilizado para fortalecer seu poder de controle sobre as relações de gênero instituídas pelo patriarcado. Hoje se vê claramente a onda conservadora e reacionária contra todos os avanços que se teve nos últimos trinta anos em relação à equidade de gênero.

A subjugação do “corpo-território” das mulheres que instituirão as relações de gênero entre homens e mulheres apresentam respaldo como já mencionado anteriormente, em teorias filosóficas que demonstrarão cientificamente a desigualdade de gênero, como é o caso do marxismo que demonstrará que a origem da desigualdade de gênero está na divisão sexual do trabalho e com a propriedade privada dos meios de produção, resultando na ideia de que a mulher passa a ser considerada propriedade do homem.

O mito reforçará constantemente ao longo do movimento da história a usurpação do espaço político da vida das mulheres, ficando essa às margens das decisões a respeito de si própria. E para ganhar respaldo o mito cumprirá com a função social de que quebrar com a resistência a essa desigualdade representaria ir contra a vontade divina que teria punido a mulher já em sua criação quando não a criou da mesma forma como criou o homem, ou seja, o processo criacionista do homem e da mulher é desigual. Para isso, moralmente a mulher foi descrita como a culpada pelos males que assolam a humanidade, e isso é compartilhado pelo coletivo social ao redor do mundo, cada cultura com seus arranjos míticos.

Trazendo os efeitos do discurso do mito da criação para o mundo moderno e contemporâneo, a mulher não seria uma cidadã de primeira categoria, pelo contrário, o fato de que não ter sua origem associada a argila (solo) que foi moldado dando vida ao

homem, é considerada uma cidadã de segunda categoria⁸ e em muitas sociedades ainda hoje ela é tratada como tal, refém da masculinidade, tendo sua vida e sua história condicionada e decidida pelas vontades masculinas, por julgarem-na incapaz, imatura e imprudente para exercer tal função. Continuando com a discursividade mítica, nesse sentido, o solo é útero e o homem nasce dele, tendo sua origem na pureza dele, no entanto, a mulher tem sua origem não na pureza do solo e sim no primeiro homem, naquele criado da argila a imagem e semelhança de Deus. Não se refere aqui ao fato de não ter sido criada primeiro do que o homem e sim, em ter sido criada de uma matriz masculina e não de um útero que é o órgão que gesta o desenvolvimento da vida. Desta forma, a origem da mulher está fundada na hierarquização social em que o homem foi situado no topo de uma hierarquia social e a mulher abaixo dela. A mulher não nasce da pureza de Deus, já que esse está representado em todas as coisas e sim da criatura criada por ele, a mulher não é matriz e sim cópia dela.

Seguindo por essa interpretação dentro da cosmologia cristã, os filhos que nascem de um útero vêm sua genitora como sagrada e imaculada, nesse caso o genitor da mulher é o homem, portanto, o homem é sagrado e imaculado, cabendo a ela respeitá-lo em todas as circunstâncias no decorrer de sua existência e seu comportamento submisso é a forma dela retribuir a ele. No decorrer do mito, “Eva” desobedeceu a “Deus” sendo ela punida pelo crime praticado e a punição ocorre com a expulsão de ambos do paraíso, já visto enquanto algo sofrido que os colocariam em perigo e à mercê da própria sorte e pelo sofrimento estabelecido a ela, que será sentido pelo padecer mesmo em momentos de alegrias representado aqui com o nascimento dos filhos, pois para parir precisa passar pelo trabalho de parto. Portanto, a mulher já nasce mitologicamente carregando em sua condição de ser mulher a culpabilidade, suas dores são as marcas da punição que é naturalizada para aceitação por parte do coletivo mediante discursos religiosos e preservadas pelo Estado quando não garante a ela a emancipação de relações de poder que a oprime e a violenta.

As relações de gênero entre homens e mulheres presentes na sociedade representam dois polos, mas só a partir do último século é que se verá efetivamente e politicamente o enfrentamento a esse tipo de narrativas e a seus desdobramentos, citando aqui apenas as discursividades religiosas, mas existem outras tão nocivas às mulheres

⁸. No Brasil sua situação civil muda com a promulgação da Constituição brasileira de 1988 que a reconhece enquanto cidadã plena de direitos.

quanto essas. Os mitos mesmo religiosos possuem poder político pois condicionam e orientam a vida humana nas sociedades, cumprindo com uma função social, pois, por ele se aprende e se reproduz um comportamento social instituído pelo patriarcado. Todo mito carrega em si mensagens e esse, “[...] em suas variantes, vem para nos dizer que [o patriarcado] é a ordem política mais arcaica de todas, aquela que funda a primeira forma de opressão e de expropriação de valor: a opressão e a expropriação de um posicionamento feminino pelo masculino” (Segato, 2022, p. 15).

Essa posição se opõe a apresentada por Friedrich Engels na obra, “Família, propriedade privada e Estado”, pois nele o autor defende que a criação da propriedade privada significou a apropriação e a expropriação do corpo feminino pelo masculino, representando a primeira forma de desigualdade social na história humana. E concorda-se com o autor, se utiliza da religião de estrutura patriarcal, para difundir e fortalecer a desigualdade. Ou seja, no movimento da história vai se perceber que os instrumentos utilizados tanto para solidificar e difundir um padrão subalterno para as relações de gênero vão se modificando, no entanto, todas até então contribuíram com os donos da propriedade privada e do capital.

Portanto, se vê que ambos os vieses trazem luz à compreensão seja da origem da opressão da mulher como da desigualdade entre os gêneros, pois o fato é que, as relações de gênero entre homens e mulheres na história humana seja com a propriedade privada fato verificável, seja pela origem da vida contada de forma fantasiosa pela religião, a mulher tem no homem seu algoz e no patriarcado presente tanto no mito como na divisão social do trabalho sua prisão. Os mitos são produtos da cultura humana que cumprem com uma função social de controle para a coesão social e nesse caso está direcionado a manter cativa a mulher.

Entende-se e concorda-se com Engels (2000a), as bases materiais da sociedade irão definir papéis, funções e condutas, no entanto, não se podem negligenciar o poder da religião no pensamento social da humanidade. Acredita-se que a religião é um meio para reforçar a desigualdade de gênero, pelo fato de que essa, por meio de suas alegorias míticas, naturaliza condutas comportamentais, opressões, a marginalização, violências, a desigualdade de gênero e o poder da masculinidade coibindo qualquer tipo de reação contrária.

O patriarcado deve ser entendido como uma instituição de estrutura política pois determina posturas e condutas, que por meio de relações de poder são disseminadas. Sua

estrutura possui a função legislativa, ao decidir como deve ser o comportamento das mulheres, definindo padrões de conduta para elas, decidindo sobre seus corpos, territorializando-os; uma função executiva, pela qual são exercidas e praticadas suas vontades de acordo com seus interesses; função jurídica, pois determina a punição em caso de as posturas e condutas não serem praticadas, ou seja, em caso das mulheres se recusarem a seguir o que já está pré-determinado pelos homens para seus corpos e comportamentos. Portanto, “O patriarcado é uma ordem política, a ordem política mais arcaica, que se apresenta mascarada sob um discurso moral e religioso” (Segato, 2022, p. 39). Enquanto ordem política é um instrumento determinador das condutas humanas.

Está imanente em sua estrutura de poder, o poder legislativo, executivo e judiciário, no entanto, não é uma ordem política democrática, pelo fato de que essa estrutura de poder não promove o bem-estar aos seus “Outros” e um deles é a mulher, considerando que, o patriarcado é uma ditadura e a mulher uma de suas principais vítimas. Em ditaduras, se mata, se silencia, invisibiliza, tortura e amedronta suas vítimas de forma que o coletivo social não tenha reação contrária, pelo menos àquela parte da sociedade em que a ditadura do patriarcado obteve êxito, ou seja àquela parte da sociedade que foi patriarcalizada.

Desta forma, entende-se que nas relações de gênero entre homens e mulheres, as mulheres inseridas em sociedades em que as relações de gênero são configuradas pelo exercício do poder decorrente da estrutura patriarcal ela já nasce, quando não nasce em muitos casos, da violência a qual, foi submetida pois o estupro é algo cultural e em muitas culturas sendo utilizado como instrumento de punição, correção aos desvios sociais cometidos pela mulher, quando a mulher se opõe aos ditames sociais patriarcais. Sendo assim, ela terá sua condição feminina violentada, oprimida, subalternizada e colocada as margens da sociedade enquanto culpada pelo seu comportamento pois não aceitou a sujeição que o patriarcado lhe impôs. Portanto, pelo olhar do patriarcado, a mulher é histérica, falta-lhe racionalidade, habilidade que para o patriarcado é próprio do homem. Assim, a punição às mulheres vai configurando seu gênero e sua posição e atuação na sociedade. Porém, vale ressaltar, que mesmo quando a mulher em uma estrutura patriarcal se submete aos ditames de poder ela já é uma vítima do patriarcado, mas uma vítima que não se percebe violada, pois entende que o comportamento que desempenha é próprio – natural para ser desempenhado e não imposto pela masculinidade. E o que se espera dela é

sua sujeição e aceitação para que continue a compreender que tal postura é natural, nesse caso o patriarcado teve êxito em sua jornada constante de violência.

O patriarcado enquanto estrutura de poder domina as territorialidades do gênero feminino, incluindo seu corpo, sexo, mente e subjetividade de forma que essa sucumba ao seu poder violento e não se perceba violentada, oprimida, abusada e agredida, dessa forma o patriarcado cumpre com uma função social que é estabelecer uma relação desigual entre homens e mulheres assegurando o poder da masculinidade sobre todos os que não são masculinos em especial as mulheres. Essa ação violenta, estabelecida no tecido social para territorializar, des-territorializar e re-territorializar as relações de gênero de forma desigual não é punida e, “Nesse cenário, os corpos das mulheres são a tela sobre a qual a mensagem da impunidade, de poder irrestrito, arbitrário e discriminatório é escrita [...]” (Segato, 2022, p. 21). Concorde-se com a autora, porém acrescenta-se que a violência não só deixa marcas físicas no corpo das mulheres, mas em todo o seu ser, e que essas marcas seja quando são subjugadas e aceitam a subjugação ou quando resistem e enfrentam o patriarcado, representam a novas territorialidades nas relações de gênero, isso porque a ordem social política é engendrada pelo patriarcado. E vale ressaltar que nos casos da des-territorialização e re-territorialização das relações de gênero para novas relações de gênero a certeza é que uma parte significativa da população feminina estará contra a autonomia e emancipação das que romperam com o patriarcado.

Assim o patriarcado estabelece as normas sociais a serem seguidas, normas que lhe favoreçam, e estabelece normas caso aquelas não sejam cumpridas, mas que também lhe favoreçam. Aqui vale trazer uma reflexão de Friedrich Engels, quando esse menciona que a apropriação do corpo da mulher representou a primeira forma de desigualdade social e Rita Segato menciona que o corpo da mulher representa território da impunidade. Seja pela desigualdade social ou pela impunidade fica demonstrado a presença central da masculinidade em ambos os casos. Em ambos os casos os corpos são territórios em que o homem age com a certeza da impunidade, pois mesmo na desigualdade social, na condição de inferiorização da mulher perante o homem criada por seus interesses é uma forma de crime que historicamente não foram punidos pois as leis do código penal foram escritas pelo patriarcado para lhe conferir supremacia masculina sobre seus “Outros”.

O enfrentamento ao patriarcado realizado por grupos feministas nos sécs. XX e XXI está sendo combatido por ele, que utiliza das ações do movimento feminista para demonstrar que essas não seguem a ordem estabelecida que ele difunde como “uma ordem

natural”, ou seja, lhe desobedecem e, portanto, devem ser punidas. O patriarcado criou uma rede de relações sociais simbólicas e políticas educando posturas e comportamentos para o que seria ser mulher tanto na esfera pública como na esfera privada. Se utilizando dos instrumentos estatais para disseminá-los garantindo que o movimento da história em que a mulher é culpabilizada e subalternizada por ele não seja rompida. Neste processo todo o comportamento feminino que se afasta simbolicamente e politicamente do estabelecido pelo patriarcado é configurado por essa mesma rede enquanto não aceitável, permissível, desprezível ao ser mulher, pelo menos àquele padrão feminino criado e defendido por ele. Neste contexto, o não ser mulher patriarcalizada significa que deve ser punida, repreendida, responsabilizada carregando a culpa e muitas vezes retirada violentamente de cena.

Enfrentar o patriarcado é re-territorializar as relações de gênero a partir de interesses femininos em busca de uma sociedade em que haja a valorização e o respeito das mulheres e todos os seus “Outros”. É estabelecer uma nova ordem social com novas identidades sociais em que a mulher figurará na mesma posição hierárquica de poder que o homem, é lhe conceder espaço político para que possa defender a si própria a partir de leis criadas de forma democrática e que visem seu bem-estar, segurança e sua dignidade. Nesse sentido, as relações de gênero necessitam ser repensadas e reestruturadas politicamente, economicamente e culturalmente pela luz de um Estado que realize o giro decolonial caso contrário, essas violações à condição plena das mulheres continuarão a existir. Enquanto existir classes sociais e propriedade privada dos meios de produção a condição social e humana da mulher estará subjetivada aos propósitos da vontade da masculinidade, no entanto, em meio a isso é emergente romper com o autoritarismo do patriarcado.

A emergência de novas relações de gênero pela luz do giro decolonial é o caminho para que as mulheres tenham suas vidas, subjetividades e corpos protegidos, porém Rita Segato coloca que isso só será possível mediante a desarticulação do,

[...] mandado de masculinidade, com sua demanda pela demonstração de poder e pela capacidade de controle territorial, a força do trabalho e os recursos humanos deixarão de existir com o objetivo de alimentar batalhas informais e formais. Somente com a promoção da desarticulação do mandato da masculinidade será possível reorientar a história rumo a um destino melhor, mais favorável, para um número maior de pessoas (Segato, 2022, p. 33).

Enquanto o poder da masculinidade persistir orientando o ser mulher, suas posturas, comportamento e subjetividades frente a masculinidade tóxica imanente no patriarcado a humanidade habitará o período da pré-história patriarcal como a própria autora salienta. As sociedades evoluíram, atingiram estágios de desenvolvimento econômico e tecnológico significativos, no entanto, continua-se presos a estágios de desenvolvimento social atrasados no que se refere a relações com os “Outros” do patriarcado, sendo as mulheres as primeiras a terem sua condição humana subalternizadas, silenciadas e invisibilizadas pelo poder da masculinidade. Isso ocorre em virtude de que os avanços sociais, econômicos, políticos e jurídicos carregam na sua trajetória os interesses da masculinidade revelando que mesmo quando houve avanços no campo dos direitos humanos, da justiça e equidade social para as relações de gênero o patriarcado se fazia presente, seja enquanto sistema político ou imbrincado na mente e subjetividade das sociedades.

Entende-se que esse caminho já iniciou, porém está longe de uma colheita farta e suficiente, para isso, não basta o movimento feminista urbano, rural, campesino, indígenas e quilombolas e outros atuarem, a luta deve ser sim coletiva, mas é uma luta de toda a sociedade, inclusive dos homens, como se diz para o racismo, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, aqui não basta não ser machista, e sim antimachista, antissexista, antimisógeno, anti-homofóbico, antipatriarcalista. É preciso um coletivo atuante com apoio no Estado para romper com o poder da masculinidade que conta com o patriarcado para agir sobre a condição do ser mulher, do seu “corpo território”, bem-estar, segurança e vida.

Essa luta contra o patriarcado é uma luta política e histórica que deve contar com o Estado, porém esse Estado tem muito em sua estrutura de patriarcal. Nessa luta política de desarticulação do mandato da masculinidade é agir também no interior do Estado em suas engrenagens, pois esse tem imbrincado em sua estrutura desde suas bases até o topo uma postura masculina com raras exceções. Pensar uma sociedade em que as relações de gênero não oprimam um dos lados significa o giro decolonial do Estado e re-territorializá-lo com valores democráticos que promovam a emancipação feminina, tornando-as sujeitas de sua história, autônomas para a partir de suas necessidades e interesses criarem leis para lhes beneficiar. Des-territorializar e re-territorializar relações de gênero democráticas é uma prática da alteridade para a existência de uma nova humanidade sem violência, sem

opressão, sem autoritarismo, ou seja, uma humanidade de fato comprometida com um pacto civilizatório de bem-estar a dignidade do humano.

4. 3 A América Latina na modernidade capitalista

Como já mencionado, a América Latina foi inventada, “[...] a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (Mignolo, 2017, p. 04). Reforçando essa colocação nas palavras do próprio autor, “O Novo Mundo e a América são invenções européias-cristãs, cujos agentes foram as monarquias e, em seguida os estados-nacionais do Atlântico.” (Mignolo, 2008, p. 239). A invenção ocorreu sobre os escombros e as cinzas de civilizações e territorialidades, de corpos, de sexualidades, de gêneros, de histórias e de todo um universo cultural, silenciando e invisibilizando-se todo um passado de milhares de anos. Portanto sobre as cinzas das civilizações Pré-Colombianas e de territórios como Abya-Yala se sobrepõe um projeto de um novo mundo, que vai sendo instituído pela,

[...] desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. [...] do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. [...] da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. [...] da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de idéias, de imagens, de símbolos (Quijano, 2005b, p. 16).

Portanto, a invenção da América, do Novo Mundo e América Latina um pouco mais tarde representou um novo sistema de dominação social que contou para sua constituição com dois elementos, o sistema de dominação social e um novo sistema de exploração social. O primeiro se utilizou da ideia de raça, criando novas identidades racializadas utilizada pelo colonizador branco para dominar os não brancos denominados de “Índios” e “Escravos” os povos pretos.

Instituindo desta forma uma hierarquia racial em que o “Índio” ficou situado em um novo território de poder onde passa a ser subjugado e subalternizado pelo colonizador

onde esse lhe ensina uma nova visão de mundo e nela a sua identidade social fundante enquanto ser cultural e social não mais existe e em seu lugar passa a existir uma identidade criada com o propósito de sua dominação. Primeiramente isso ocorreu com os indígenas e mais tarde de forma mais cruel com os povos africanos que foram desumanizados de sua cultura, tiveram seus corpos expropriados e violentados pelo colonizador sendo reduzidos a instrumentos vivos de produção – escravizados e servindo como meio para o livre comércio em curso na Europa por meio do capitalismo nascente. Concomitante ao sistema de dominação social, o sistema de exploração social vai se efetivando mediante o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos gerados pelo trabalho (Quijano, 2005a). Assim, o espaço foi aberto para inventar sobre ele o território denominado América e em uma de suas partes a América Latina, que carrega em suas memórias a crueldade disfarçada de boa índole para o desenvolvimento e o progresso em que se utiliza comumente da seguinte expressão “um mal necessário”, expressão ouvida ainda hoje pelos reacionários.

A nova ordem econômica que entre os sécs. XVI e XVII estava em sua fase primitiva contou com a dispensabilidade da vida humana. Aos indígenas foi imposto a servidão e aos africanos foi imposto a escravização para produzirem mercadorias para o mercado mundial, haja vista, que os africanos eram considerados mercadorias que produziam mercadorias e dessa forma ambos fizeram parte da organização de um novo padrão de trabalho, servindo aos propósitos do capitalismo mercantil vigente nos países ibéricos.

A mão-de-obra indígena se torna uma das primeiras mercadorias a ser criada pelo Capitalismo e a mão-de-obra africana escravizada além de ser mercadoria produz mercadorias impulsionando o surgente advento da economia capitalista na Europa, pois juntas produziam mercadorias para alimentar o mercado mundial, em meio ao qual se fortalecia o Capitalismo tornando-se hegemônico na economia mundial.

Nas relações sociais de poder que demandam desse processo e que demandam esse processo do qual vai emergindo um Novo Mundo e que no séc. XVIII foi denominado de América Latina, essa forjada na subalternidade, na opressão, exploração e descarte de vidas humanas que não importavam para a Europa, ou seja, a América Latina fora inventada mediante um processo de periferização de corpos, vidas, gêneros e sexualidades. O atual Modo de Produção só foi possível submergir mediante a invenção da América e da América Latina.

Nas palavras de Aníbal Quijano,

Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro modo (Quijano, 2005a, p. 126).

Desta forma, os pretos, indígenas e mestiços quando inventados, foram situados na periferia do mundo e tiveram seus corpos marcados pela periferização e carregam até hoje as marcas deste processo que culmina no racismo, no preconceito, na xenofobia e em sua marginalização social, o que contribui com o progresso e desenvolvimento do Capitalismo e a desigualdade socioeconômica, mesmo quando inseridos no processo produtivo e nas instituições sociais, seus corpos estão marcados pelo ranços históricos da colonização e ainda servem de alimento para o progresso e desenvolvimento do capitalismo.

A base material e imaterial para a emersão de um novo território, a América Latina, construída continuamente à modernidade eurocentrada, se caracteriza em meio a destruição, ao flagelo, a genocídios, a servidão e a escravização. Não haveria América Latina se não fosse o poderio da colonialidade e da modernidade racional (Quijano, 2005b). Não haveria modernidade sem colonialidade, ambas forjadas no mesmo período temporal e no mesmo espaço em que se estava por meio da colonialidade inventando-se a América Latina (Mignolo, 2017). Ambas sustentadas por uma “Matriz Colonial de Poder” – (MCP) e que se manifestou em quatro esferas da experiência humana,

(1) econômico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; (2) político: control de la autoridad; (3) social: control del género y la sexualidad, y (4): epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad (Mignolo, 2005, p. 26).

A MCP agiu como uma grande estrutura de poder que aos poucos expropriou, se apropriou, desmantelou, dominou e subalternizou de forma intensa as formas de existir e de existência de centenas de povos que habitavam esse território e outros milhares que para cá foram traficados e escravizados para servirem de instrumentos vivos de produção de forma a garantir a seus dominadores e aos seus descendentes poder, riqueza e *status*. Essa

matriz de poder se consolidou no cotidiano social e no imaginário social de populações denominadas colonialmente de “índios” e “escravos”. Infiltrando-se em todas as esferas e instituições sociais, fossem elas públicas ou privadas, sedimentando no comportamento social a superioridade europeia e a inferioridade não europeia, a civilidade europeia e a selvageria não europeia, a modernidade europeia e o arcaico não europeu. Assim, arrisca-se em dizer, que a colonialidade também atingiu os não indígenas, os não pretos e seus descendentes, formando uma consciência social coletiva e hegemônica capaz de reconhecer somente aquilo que interessava aos invasores dominadores e mais tarde aos imperialistas.

Sabe-se, que a institucionalização da América Latina pela Europa ocorre mediante a destruição da diversidade cultural étnica, de todo um rol de histórias/estórias e saberes, da servidão indígena, da escravidão preta e do uso maciço dos recursos naturais que serviu como pano de fundo para emersão de uma economia capitalista hegemônica, se espalhando globalmente e desestruturando outras formas de produção da existência, chamado por Immanuel Wallerstein (1974) de Sistema/Mundo Moderno. Mediante a isso, a colonialidade se espalha sobre todos os territórios colonizados originando a América Latina.

Por que se diz isso?

Se o conceito de modernidade refere-se única e fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas *altas culturas* (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistema-mundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento, etc (Quijano, 2005a, p. 122, grifo do original).

Até mesmo quando se trata do racional, científico e tecnológico, esses já eram evidentes nos templos, nas cidades, nos palácios e pirâmides, nos canais de irrigação, nas vias de transportes, no calendário, na filosofia, na matemática, na escrita dentre outras manifestações, ainda que nem de longe lembrava o pensamento mítico-mágico ao qual a modernidade europeia se opôs. Porém, na modernidade tardia se avança no desenvolvimento científico-tecnológico, realizando maior es descobrimentos e invenções, no entanto, nessa fase com a hegemonia e a centralidade da Europa moderna (Quijano, 2005a).

Mignolo (2017) denomina a modernidade de *Monstro de quatro cabeças e duas pernas* alertando para seu lado mais escuro chamado por ele de colonialidade. No entanto, é bastante comum ouvirmos e lermos a partir de algumas vertentes teóricas europeias somente sua perspectiva positiva. De que a vida na modernidade seria diferente a tudo o que já havia sido vivido até então, pois proporcionaria avanço, desenvolvimento e progresso, rejeitando e abandonando antigas práticas sociais, instituindo uma visão de mundo Antropocêntrica ao se opor a visão de mundo Teocêntrica, se pautando no uso da racionalidade humana, na produção do desenvolvimento técnico científico, de novas formas de sociabilidades, novas formas de organização social, novas formas e instrumentos de poder.

Esse pensamento é marcado pela crença de que a natureza está sob o domínio dos humanos, podendo ser controlada, subjugada e coisificada em prol do desenvolvimento e do progresso. O que permitiu, que a humanidade por séculos e décadas compartilhasse dessa certeza, foi o advento do saber tecnocientífico que desvendou a composição, organização e funcionamento da natureza, tornando-a aos olhos dos humanos um mero objeto a satisfazer seus desejos e necessidades e com isso o avanço econômico, ou seja, a natureza é tratada enquanto objeto. A modernidade rompe com o elo entre natureza e humano, a natureza por esta crença passa a ser coisificada, subjugada aos interesses do Sistema/Mundo Moderno.

Essa crença imanente na modernidade contribui para que seu avanço fosse sendo projetado como algo somente positivo, pois lançaria o mundo à prosperidade em todas as esferas humana, sociais, econômica, política, jurídica e cultural. Isso quer dizer, que a modernidade salvaria o mundo das mazelas, atrocidades e autoritarismos cometidos no passado nem tão distante e nesse novo mundo o humano seria livre e feliz. De um lado uma economia pujante, de outro, o saber racional livre das amarras do mítico/mágico, sendo disseminado aos quatro cantos do mundo de forma convincente por seus mentores representados na Europa moderna. Portanto, “Ambos cabem dentro do discurso progressista e correspondem à retórica celebratória da modernidade – ou seja, a retórica da salvação e da novidade, baseada nas conquistas europeias durante o Renascimento” (Mignolo, 2017, p. 4).

A modernidade esteve sob influência do chamado séculos das luzes, séc. XVIII que tem como característica central a racionalidade, assim o movimento Iluminista acentua o discurso de liberdade e emancipação das amarras de um tempo mítico/mágico/religioso,

substituindo-o por um tempo racional, em que a razão seria a mentora da humanidade e responsável por retirar o ignorante do estado de ignorância e conduzi-lo ao esclarecimento (Adorno; Horkheimer, 1985). No entanto, o que estava oculto nesse teor de algo “novo e moderno” como substituição ao “velho e arcaico” presentes nos territórios que se localizavam fora da Europa e que serviriam como base material e subjetiva para sua existência, expansão e domínio.

E de fato o teor destrutivo dos tempos modernos se assentou neste período sob os territórios que estavam sendo invadidos e conquistados. Desta forma a modernidade inaugurava uma nova era, uma era de aquisições, conquistas e dominações dos povos conquistadores às custas do flagelo dos povos conquistados, indígenas, africanos, seus descendentes e mestiços. Sucintamente, a modernidade é entendida como, “[...] uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro a ‘Colonialidade’ em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem Colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 02).

Assim, a modernidade é criada como uma “jovem velha senhora” representando o futuro e nele a crença da liberdade, felicidade, igualdade e da emancipação de um tempo considerado por ela sombrio e retrógrado, fadado a ficar presa no passado, para que ela atingisse êxito, lançando suas luzes ao presente e projetando a sociedade futura as custas de muita tragédia humana.

O deixar para trás aquilo que representava o arcaico, o bárbaro, o selvagem considerado por ela coisas do passado, significava eliminá-los, para isso se realizou uma limpeza étnica, denominada pelo colonizador de processo civilizatório, resultando na destruição dos povos colonizados.

No entanto,

[...] a versão eurocêntrica da modernidade esconde ou distorce essa história. Porque é com a experiência histórica que leva à formação da América que se assentam na Europa a idéia e a experiência da mudança, como um modo normal, necessário e desejável da história; o abandono do imaginário de uma idade dourada num passado mítico em favor de um imaginário do futuro e do ‘progresso’ (Quijano, 2006, p. 73, grifo do autor).

Contudo, todo este discurso escondia o outro lado da modernidade, “[...] uma dimensão oculta dos eventos que aconteciam ao mesmo tempo, tanto no âmbito da economia como no do conhecimento: a dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI” (Mignolo,

2017, p. 4). O discurso dos sujeitos da modernidade carregado de promessas de felicidade e progresso, seduziu. Incapacitando grande parte da sociedade de perceber os horrores e atrocidades cometidos principalmente sobre aqueles que estavam à mercê de seu poder político, religioso, militar, econômico, jurídico e cultural, os povos que por ela foram sendo subalternizados.

Mediante a isso,

[...] a nova entidade/identidade que se constitui como Europa ocidental, já sob o crescente predomínio da região Centro/Norte, se assume e identifica como *moderna*, ou seja, como o que há de mais *novo e mais avançado* na história humana. E o sinal distintivo dessa modernidade da emergente identidade européia ocidental é sua específica racionalidade (Quijano, 2006, p. 73, grifo do original).

Assim, junto com a modernidade se levanta uma sociedade que para se instituir e se fortalecer como centralidade do mundo agiu com uma coifa em mãos, exterminando todos os que não se encaixavam em um padrão normativo de humano e sociedade e que produziam suas existências e vivências em territórios considerados pela Europa úteis aos seus propósitos que era de tornar-se o maior centro de poder do mundo.

Os europeus autoconsiderados modernos também se instituíram como “[...] os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas” (Quijano, 2005a, p. 122). Por isto, ainda cabe evidenciar que

O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro de um novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (Quijano, 2005a, p. 122).

Diante do exposto, do encontro da Europa com aquela parte do globo até então, não conhecida pelos europeus, fez com que a Europa instituisse sua centralidade para o restante do mundo e denominasse o desconhecido de “*Outro*”. Deste choque territorial, a Europa centraliza sua identidade, passando a ser referência de civilização para todos os povos. “La cultura europea pasó a ser un modelo cultural universal. El imaginario en las culturas no-europeas, hoy difícilmente podría existir y, sobre todo, reproducirse, fuera de esas relaciones” (Quijano, 1992, p. 13). O modelo europeu de cultura determinou uma nova direção, abandonando um arcabouço cultural inimaginável em nome do desenvolvimento resultando também na invenção do Brasil europeizado. Todavia, só possível porque milhares de pessoas foram proibidas de praticar suas culturas, de falar as suas línguas, de crer em seus “deuses”, de narrar suas histórias, de tratar seus corpos, de sentir-se parte da natureza e de cultivar seus saberes e linguagens.

Com a centralidade da Europa moderna, essa passa a ter “[...] a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana” (Quijano, 2005a, 123). Nas palavras do autor citado, a Europa passa a ser a “protagonista” de uma modernidade com saber racional/científico, de um discurso moderno de liberdade, igualdade e fraternidade. Esse lema de liberdade, igualdade e fraternidade adotado a partir da Revolução Francesa e disseminado para o mundo, representa bem a ideia do que a modernidade queria passar e que será fundamental na organização das relações produtivas que se constituirão na Europa em contextos da economia industrial, por exemplo, no trabalho assalariado e no patriarcado.

A ideia de superioridade dos brancos, os possibilitava a agirem sobre os considerados por eles, inferiores, pelo fato de não reconhecerem neles elementos da civilidade europeia. Também possibilitou o exercício do poder econômico da Europa, pois aos “não civilizados, selvagens e primitivos” cabia o trabalho gratuito, até mesmo como forma de conduzi-los a civilização, isso aos indígenas, já aos pretos fora destinado a escravização, considerada uma forma de redimissão de seus pecados (Munanga, 1988).

Entre os sécs. XVI a séc. XVIII a América servia como celeiro de força de trabalho gratuita e de recursos naturais para serem transformados pela nascente indústria europeia e estimular o avanço do capitalismo. Dessa forma o trabalho forçado, escravizado e gratuito da população indígena, preta e mestiça utilizada na exploração de riqueza mineral, tendeu a cooperar com o avanço do mercantilismo e colocar os dominadores ainda mais alto no topo da esfera social. Em virtude disso, a Europa acentua ainda mais sua centralidade e expressividade para o resto do mundo, aumentando de forma significativa seu poderio econômico produzido às custas da periferização da América Latina e da exploração da vida de seus habitantes. Isso significa dizer, que o capitalismo mercantil,

[...] permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais [...]. Essa nova identidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial (Quijano, 2005a, p. 119).

Nesse cenário e com o uso do conhecimento tecnocientífico a economia capitalista se expandiu, ou seja, houve um processo crescente da globalização que exportou modelos produtivos orientados pela égide da produção, consumo e da mais valia. Esse contexto

histórico ao qual Walter Mignolo (2017) se refere é a Modernidade, fase da história humana regida hegemonicamente pela racionalidade, saber científico e o *modus operandi* capitalista.

O controle do trabalho e dos corpos no padrão mundial de poder jamais deixou seu DNA de lado representado pelo controle sobre as forças produtivas dos que foram colonizados e subalternizados em função de sua cor, de seu sexo e de seu gênero. A racialização dos corpos e a coisificação do gênero sustentaram nas colônias de exploração e mais tarde nos Estados-nação a estratificação social, a marginalização e precarização dos mais pobres, “pretos”, indígenas, pardos e mulheres.

5 ENTRE O HAITI E O BRASIL: A REPRODUÇÃO DO PATRIARCADO

Neste capítulo será apresentado os dados coletados pela entrevista semiestruturada e pela Representação social buscando analisá-los pela teoria Decolonial. Primeiramente se apresenta os dados referente as relações de gênero na sociedade de origem das mulheres haitianas e em seguida os dados referentes as relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços migratórios da cidade de Xanxerê - Santa Catarina. Buscando-se evidenciar as relações de gênero na sociedade haitiana e em seguida no espaço pesquisado para então estabelecer uma comparação entre ambos e poder verificar se houve a des-territorialização, a re-territorialização ou a conservação das relações de gênero das mulheres haitianas. Eles estão organizados em categorias sociais.

5.1 Territorialidade das relações de gênero das mulheres haitianas constituídas na sociedade de origem e inseridas no processo de diáspora em espaços migratórios na cidade de Xanxerê - Santa Catarina

É neste contexto supracitado e descrito que as mulheres haitianas educadas e constituídas enquanto seres sociais e subservientes ao homem, ao chegarem ao Brasil, mais especificamente na área de estudo dessa pesquisa, trouxeram consigo toda a bagagem cultural e suas territorialidades, pois foram se constituindo enquanto mulheres em territórios haitiano e nas relações sociais de poder estabelecidas neles. Como afirma Raffestin (1993), o território é a transformação do espaço natural pelas relações sociais, as quais, estabelecem relações de poder, exercido no cotidiano de determinado grupo ou classe social que habita um dado território.

Desse processo é que se constituirão as territorialidades que, como afirmam Saquet e Briskiewicz (2009), demandam das relações sociais e das atividades produzidas no cotidiano, relações re-territorializadas no Brasil juntamente com as mulheres haitianas, não havendo uma separação entre corpo e cultura. As territorialidades são inúmeras, condizem com os tipos de relações sociais produzidas e constituídas no território haitiano para produzir sua existência, seja ela material ou imaterial, portanto, podem ser visualizadas e sentidas, como é o caso das relações de gênero, que perpassam os espaços vividos pelas mulheres haitianas em todo o decorrer de sua existência.

As mulheres haitianas não se caracterizam apenas por possuírem um corpo preto, magro, gordo, alto ou baixo, características essas fenóticas. Levando em consideração que o corpo deve ser entendido enquanto um espaço natural, ao ser inserido em relações sociais de poder, normalmente, é apropriado e transformado pelo exercício de poder imanente em cada sociedade mediante as relações sociais (Foucault, 2007). Isto resulta em um corpo territorializado e nele pode haver mais de uma territorialidade, que podem ser des-territorializadas e re-territorializadas devido às novas e diferentes relações sociais de poder que se constituem no cotidiano cultural, político, econômico, religioso e ambiental (Saquet; Briskiewicz, 2009).

Sabe-se que o patriarcado ocidental no Haiti herdado do processo colonial é um sistema de poder muito atuante e que coloca a mulher constantemente em condição de subalternização em relação ao homem, o que faz com que seu corpo e seu ser mulher viva uma territorialidade opressora pois as relações de gênero são territorializadas pela forte presença do poder masculino. Essa subalternização acompanha as mulheres na diáspora para outros espaços. No entanto, as mulheres haitianas possuem no Haiti um território que é seu, que é o comércio de rua, e nele as mulheres haitianas produzem-se enquanto mulheres no espaço público, enquanto mulheres autônomas, pois são as responsáveis pelo comércio de seus produtos o que lhes permitirá ter uma certa independência econômica.

Essas territorialidades que migraram junto com o “corpo-território” das mulheres haitianas estarão condicionadas as relações sociais de poder que permearão os novos territórios em que circularão essas mulheres. Na diáspora as mulheres carregarão consigo uma rede de sociabilidades, e nela permeará um universo simbólico religioso, moral, ético, político, produtivo, afetivo, emocional, linguístico e de relacionalidades que perante a um novo *ethos* cultural, a novos territórios, a novas relacionalidades e relações de poder tenderão a serem des-territorializadas e re-territorializadas, passando a absorver novos sentidos e significados e consequentemente, uma outra postura e comportamento feminino, haja vista o poder imanente nas relações sociais que serão estabelecidas.

Ao migrarem para diferentes espaços essas mulheres se depararam em um dos primeiros contatos no novo território, com a diferença linguística, que deve ser entendida enquanto uma barreira para a inserção social no cotidiano e para a participação de processos sociais que virão a estabelecer no novo território. O que leva a se entender, que o fato de serem submetidas ao uso de uma a uma nova língua – portuguesa -, a terem de pensar por meio de outra linguagem, e a terem suas vivências mediadas por esta nova

língua, passam pela des-territorialização e re-territorialização de todo um conjunto de sentidos linguísticos e significados de seus *ethos* cultural. Mediante a isso será produzido novas territorialidades sobre aquelas que migraram na bagagem cultural.

Nesses outros territórios o falar um o idioma nacional é de tal importância para que haja uma relação de reciprocidade entre as mulheres haitianas e os indivíduos brasileiros, pois a língua é poder e para que haja uma relação de reciprocidade, o comunicar-se em uma mesma língua é um dos processos que se faz necessário realizar, sem haver necessidade de abandonar a linguagem materna. Considerando que, o domínio da outra língua é um meio de conhecer e compreender as relações de poder que se estabelecerão nos novos territórios e de conhecer e compreender como o poder age sobre os “corpos-territórios”, seja na des-territorialização das relações de gênero ou em sua re-territorialização. Portanto, para que haja exercício da autonomia nos territórios em que as mulheres haitianas circularão, o domínio da língua se faz necessário, para que não haja uma territorialização subalterna em relação ao se comunicar com os “Outros”.

E foi a partir desta compreensão que se definiu a amostra investigada, depois de muitas tentativas em meio às relações de poder existentes em Xanxerê, conseguiu-se a mínima confiança de treze mulheres haitianas, sendo que quatro delas migraram para os Estados Unidos no segundo semestre de 2024. Quanto a idade e o estado civil, constatou-se que as mulheres têm entre 19 a 55 anos e estão no Brasil há, no máximo, 8 anos e, no mínimo, há 3 anos (Quadro 01).

Quadro 01: Caracterização da amostra das mulheres haitianas.

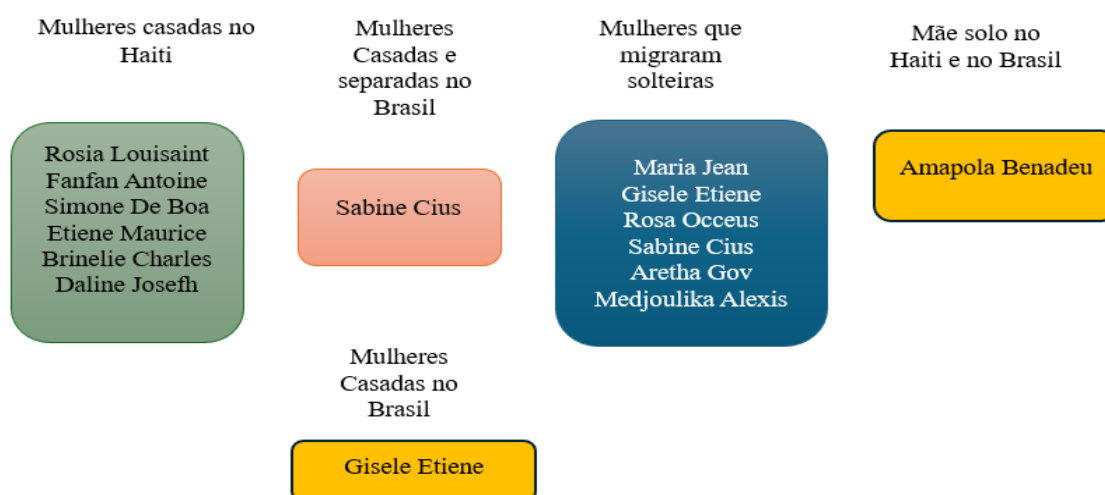
Nome	Tempo de permanência no Brasil	Situação atual	Idade	Condição civil	Trabalho
Maria Jean	5 anos	Permanece no Brasil	20 anos	Solteira, sem filhos	Supermercado, setor da faxina.
Rosia Louisaint	3 anos	Permanece no Brasil	29 anos	Casada. Marido está no Haiti, não tem filhos	Fábrica de bolsas de rafia.
Amapola Benadeu	5 anos	Permanece no Brasil	49 anos	Mãe solo, três filhos, uma filha no Brasil e dois filhos no Haiti	Frigorífico, na linha de produção.
Fanfan Antoine	4 anos	Permanece no Brasil	32 anos	Casada, um filho	Supermercado, setor da faxina.
Sabine Cius	5 anos	Permanece no Brasil	29 anos	Separada, um filho	Supermercado, caixa.
Simone De Boa	6 anos	Migrou para os Estados Unidos	49 anos	Casada, não tem filhos	Frigorífico, na linha de produção.
Etienne Maurice	8 anos	Migrou para os	37 anos	Casadas, dois	Frigorífico, na

		Estados Unidos		filhos	linha de produção.
Gisele Etienne	7 anos	Permanece no Brasil	29 anos	Casada, um filho	Não trabalha.
Rosa Occeus	5 anos	Migrou para os Estados Unidos	31 anos	Solteira, sem filhos	Não trabalha.
Aretha Gov	5 anos	Migrou para os Estados Unidos	30 anos	Solteira, sem filhos	Não trabalha.
Brinellie Charles	3 anos	Permanece no Brasil	55 anos	Casada, quatro filhos, um está na França, dois na Guiana Francesa e uma no Brasil	Frigorífico, na linha de produção.
Daline Josefh	2 anos	Permanece no Brasil	37 anos	Casada, um filho	Frigorífico, na linha de produção.
Medjoulika Alexis	3 anos	Permanece no Brasil	19 anos	Solteira, sem filhos	Não trabalha.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Dessa amostra seis mulheres se casaram no Haiti e continuam casadas no Brasil; uma das mulheres que migrou solteira, casou-se e separou-se no Brasil; outra das mulheres solteiras que migrou, casou-se no Brasil e quatro migraram solteiras e continuam solteiras e uma é mãe solo, já era mãe solo no Haiti e continua sendo no Brasil. As duas mulheres que se casaram no Brasil, casaram-se com homens haitianos (Infográficos 04 e 05).

Infográfico 04: Territorialidade civil das mulheres haitianas.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

As seis mulheres haitianas casadas no Haiti conservaram sua territorialidade civil mantendo-se casadas no Brasil. Das cinco mulheres que migraram solteiras, quatro mantiveram a territorialidade civil e duas delas se casaram no Brasil e tiveram sua

territorialidade re-territorializada, sendo que a mulher que se casou e se separou teve sua condição des-territorializada e re-territorializada e, por fim, a mãe solo conservou sua territorialidade no que diz respeito à sua condição civil.

Quanto a territorialidade materna das mulheres haitianas, (Diagrama 05), dentre as mulheres que migraram casadas cinco delas têm filhos que nasceram no Brasil, uma não tem filhos. Duas das mulheres que migraram solteiras, se casaram no Brasil e tiveram filhos e uma delas se separou. A mãe solo tem filhos haitianos e outras quatro mulheres que migraram solteiras não têm filhos, e uma das mulheres que migrou casada não tem filhos. Percebe-se aqui que, quanto à territorialidade materna das mulheres casadas no Haiti, duas delas mantiveram sua condição anterior, pois não tiveram filhos no Brasil; as demais des-territorializaram e re-territorializaram sua condição materna, pois tornaram-se mães no Brasil. E a mãe solo conservou sua territorialidade no que diz respeito à maternidade. Quanto às seis mulheres solteiras que migraram, quatro delas conservam suas territorialidades civis e maternas.

Infográfico 05: Territorialidade materna das mulheres haitianas mães.

Mulheres que tiveram filhos no Brasil

Fanfan Antoine, Etienne Maurice, Gisele Etienne, Daline Josefh, e Sabine Cius

Mulheres que vieram para o Brasil casadas e tiveram filhos no Brasil.

Fanfan Antoine, Etienne Maurice e Daline Josefh.

Mulheres que tiveram filhos no Haiti.

Brinellie Charles e Amapola Benadeu

Mulheres que migraram solteiras, se casaram no Brasil e tiveram filhos.

Gisele Etienne e Sabine Cius

Mulher que migrou casada e não teve filho no Brasil.

Rosia Loisaint

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Essas territorialidades civil e materna demonstram que algumas mulheres tiveram mudanças e permanências no processo de des-territorialização e re-territorialização em função do casamento e da maternidade, pois algumas assumiram novos papéis e identidades familiares, passando a ocuparem novos espaços e a estarem submetidas à novas relações de poder: ao casarem estão adentrando um pouco mais na estrutura patriarcal de poder em que o homem mantém a dominação a partir da sua masculinidade.

O espaço doméstico privativo ao homem e as relações sociais de poder que passam a vigorar nele estão na base da apropriação do “corpo-território” da mulher e tem na instituição casamento e na maternidade um espaço tornado território, para agir, pois em ambos há padrões de comportamento moral pré-instituídos pelo “patriarcado de Alta Intensidade ocidental” que difunde um padrão de comportamento no qual as mulheres ficam reféns aos propósitos dos interesses do poder masculino.

As instituições casamento e família carregam em si as marcas da colonialidade do poder que renega o protagonismo feminino, ficando a maternidade sob responsabilidade da mulher em ambiente doméstico. O espaço doméstico foi privatizado pelo patriarcado ocidental e é nele que ocorrem a maior parte das relações afetivas entre homens e mulheres, tomadas de decisões sobre a família e o funcionamento do lar. Essas mulheres vêm de territorialidades em que a centralidade dos homens no espaço doméstico é natural, assim, sua re-territorialidade não enfrentará significativas resistências, justamente porque essas territorialidades já são conhecidas e estão naturalizadas. No espaço doméstico em que há a funcionalidade do casamento e da maternidade, o patriarcalismo ocidental, por meio da colonialidade do poder, instituiu funções, papéis e comportamentos diferentes para ambos os gêneros, organizando relações de gênero binárias que suplementam a mulher.

Essas mulheres, assim como tantas outras que migram, ao saírem de seu país, estavam buscando diferentes condições de vida. No entanto, os motivos que as fizeram migrarem para o Brasil, são quase unânimes (Quadro 02).

Quadro 02: Motivos relatados pelas mulheres haitianas sobre a vinda ao Brasil.

Maria Jean; Amapola Benadeu; Rosia Louisaint; Sabine Cius; Simone De Boa; Etienne Maurice; Fanfan Antoine; Brinellie Charles; Daline Joseph	Em busca de uma vida melhor.
Gisele Etienne	Eu vim para o Brasil para visitar, isso em 2018, quando eu cheguei no Brasil. Depois encontrei meu marido, a gente namorou e depois a gente casou.
Rosa Oceaux	Eu saí do Haiti, não devido ao terremoto. Eu lá fazia faculdade e tinha comércio e tinha um relacionamento e meu namorado morreu e eu fiquei muito triste e caí na depressão. Meus irmãos decidiram que eu iria para o Chile e eu fui, mas eu não queria, só em 2020 eu vim para o Brasil.
Aretha Gov	Eu vim para estudar, eu sabia que no Brasil tem universidades públicas, por isso vim.
Medjoulika Alexis	Eu vim porque minha mãe e meu pai estavam aqui.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

A necessidade de uma vida melhor em busca de oportunidades de estudo ou trabalho coloca essas mulheres frente às diversas territorialidades já existentes, no Haiti e no Brasil, e em todas elas, seja no espaço produtivo ou educacional, as relações de poder demandarão a re-territorialização de suas territorialidades, submetendo-as ao jogo de comando existente, para se reproduzir como mulheres negras, mães, imigrantes, trabalhadoras e esposas. O fato de migrarem para outro país como o Brasil que se encontra na rota do desenvolvimento e submetido à lógica do sistema mundo moderno capitalista e à racionalidade moderna, essas mulheres imigrantes, pobres e negras são submetidas a uma hierarquia social de poder em que se reproduzem territorialidades subalternas, continuando-se aquela identidade racial inferiorizada por meio da subjugação dos corpos que ainda hoje alimenta o avanço do sistema econômico capitalista mediante a trabalho precarizado.

O migrar em busca de melhores condições de vida pode resultar no aviltamento da inferioridade da sua identidade racial, pois a racionalidade moderna e a colonialidade do poder se utilizaram de corpos pretos e do gênero feminino para o fortalecimento do poder econômico. E mais, ao terem seus corpos e gêneros inseridos em espaço migratório em que predomina a centralidade masculina branca e com ausência de consciência de classe, suas territorialidades tendem a serem subalternizadas pela égide de uma moral cristã e produtiva que descende dos imigrantes europeus do séc. XIX e XX, responsáveis pela produção do território de Xanxerê; religião e ideologia do trabalho que continuam vivas no imaginário social da população local. Portanto, migrar em busca de melhores condições de vida, como ocorre com as mulheres haitianas pesquisadas, resulta em serem submetidas às novas territorialidades encontradas em território de colonização de descendentes de europeus. E sua ocupação no processo produtivo fortalecerá a desigualdade socioeconômica em função

da cor da pele e do gênero, porque os postos de trabalho destinados aos imigrantes são atividades que comprometem seu bem-estar e sua saúde.

Quando perguntado sobre de quem foi a decisão de vir para o Brasil (Quadro 03), ouvindo-as, também se percebeu o vigor do patriarcalismo. Dez mulheres responderam que foi o pai, ou os irmãos ou o marido; apenas três delas responderam que a decisão foi delas mesmas. Quando questionadas sobre se queriam vir para o Brasil, com exceção de uma, as demais responderam “*sim*”. E aqui aparece outro aspecto de muita relevância, ou seja, a maioria das decisões foi tomada pelos homens, ratificando a força do patriarcalismo presente na sociedade haitiana descrita na Introdução.

Quadro 03: Decisão para migrar para o Brasil.

Maria Jean	Foi dos meus tios.
Rosia Louisaint	Foi do meu marido.
Amapola Benadeu	Foi dos meus irmãos.
Fanfan Antoine	Do marido.
Sabine Cius	Foi minha.
Simone De Boa	Foi minha.
Etienne Maurice	Do meu irmão.
Gisele Etienne	Foi minha mesmo.
Rosa Occeus	Do meu marido.
Aretha Gov	Do meu marido.
Brinellie Charles	Do meu marido.
Daline Josefh	Do meu marido.
Medjoulika Alexis	Do meu pai.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Entende-se que o motivo que as levaram a migrar para o Brasil foi o de tentar conseguir melhores condições vida, seja para as que buscam por meio do trabalho ou da motivação para estudar ou passear. No entanto, o que chama a atenção é de quem foi a decisão de migrarem, apenas três disseram que foi delas, as demais reafirmaram a centralidade masculina na figura do pai, do marido ou do irmão. Durante as entrevistas, praticamente não se notou resistência por parte das mulheres sobre a migração: apenas uma disse que não queria vir, no entanto, veio.

De modo geral, os dados revelam o que Rita Segato e Anibal Quijano mencionam quando tratam que o espaço privado e suas funções foram privatizados pelos interesses masculinos e desse processo resultou o silenciamento das mulheres. Ou seja, a tomada de decisões, a vontade das mulheres, o desejo delas ou a condução da sua vida está determinado pela centralidade do poder masculino instituído sobre o “corpo-território” das mulheres e suas subjetividades. O fato de não se ouvir as mulheres, de não considerar as

necessidades e interesses femininos, decidindo-se por elas, remete à cosmologia cristã em que a mulher teve seu destino traçado por leis masculinas que representavam os interesses do homem a fim de fortalecer a centralidade e a superioridade masculina. A aceitação em migrar, deixando famílias e filhos, talvez para nunca mais se encontrarem, deve ser entendida como subjugação e obediência, no entanto, está disfarçada por respeito e obediência.

O aceitar mesmo sem querer ou o aceitar pelo fato de realmente querer migrar conserva a territorialidade das relações de gênero que são desiguais, pelo fato de que são determinadas pelos interesses da estrutura de poder patriarcal, pois não se percebe elementos que venham na contramão das leis masculinas do patriarcado. Pelos dados coletados não se percebeu resistência para tentar impedir a migração; mesmo as que migraram por vontade própria, essas seguiram o que na sociedade haitiana é um processo cultural que é o processo de diáspora, portanto, essas também mantiveram conservadas suas territorialidades no que tange ao deslocamento dos seus “corpos-territórios” para outro país.

Pode-se entender, nesta situação, uma relação de mando e obediência, herdada da estrutura política de poder “patriarcal ocidental de Alta Intensidade” que foi implantada pela colonialidade do poder nos territórios que vieram a ser chamados de americanos durante processo de colonização europeia que ocorreu no Haiti. Estrutura essa que educou as mulheres por meio das relações sociais de poder onde a centralidade está nas mãos dos homens, cabendo a eles decidiram sobre a vida do “Outro”. Ficando a mulher a margem dos seus próprios interesses, muitas vezes o poder lhe subjugou de tal forma que ela não reconhece ou identifica seus próprios interesses, pois está naturalizado nas relações sociais de poder que territorializaram e territorializam as relações nas quais cabe à mulher um papel coadjuvante e de aceitação da sua posição na estrutura hierárquica de poder. Portanto, a subjetividade e as vontades femininas são territorializadas de acordo com as leis masculinas impostas histórica e geograficamente, aderindo-se às práticas cristãs e relações de gênero binárias, que anulam o protagonismo da mulher em situações que diz respeito à sua vida e à continuidade de uma existência digna, tanto na esfera privada como pública.

É muito comum e considera-se fabuloso, em casos em que o homem tem êxito, ouvir que por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher. Essa narrativa retrata a falta de protagonismo da mulher nas relações de gênero e sua inferioridade. Ali a

mulher é considerada não apta a ser protagonista, mas alicerce para o homem e seus grandes feitos. Nesse caso, a cosmologia cristã retrata perfeitamente, pois o homem é que foi criado à imagem e semelhança do ser mais poderoso, inteligente e magnânimo que já existiu e a mulher foi criada para lhe fazer companhia. As discursividades mitológicas seduzem e educam o comportamento social a fim de estruturar uma hierarquia de poder e estabelecer nela a superioridade masculina e a inferioridade feminina vistas nas relações de gênero, o que faz com que as mulheres respeitem, ou melhor se submetam às vontades masculinas.

Neste tipo de relações a mulher é silenciada e tem sua vida ditada pelas leis dos homens. O patriarcalismo acaba infiltrando-se nos corpos, territorializando-os, resultando disso a subalternização da mulher. Nas palavras de Engels (2020), o corpo da mulher foi o primeiro espaço a ser apropriado pelo homem e territorializado por seus interesses, vontades e leis, resultando na expropriação do corpo e da subjetividade das mulheres, tornando-as meras propriedades para a produção de força-de-trabalho e, conseqüentemente, ao acúmulo de riqueza. E sobre ele o homem deixa suas pegadas em forma de territorialidades subjugadas, marginalizadas, oprimidas e silenciadas, sem habilidades de reconhecer suas próprias vontades. O que resulta em uma condição de vulnerabilidade perante a centralidade masculina. Para o fortalecimento do patriarcado, esse contou com as discursividades mitológicas que representavam a mulher sempre em condição de inferioridade perante a superioridade masculina.

Assim, quando se perguntou sobre a religião que praticavam no Haiti (Quadro 04), todas as mulheres praticavam a religião cristã, três das mulheres frequentavam a Igreja Católica, quatro delas a Batista, seis mulheres frequentavam a Assembleia de Deus. Quando perguntado qual religião praticam no Brasil, das três mulheres católicas no Haiti, duas delas frequentam a igreja Assembleia de Deus, apenas a mulher mais velha, de 49 anos e a mãe solo continuam católicas e afirmam não mudar de religião. As seis mulheres que frequentavam a igreja Assembleia de Deus no Haiti, continuam na mesma religião e as quatro mulheres que praticavam a religião Batista no Haiti, no Brasil, permanecem na mesma prática religiosa, sendo que uma delas, de 29 anos, casada no Brasil, mãe e que se separou do marido, diz frequentar qualquer igreja, mas continua praticando a religião Batista.

Quadro 04: Religião praticada no Haiti e no Brasil pelas mulheres haitianas.

Haiti		Brasil
Maria Jean	Católica	Assembleia de Deus. Motivos da mudança: Fiquei depressiva quando cheguei no Brasil e a Igreja me ajudou.
Rosia Louisaint	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Amapola Benadeu	Católica	Católica. Quase não vou a Igreja. Eu não mudo de religião.
Fanfan Antoine	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Sabine Cius	Batista	Vou a qualquer igreja, mas ainda vou na igreja Batista.
Simone De Boa	Católica.	Assembleia de Deus. Motivos da mudança: Os amigos haitianos que fiz no Brasil vão na igreja.
Etienne Maurice	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Gisele Etienne	Batista. Cresci dentro da igreja.	Assembleia de Deus
Rosa Occeus	Batista	Batista
Aretha Gov	Batista	Batista.
Brinellie Charles	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Daline Josefh	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Medjoulika Alexis	Assembleia de Deus	Assembleia de Deus

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Por esses dados entende-se que a religião tem um papel central na vida dessas mulheres, pelo fato de que mesmo fora de seu país de origem a prática da religião permanece conservada, ou seja, elas mantêm a territorialidade religiosa, embora, em três casos, com mudanças de igreja, mesmo assim, continua a ser a religião cristã. Mesmo a que respondeu que é católica não praticante, se mantém fiel à doutrina católica; a que era Batista, no Haiti, aqui no Brasil participa de qualquer igreja, ou seja, a prática religiosa para ela independe da igreja e se torna transversal. Os dados revelam a dissidência da religião católica para a evangélica, portanto, a des-territorialização se percebe nas que mudaram de religião, no Haiti católicas e no Brasil evangélicas, no Haiti Batista no Brasil sem uma religião fixa; por outro lado, o maior número de mulheres conserva a mesma territorialidade religiosa existente no Haiti.

Neste sentido, as que mudaram de religião estão submetidas a diferentes arranjos religiosos, novas narrativas, novos sermões, novos padrões e condutas de comportamento, com outras relações sociais de poder que permeiam a prática religiosa cotidiana. Nesses casos de mudança de religião, houve uma des-territorialização e uma re-territorialização da prática religiosa, onde diferentes relações de gênero vão sendo territorializadas, pelo fato de que as práticas religiosas não são iguais nas distintas religiões.

Quando se perguntou, se no Haiti, realizavam alguma atividade relacionada à religião, nota-se que, da amostra de treze mulheres, todas realizavam atividades relacionadas à prática religiosa, no entanto, as atividades eram votadas aos cantos, participação no grupo de mulheres e de adolescentes, leitura da Bíblia, cuidados com a igreja como embelezamento (Quadro 05). Não se percebe nem uma atividade voltada à liderança desses espaços e dessas atividades.

Quadro 05: Atividades religiosas realizadas no Haiti pelas mulheres haitianas.

Maria Jean	Sim, para deixar a igreja bonita. Ajudava a cuidar dela. Tipo quando vai ter uma festa, as mulheres organizam. As mulheres deixam a igreja bem bonita.
Rosia Louisaint	Sim, eu cantava, lia a Bíblia.
Amapola Benadeu	Só participava do culto.
Fanfan Antoine	Sim, eu ensinava as crianças bíblicamente, ensinava as crianças a fazerem a leitura da bíblia na igreja.
Aretha Gov, Rosa Occeus, Gisele Etienne, Sabine Cius e Medjoulika Alexis	Lá eu participava de grupos de canto e grupo de adolescente.
Simone De Boa, Etienne Maurice, Daline Josefh	Cantava e participava dos grupos de mulheres.
Brinellie Charles	Eu ia todos os dias na igreja e participava do grupo de cantos.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Cada *ethos* religioso estabelece maneiras diferentes de participação feminina na prática religiosa, os papéis e funções das mulheres variam de uma religião à outra, portanto, o ser mulher para cada religião é entendido de forma muito particular. Essas particularidades podem ser vistas no espaço destinado às mulheres e nas atividades religiosas realizadas por elas, pelo padrão de comportamento definido para as relações afetivas que ocorrem no casamento, na família ou no cuidado e educação dos filhos. Essas são algumas atividades em que a religião tem forte influência e que são próprias de cada religião que se utiliza de princípios para orientar a vida cotidiana de seus fiéis, pelo fato que cada uma delas tem uma concepção de mulher e do gênero feminino.

No entanto, o poder imanente às narrativas conserva em dosagens pouco diferentes a ideia ainda arraigada da concepção da primeira mulher e de sua conduta para com seu companheiro. Mesmo a igreja cristã ocidental, tendendo a se modernizar, há condutas a respeito do papel da mulher que revelam uma relação desigual entre homens e mulheres. Nas religiões evangélicas essa conduta fica um pouco mais evidente do que na religião católica, isso não quer dizer que a igreja católica está isenta da responsabilidade, pelo contrário, ela é a matriz da qual fortaleceu a desigualdade nas relações de gênero. Portanto, o exercício do poder é muito mais evidente sobre as territorialidades femininas do que nas

masculinas, o que leva a formação de territorialidades subjugadas ao poderio masculino, pois a igreja cristã conserva em sua estrutura religiosa a estrutura do sistema político do patriarcado.

Considerando o exposto, entende-se que as territorialidades religiosas produzidas sobre o “corpo-território” das mulheres são subalternas, o que significa dizer que relações de gênero, portanto, são submissas. No entanto, incorporam toda uma discursividade demagógica disfarçada por falas de que as mulheres são companheiras dos homens, de que Deus criou as mulheres para o homem não se sentir sozinho, de que a mulher deve ser adorada, cuidada, protegida, de que a mulher é a mãe de Jesus o grande líder católico, no entanto, a linha fina do exercício do poder que perpassa e territorializa as relações de gênero, obedecem a leis masculinas por ser a igreja cristã uma instituição masculina.

Por meio da colonialidade do poder, territorializou-se de forma subalterna as relações de gênero ao retirar a mulher do espaço público, do debate, da sua participação nas tomadas de decisões e de cargos de liderança, restringindo-a ao espaço doméstico também privatizado pela centralidade masculina. Na colonialidade, ao se substituir o “patriarcado de Baixa Intensidade” pelo de “Alta Intensidade”, como menciona Rita Segato, estabelece-se relações de gênero que eram duais, complementavam-se, por relações de gênero binárias que suprime um dos gêneros.

Aliado a isso, a discursividade religiosa que organizou relações de gênero em que a inferioridade da mulher está presente desde o mito da criação, entende-se o porquê do tipo de funções e papéis no ambiente religioso desempenhado pelas mulheres haitianas orientam-se pelas relações de poder defendidas e estabelecidas na colonialidade re-territorializada em Xanxerê. Portanto, a territorialidade religiosa dessas mulheres haitianas conserva ainda hoje valores, posturas e visão de mundo da colonialidade do poder, da racionalidade moderna e do sistema mundo moderno que determina a posição que a mulher deve ocupar na engrenagem do capitalismo, submetendo a mulher ao silenciamento.

Quando se perguntou, se no Brasil continuavam a realizar alguma atividade interna às igrejas, as treze mulheres responderam que não; sua participação na igreja foi reduzida e o motivo evidente na fala dessas mulheres é o trabalho (Quadro 06).

Quadro 06: atividades religiosas que as mulheres haitianas continuam a realizar no Brasil.

Rosa Occeus, Aretha Gov, Amapola Benadeu, Etienne Maurice, Daline Joseph	Aqui não, tenho que trabalhar.
Brinellie Charles	Aqui no Brasil, só vou no Domingo.
Gisele Etienne	Continuo a participar dos grupos de mulheres, mas não participo muito, tenho que trabalhar; Não vou para a igreja como ia no Haiti. Aqui não dá tempo. Lá no Haiti você tem tempo para fazer tudo. Lá no Haiti as mulheres não trabalham, não estudam, daí tem tempo para ir para a igreja. Aqui no Brasil é diferente, as mulheres trabalham, daí não tem tempo para ir para a igreja.
Fanfan Antoine	Eu vou menos para a igreja, porque ter que trabalhar e não faço mais as atividades que fazia no Haiti. Só faço leitura se pedirem.
Simone de Boa	Continuo a participar dos grupos de mulheres, mas não participo muito, tenho que trabalhar.
Medjoulia Alexis, Sabine Cius, Maria Jean	Vou para a igreja, mas não faço o que fazia no Haiti, lá eu participava do grupo de jovens.
Rosia Louisaint	Vou para a Igreja, mas menos aqui, não participo de nada, só vou na Igreja.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Eis, então, outra importante mudança nas territorialidades cotidianas destas mulheres, ou seja, a intensificação do ritmo de trabalho em Xanxerê, fato que dificulta a participação nas atividades de cada igreja.

Percebe-se que no Brasil a centralidade do trabalho toma parte da vida dessas mulheres. Ao cruzar-se os dados com o motivo pelo qual vieram para o Brasil, em que a maioria delas aponta que foi para terem melhores condições de vida, essa condição de vida se resume ao trabalho e à questão financeira. Não se nota a ausência delas nas atividades religiosas por qualquer motivo, e sim, porque necessitam trabalhar, atividade que permite a elas produzirem a existência, tanto de si como de suas famílias. Mediante a isso, entende-se que ocorre uma des-territorialização religiosa no que se refere a participação na igreja, ficando mais afastadas das narrativas religiosas e do exercício do poder que demanda delas.

A centralidade do trabalho toma conta do seu ser, o que faz com que estabeleçam mais contato com os espaços produtivos do que com espaços religiosos, no entanto, todas continuam a praticar uma religião, mesmo sem se envolver nas atividades da igreja. Isso significa que a influência dos valores e princípios religiosos na territorialidade das relações de gênero tendem a ser des-territorializados e re-territorializados pelas relações sociais de poder estabelecidas no espaço produtivo. As mulheres haitianas não são mais fiéis assíduas da igreja, ou seja, em virtude de que no espaço migratório as relações de produção ocuparam centralidade na produção de novas territorialidades.

Portanto, como o poder está em todos os lugares como estabelecem Michel Foucault e Claude Raffestin, ao se ausentar de um espaço não significa que se está isento de sua influência, pelo contrário, o poder se coloca sobre a sociedade como uma rede de relacionamentos mediada pela comunicação responsável em interligar cada um desses espaços e conduzir o exercício do poder mediante as relações sociais. Em virtude da centralidade do espaço produtivo na vida dessas mulheres, esse passará a ser o principal agente da territorialidade das relações de gênero.

Entende-se, portanto, que os territórios onde passam a frequentar com mais intensidade configuram suas territorialidades e a territorialidade produtiva - econômica é bastante visível na vida das mulheres haitianas. Entende-se que a territorialidade econômica implicará mudanças na constituição da própria identidade cultural dessas mulheres, pois influencia a autonomia que passarão a ter inclusive na relação afetiva que é estabelecida no casamento.

Quando se perguntou, se estudaram no Haiti e se estudam no Brasil, das treze mulheres, três delas, “Amapola Benadeu, Brinellie Charles e Etienne Maurice”, não terminaram o ensino fundamental no Haiti e não continuaram no Brasil. Uma das mulheres, “Simone De Boa”, terminou o ensino fundamental e parou de estudar no Haiti, também sem continuidade no Brasil. Duas das mulheres, “Maria Jean e Medjouliska Alexis”, terminaram o ensino fundamental no Haiti e estão cursando o Ensino Médio no Brasil (Quadro 07).

Sete das mulheres, “Rosia Louisaint, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Gisele Etienne, Rosa Occeus, Daline Josef e Aretha Gov” terminaram o segundo grau profissionalizante no Haiti. “Rosia Louisaint” cursou Técnico em Informática. “Fanfan Antoine” cursou ensino técnico em Magistério. “Sabine Cius” cursou ensino técnico em Secretariado. “Gisele Etienne” cursou ensino técnico em Informática. “Rosa Occeus” cursou ensino técnico em Técnica de laboratório. “Daline Josef” cursou o ensino técnico em Técnica de laboratório e “Aretha Gov” cursou ensino técnico em Turismo.

“Daline Josef” cursou o Ensino Superior no Haiti e é formada em Tecnologia em Medicamentos, no entanto, não trabalha na área aqui no Brasil e sim em um frigorífico. Três iniciaram a faculdade no Haiti, mas não terminaram pelo fato de migrarem para o Brasil, “Rosa Occeus” cursava Administração e “Gisele Etienne” cursava Enfermagem e Aretha Gov iniciou a faculdade de Hotelaria.

Duas cursaram faculdade no Brasil “Aretha Gov” em Comércio Exterior, no entanto, no momento da entrevista estava desempregada e “Rosa Occeus”, em Ciências Biológicas e no momento da entrevista também estava desempregada. E uma “Gisele Etienne” cursa a faculdade de Enfermagem no Brasil. Duas das mulheres “Medjoulika Alexis e Maria Jean” cursaram o Ensino Fundamental no Haiti e no Brasil cursam o Ensino Médio. Três das mulheres “Medjoulika Alexis; Brinellie Charles e a Daline Josef” frequentam o Ensino de Jovens e Adultos - EJA e até o momento da entrevista apenas “Medjoulika Alexis” falava a língua portuguesa.

Quadro 07: Territorialidade educacional das mulheres haitianas.

	Não terminou o Ensino fundamental no Haiti	Ensino fundamental no Haiti	Ensino médio no Haiti	Faculdade no Haiti	Estudaram ou estudam no Brasil
Maria Jean		X			Cursa o ensino médio.
Rosia Louisaint			Segundo grau profissionalizante Informática		Não estuda.
Amapola Benadeu	X				Não estuda.
Fanfan Antoine			Segundo grau profissionalizante, o Magistério		Não estuda
Sabine Cius			Segundo grau profissionalizante em Secretariado		Não estuda
Simone De Boa		X			Não estuda
Etienne Maurice	X				Não estuda.
Gisele Etienne			Segundo grau profissionalizante em Técnico em Informática	Iniciou, mas não terminou a faculdade de Enfermagem. Parou porque migrou.	Cursa a faculdade de Enfermagem
Rosa Occeus			Segundo grau profissionalizante em Técnica de laboratório	Iniciou, mas não terminou a faculdade de Administração. Parou porque migrou.	Cursou a faculdade de Ciências Biológicas
Aretha Gov			Segundo grau profissionalizante em Hotelaria	Iniciou a faculdade de Turismo, parou porque migrou.	Cursou a faculdade de Comércio Exterior
Brinellie Charles	X				Frequenta o Ensino de Jovens e

					Adultos – EJA
Daline Josephh			Segundo grau profissionalizante em Técnica de laboratório	Tecnologia em Medicamentos	Frequenta o Ensino de Jovens e Adultos – EJA
Medjoulika Alexis		X			Cursa o ensino médio Frequenta o Ensino de Jovens e Adultos – EJA

Elaboração: a pesquisadora (2025).

A educação é um elemento centralizador na vida dessas mulheres, todas frequentaram a escola no Haiti, por esse motivo falam a língua francesa, língua que é apreendida na escola, o crioulo/nativo é a língua apreendida em casa.

Os dados revelam que, em relação a territorialidade educacional, seis das mulheres mantiveram-na, não havendo des-territorialização, no entanto, uma delas frequenta a Educação de Jovens e Adultos – EJA, já as outras cinco não estudam no Brasil. Desse grupo, a que frequenta o EJA está submetida as relações sociais de poder exercidas no interior do espaço educacional, pois está apreendendo a língua portuguesa, língua que lhe permitirá compreender os sentidos e significados dos processos sociais e a se comunicar no espaço migratório. Portanto, aqui se percebe que uma nova territorialidade vem sendo territorializada.

As demais mulheres ao estarem inseridas nos espaços educativos estão condicionadas às relações sociais de poder infiltrado neles, portanto, suas territorialidades foram des-territorializadas e re-territorializadas por estarem expostas no campo educacional aos fatores culturais, científicos, filosóficos, econômicos, políticos, ambientais e técnicos profissionais.

O poder do Estado territorializa suas instituições sociais e sendo a escola uma destas instituições, contribui para reproduzir a estrutura patriarcal e, normalmente, está comprometida com o desenvolvimento econômico; o currículo e a política educacional respondem aos interesses do capital, portanto, as relações sociais estabelecidas na escola educarão os “corpos territórios” para serem dóceis como afirma Foucault para servirem aos propósitos do capital. Os interesses do capital conservam os propósitos do “patriarcado de

Alta Intensidade ocidental” que, por meio do currículo escolar, dissemina uma visão de mundo fragmentada que dificulta um entendimento profundo de como age o capital.

A continuidade da colonialidade racializou os corpos classificando-os de acordo com a cor, em corpos superiores e inferiores, ficando o corpo preto em uma hierarquia social inferior, contribuindo para silenciar as mulheres, levando-as à invisibilidade política. O Estado se ocupou de propagar um novo desenho da organização social e nele as mulheres pretas e pobres ocupariam em uma escala evolutiva uma posição muito abaixo das pessoas de pele branca e do gênero masculino e uma destas instituições responsáveis para divulgar essa classificação social foi a escola.

Portanto, as territorialidades educativas que se formam sobre o “corpo-território” dessas mulheres absorvem os valores de uma política educacional que advém de um Estado patriarcalista submetido aos interesses e propósitos do capital que se utiliza do patriarcado para reafirmar relações de gênero que lhe permitam aumentar o lucro. O lucro advém da exploração do trabalho e quanto mais inferiorizado for o indivíduo na esfera social, mais explorado será pelo capital. Entende-se com isso que se a escola estiver alinhada aos interesses do capital, as territorialidades educacionais femininas serão subalternas.

Outro agravante que contribui para a formação de territorialidades subalternas é que nas últimas décadas vem se percebendo um avanço de políticas reacionárias contra a diversidade dos “Outros” do patriarcado. Desta forma, debater para esclarecer sobre as relações de gênero no interior da escola é um verdadeiro exercício de resistência ao patriarcado, à exploração do capital e a políticas de governos reacionários.

Por outro lado, a escola, no Brasil, ainda é um espaço democrático, por mais que haja tentativas de coibir o esclarecimento, o debate, a argumentação, a reflexão e o pensamento crítico em relação a todo um sistema. Pondera-se que a escola é esse espaço democrático, considera-se então, que ainda é positiva sua influência no sentido de debater, esclarecer a mulher da sua condição feminina na sociedade, seja no cotidiano social, no espaço de trabalho, nas relações afetivas, nas questões políticas da sociedade e de seu “corpo-território”, dos cuidados com a saúde, segurança e bem-estar pelo fato de que o espaço educativo é o local de convivências múltiplas o que poderá contribuir para romper com o autoritarismo características do patriarcado e realizar o giro decolonial.

Acredita-se ainda que a escola tem a função de formar o cidadão para o mundo e é nesse aspecto que se entende que as mulheres haitianas, inseridas na escola, estabelecem

contatos com diversos tipos de conhecimentos que implicará na formação de uma nova territorialidade e que dela se formará uma nova identidade racial e que dessas relações sociais democráticas serão produzidas territorialidades emancipadas.

Assim, perguntou-se para as seis mulheres que não estudam, se gostariam de estudar, percebendo-se que o interesse fica evidente na fala de apenas três das seis mulheres (Quadro 08), no entanto, estas não trabalham, pois não têm com quem deixar os filhos durante o dia.

Quadro 08: Interesse das mulheres haitianas em estudar.

Sabine Cius	Gostaria de fazer Enfermagem, mas não tenho com quem deixar minha filha, meu marido trabalha à noite.
Fanfan Antoine	Gostaria de cursar Pedagogia, mas não tenho com quem deixar a filha, meu marido trabalha a noite.
Rosia Louisaint	Tenho interesse em cursar a faculdade de Enfermagem.
Amapola Benadeu, Simone De Boa, Brinellie Charles e Etienne Maurice.	Não têm interesse em estudar.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Considerando a amostra das treze mulheres, sete delas não estudam considerando as duas mulheres que frequentam o EJA, somente cinco mulheres estudam ou estudaram no Brasil, sendo duas cursando o Ensino Médio, que no Brasil é obrigatório e apenas duas cursaram o ensino superior e uma está cursando. Das sete mulheres que não estudam no Brasil, três demonstraram interesse em estudar, sendo que gostariam de cursar a faculdade de Enfermagem e Pedagogia, fato que chama atenção, pois são áreas que envolvem o cuidar do outro o educar, o que remete ao que culturalmente foi sendo construído socialmente enquanto funções de mulher pelo patriarcado de Alta Intensidade, portanto, se percebe aqui o quanto essa estrutura política de poder continua atuante sobre os corpos território das mulheres e suas subjetividades.

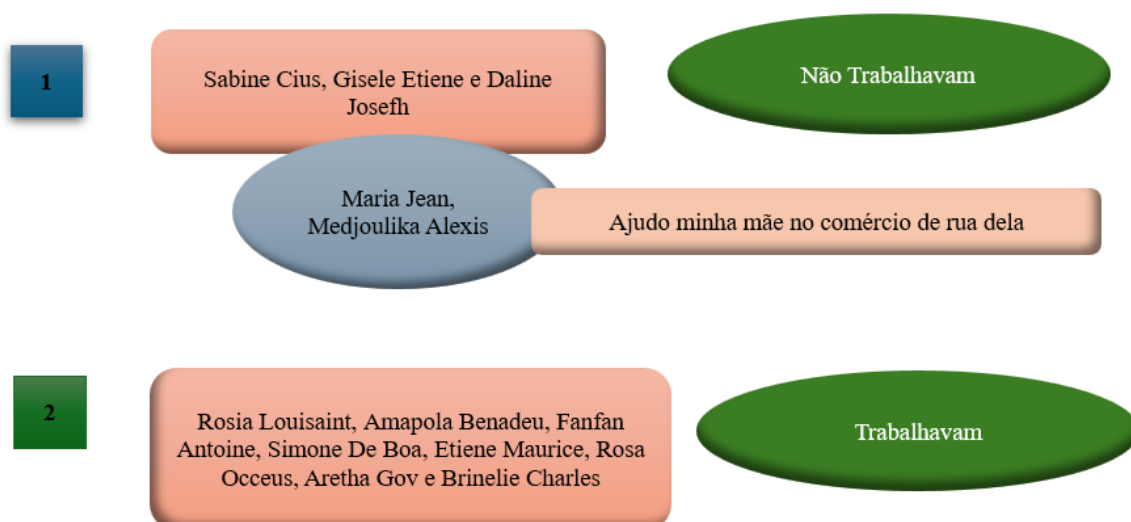
Nota-se que a educação não é o objetivo principal, pois lembrando os motivos da vinda para o Brasil, apenas uma delas que cursou faculdade no Brasil veio com esse interesse, as demais em busca de trabalho para uma vida melhor.

Portanto, acredita-se que a educação não é prioridade para essa amostra de treze mulheres, o objetivo principal é o trabalho, ou seja, são migrantes da classe trabalhadora, pobres e com baixo nível de escolaridade. Nota-se dentro da amostra, que as mulheres mais novas são as que dão prioridade ao estudo, as de mais idade e com filhos, a prioridade é o

trabalho. Apenas uma das mulheres a “Gisele Etienne” casada e com filho continuou a estudar no Brasil. Percebe-se aqui que está conservada as relações de gênero no campo da educação, pouco foi alterado. Às cinco mulheres que quando migraram estavam estudando no Haiti são as que estudam no Brasil.

Quando se perguntou, se trabalhavam no Haiti, da amostra das treze mulheres, quatro não trabalhavam e duas delas, as mais novas, a “Maria Jean e Medjoulka Alexis” não possuíam um emprego fixo, no entanto, trabalhavam ajudando as mães no comércio de rua; todas as demais mulheres trabalhavam, possuindo territorialidades produtivas (Infográfico 06).

Infográfico 06: Ocupação profissional no Haiti das mulheres haitianas.



Das sete mulheres que tem o segundo grau profissionalizante:



As outras quatro mulheres que no Haiti trabalhavam responderam:



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Pelos dados coletados, constata-se que apenas três mulheres não possuíam territorialidades produtivas, pois mesmo as duas que não tinham um trabalho fixo, trabalhavam ajudando no comércio de rua e, portanto, estavam inseridas no mercado de trabalho.

Das mulheres com ensino médio profissionalizante, três delas trabalhavam em atividades que requer mão-de-obra qualificada, o que remete a territorialidades produtivas relacionadas a uma atividade técnica e a outra mulher, com ensino médio

profissionalizante, possuía uma territorialidade produtiva que demandava de conhecimento técnico para operá-lo.

Já às quatro mulheres que trabalhavam com o comércio de rua, são as que ou não terminaram o ensino fundamental ou finalizaram o ensino fundamental, no entanto, possuíam territorialidades produtivas produzidas por relações de poder que demandam da cultura local, onde o comércio de rua é uma atividade realizada pelas mulheres, isso faz parte da cultura haitiana e demonstrando uma divisão sexual do trabalho, pois pela cultura haitiana os homens realizam atividades na construção civil.

O sistema educacional do Haiti ao proporcionar o acesso das mulheres à escola rompe com a tradição cultural do comércio de rua de responsabilidade das mulheres, pois leva-as a procurarem trabalho qualificado devido à formação escolar. Um ponto a ser analisado, é que as filhas mulheres acompanham suas mães na realização dessa atividade, desde muito cedo, no entanto, conforme vão sendo inseridas na escola a prática dessa atividade vai se rompendo, saberes e valores vão enfraquecendo e uma nova identidade racial se formando junto com uma nova territorialidade.

O momento do comércio de rua permite as mulheres se socializarem entre si, trocar experiências, discutir situações, resolver problemas, trocar ideias, não deixa de ser um momento de descontração entre elas, pelo fato de que muitas precisam caminhar longas distâncias até o local onde a mercadoria vai ser comercializada e as meninas, mesmo na ausência das mães acompanham o grupo, assim desde muito cedo essa territorialidade é produzida no “corpo-território” das mulheres haitianas. No entanto, ao se inserirem na escola e ocuparem postos e trabalho qualificados, essa territorialidade tende a ser desterritorializada e nela antigos saberes se perderão.

Com a reprodução da colonialidade e a racionalidade moderna, rompe-se com saberes milenares, relegando-os ao não saber, ou a um saber marginal, periférico, sem utilidade, pois o Estado institucionalizou apenas o saber científico como conhecimento válido e a escola reafirmou esta prática. Portanto, as mulheres mais velhas, sem ou com pouca escolaridade possuem uma territorialidade produtiva cultural herdada de seus ancestrais e as mulheres mais novas que frequentaram a escola uma territorialidade produtiva diferente, produzidas e orientadas por conhecimento técnico científico e por relações de poder institucionalizadas no anterior do ambiente de trabalho.

O espaço público da rua é um espaço de domínio feminino no Haiti e a comercialização de produtos produzidos pelas próprias mulheres no ambiente doméstico

proporciona a elas ampliarem a rede de relacionamentos e a se constituírem mulheres nas trocas cotidianas entre elas e os consumidores. A atividade comercial realizada na rua pressupõe que as mulheres desenvolvam habilidades e sigam padrões comportamentais típicas do estereótipo feminino moderno ocidental, introduzido pela colonialidade e modernidade racional que agrada ao consumidor, fazendo-o voltar a comprar produtos com elas.

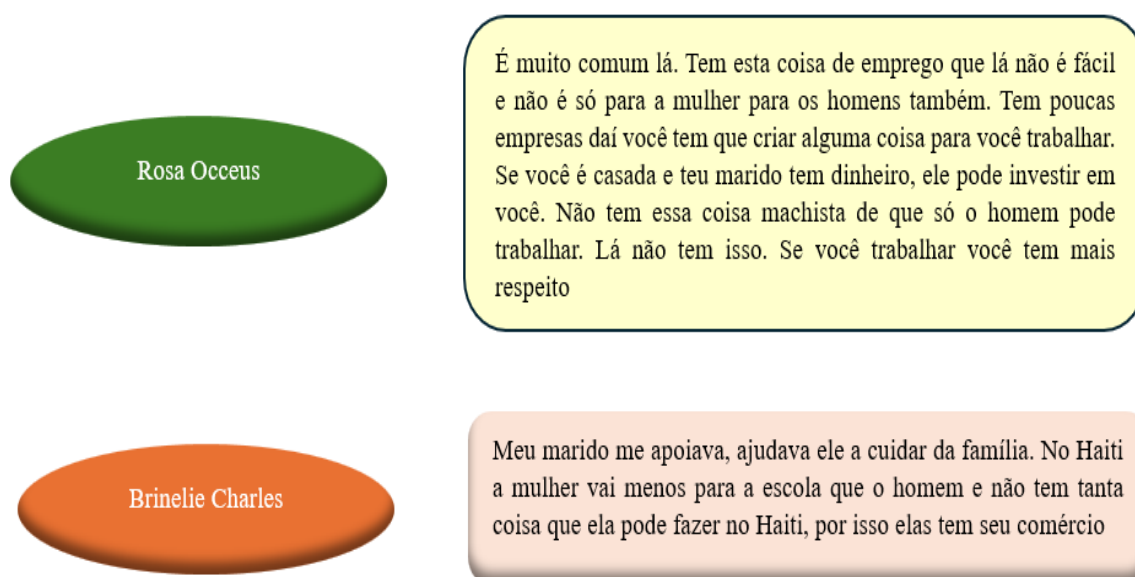
As territorialidades femininas no Haiti demonstram claramente a bifurcação nas relações de gênero entre homens e mulheres em espaços produtivos, em que o comércio de rua é típico da mulher e as atividades da construção civil é típica dos homens, aqui se percebe claramente a divisão sexual do trabalho. Pensando nos estereótipos comportamentais tanto para o gênero feminino como para o masculino, introduzidos no Haiti pela colonialidade, ambas as atividades os reproduzem, pois as mulheres necessitam de um comportamento gentil, amável, cordial, benevolente para a prática do comércio. Já aos homens foram criados estereótipos comportamentais como corajoso, ágil, racional, nada emotivo e dotado de força física, portanto, aptos ao trabalho na construção civil. Características comportamentais que lhe garantem um trabalho fixo, resultando no final do mês em salário o que lhe possibilita ser o provedor da família. Já as mulheres, por serem donas do próprio comércio, não possuem a certeza do quanto seu trabalho irá render, vai depender de quanto gentil ela for com o consumidor para que ele compre e volte a comprar com ela, portanto, ela contribui com a renda da família, no entanto, não é a provedora.

Nesta relação fica evidente um comportamento em que a mulher necessita se sujeitar à vontade e aos interesses do “Outro”, nesse caso o consumidor, portanto, se percebe claramente o poder sendo exercido em espaços não institucionalizados como bem fala Michel Foucault, o poder está em todo lugar. Assim, as relações de gênero produzidas pelas territorialidades produtivas no Haiti revelam a existência de um “patriarcado de Alta Intensidade ocidental”, em que o homem se coloca enquanto o mandatário da família em virtude do tipo de trabalho que realiza, em uma posição de superioridade, já a mulher por mais que seja dona do seu comércio perante o homem está em condição submissa, pois depende dele, em virtude de que no Haiti, é comum as mulheres terem filhos com homens diferentes e mais de um, pois em caso do homem migrar e não enviar dinheiro para a família ela se casa com outro homem, buscando proteção financeira.

Por outro lado, o comércio de rua proporciona às mulheres autonomia perante a si própria, pois as mulheres demonstram orgulho de serem suas próprias monitoras, como elas mesmas dizem, sem terem que responder a ordens de terceiros.

Quando se perguntou sobre o que os homens, no Haiti, pensam sobre o fato das mulheres terem seu próprio negócio, identifica-se a seguinte situação (Infográfico 09). Pelas falas, percebe-se que o trabalho das mulheres haitianas é algo propenso a acontecer no Haiti, ou seja, as mulheres haitianas trabalham, no entanto, pela forma como a sociedade está organizada ainda prepondera situações que levam as mulheres a não trabalharem. Sabendo que o Haiti é uma sociedade e nela está conservada a estrutura de poder patriarcal, a preferência é do homem para frequentar a escola, os homens são inseridos antes da mulher na escola e consequentemente no mercado de trabalho, a língua francesa que é aprendida na escola, é a língua funcional nos espaços institucionalizados, isso produz barreiras para as mulheres no cotidiano social ao interagirem com os espaços do Estado e a conseguir um trabalho.

Infográfico 09: Pensamento dos homens sobre ocupação das mulheres no Haiti.





Aretha Gov

No Haiti as mulheres aprendem a falar o francês na escola, em casa aprendem a língua materna da mãe, o crioulo, se a mulher não for para a escola ela não vai aprender a falar o francês, daí vai ficar mais difícil ela trabalhar, porque no Haiti para trabalhar é preciso falar francês. E como no Haiti tem muito machismo, muitas mulheres não vão para a escola, porque os homens não deixam e daí elas não conseguem trabalhar”.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Quando “Rosa Occeus” fala “*Se você é casada e teu marido tem dinheiro, ele pode investir em você. Não tem essa coisa machista de que só o homem pode trabalhar. Lá não tem isso*”, a fala demonstra a dependência que o sistema impõe às mulheres, isso já é considerado machismo, no entanto, não se consegue enxergar como isto ocorre no cotidiano da vida das mulheres haitianas. Na fala da “Brinellie Charles, “*Meu marido me apoiava, ajudava ele a cuidar da família*”, vê-se aqui novamente o machismo agindo, o marido apoiava, pois ela diz que o ajudava a cuidar da família, esse cuidar é contribuir com as despesas da família”. No entanto, percebe-se que as territorialidades produtivas das mulheres são territorializadas pela necessidade de trabalhar, mas se deparam com a organização cultural tradicional do Haiti em que o machismo na sociedade haitiana está institucionalizado e é estrutural, inclusive territorializa as territorialidades femininas.

E volta-se pelas falas das mulheres a identificar a centralidade do comércio de rua principalmente para as mulheres que não foram para a escola ou que não a concluíram, pois em virtude de não falar o francês, não ter um trabalho qualificado, cabe a elas o comércio de rua, onde funciona a língua materna o *crioulo*. O falar o francês e o não falar, demonstra a desigualdade que há nas relações de gênero na sociedade haitiana e a posição inferior das mulheres que não o falam na estrutura hierárquica daquela sociedade. Portanto, as territorialidades produtivas das mulheres haitianas são produzidas à sombra das territorialidades masculinas, porém como faz parte da tradição cultural, praticamente não se percebe oposição a ele. Todavia são territorialidades oprimidas pelo machismo e seus desdobramentos.

Quando se perguntou sobre o tipo de trabalho que mulheres e homens realizavam no Haiti, percebe-se nitidamente uma divisão social do trabalho que envolve a construção civil, política, enfim, profissões que exigem maior qualificação são propensas para serem

realizadas pelos homens, já comércio de rua, agricultura e os cuidados com a casa e alimentação são funções das mulheres (Quadro 09).

Quadro 09: Tipo de atividade que homens e mulheres realizam no Haiti

Maria Jean	A maioria é comércio, porque tipo, estudar, fazer faculdade é muito caro. Mas a mulher não fica parada, ela faz comércio.
Rosia Louisaint	Mulheres não podem trabalhar na construção, aqui no Brasil as mulheres podem trabalhar na construção civil. Eu fico tão orgulhosa disso
Amapola Benadeu	No Haiti, os homens não vão na cozinha fazer comida, isso é coisa de mulher. E a agricultura é coisa de mulher, mas os homens pode ajudar, nas coisas mais leves.
Fanfan Antoine	A mulher vai fazer comida, lavar, cozinhar, limpar e dizer algumas palavras para encorajar ele a trabalhar.
Sabine Cius	Elas fazem de tudo. Elas lavam, cozinham, cuidam dos filhos, tudo é com as mulheres. Alguns homens ajudam nas atividades, mas eles ajudam com o dinheiro.
Gisele Etienne	Os homens são da política, advogados, que é superior e as mulher são poucas nessas profissões. Lá no Haiti a mulher é inferiorizada.
Rosa Occeus	No Haiti as mulheres não podem trabalhar na construção. Aqui no Brasil não tem essa questão de gênero, lá tem. Engenharia e construção é de homem.
Aretha Gov	É como minha avó dizia, a maior parte das mulheres mais velhas trabalham com a agricultura. Elas têm um canto na casa, <u>é o patrimônio de sua família para trabalhar</u> . Os homens também trabalham nela, mas as mulheres também e ao mesmo tempo é elas quem vendem as coisas no comércio. Eles também trabalham na agricultura, mas a maioria trabalha com construção – pedreiros, fabricação de móveis”.
Brinellie Charles	No Haiti, as mulher que não estuda trabalha na agricultura e no seu comércio e os homens é que cuidam com dinheiro da família, eles trabalham na construção civil, mas meu marido lá no Haiti era alfaiate para roupas de homem.
Daline Josefh	As mulheres trabalham perto de casa, porque tem que cuidar dos filhos e da casa, os homens trabalham longe, com a construção civil e muitos homens vão embora para outros países mandam dinheiro para cuidar dos filhos e alguns não voltam mais e a mulher fica sozinha com os filhos. Minha irmã ficou sozinha com dois filhos e o marido mandava dinheiro depois não mandou mais.

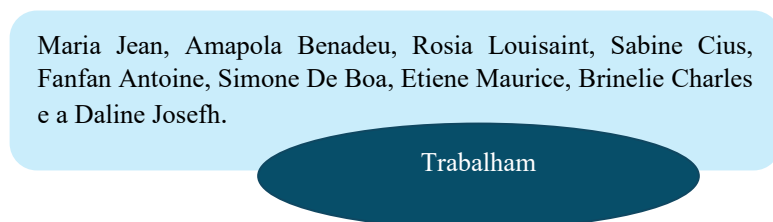
Elaboração: a pesquisadora (2025).

As territorialidades produtivas recebem influência dessa divisão social do trabalho que também recebe influência do sistema educacional haitiano e da economia do Haiti. Sabe-se que o Haiti vive uma crise econômica a décadas, o que faz com que o emprego seja escasso e pela tradição cultural os homens são os primeiros a se colocarem no mercado de trabalho em virtude de terem sido inseridos na escola, levando as mulheres para sobreviverem realizarem a prática do comércio de rua que muitas vezes é dos produtos cultivados por elas próprias nas suas residências. Portanto, essa territorialidade produtiva haitiana é territorializada por elementos, Culturais, Econômicos, Políticos e Ambientais.

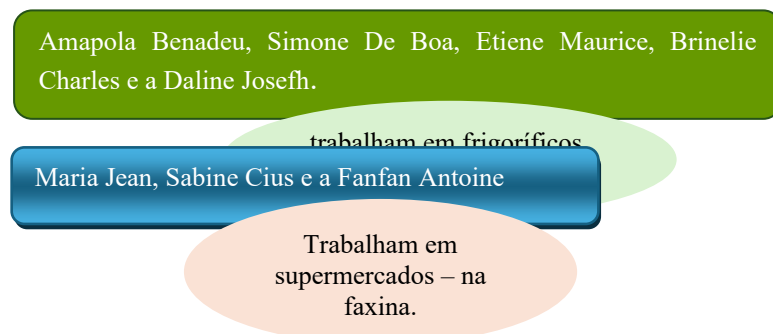
São territorialidades produtivas que dão uma certa autonomia às mulheres no ato de organizar as atividades e desenvolverem, porém percebe-se que o responsável pela administração do dinheiro é o homem quando a mulher for casada, inclusive o ajudar a cuidar da família significa o homem ser o provedor financeiro da família.

Quando perguntadas se trabalham aqui no Brasil, da amostra das treze mulheres, nove delas trabalham e quatro não trabalham. Das nove que trabalham, cinco atuam na agroindústria/frigoríficos, três em supermercados e uma em uma fábrica de bolsas (Infográfico 10).

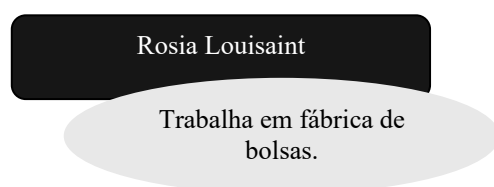
Infográfico 10: Ocupação das mulheres empregadas no Brasil.



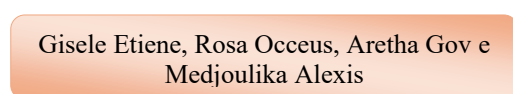
Dessas nove mulheres, cinco delas:



E uma delas:



E quatro das mulheres não trabalham:



Elaboração: a pesquisadora (2025).

A territorialidade produtiva das mulheres produzida no Haiti, no Brasil foram des-territorializadas e re-territorializadas, em virtude de que nem uma delas realiza atividades semelhantes ao que realizavam em seu país e mesmo as que não trabalham, sendo que uma delas a “Gisele Etienne” não trabalhava no Haiti e não trabalha no Brasil. A “Rosa Occeus”, trabalhava no Haiti e não trabalha no Brasil, a “Aretha Gov” trabalhava no Haiti e não trabalha no Brasil e a “Medjouluka Alexis” ajudava no comércio de rua de sua mãe, portanto, já havia uma certa territorialidade produtiva.

Portanto, a territorialidade produtiva de nove das mulheres foi des-territorializada e re-territorializada em contextos produtivos adversos, considerando que frigoríficos, fábricas de bolsa e as atividades em supermercado na parte da faxina são atividades precarizadas, o que produz nessas mulheres uma territorialidade subalterna. Já a territorialidade de uma das mulheres que não trabalhava no Haiti e não trabalha no Brasil se manteve e a territorialidade produtiva da mulher que trabalhava no Haiti e não trabalha no Brasil se mantém.

A racialização dos corpos e a hierarquização dos gêneros inserem essas mulheres pretas, pobres e imigrantes na engrenagem da exploração econômica no Sistema Mundo Capitalista. Sendo possível dizer que suas territorialidades são territorialidades sujeitadas ao mundo do capital, na qual suas consciências sobre si mesma produzidas pelas bases materiais da sociedade compromete sua emancipação e a emaciação das relações de gênero que estão também sujeitadas por relações de poder nos postos de trabalho precarizados que elas ocupam. Sendo assim, entende-se que as mulheres haitianas nos espaços produtivos brasileiros estão situadas na periferia das relações de gênero.

Mediante aos dados anteriores e presentes no (Infográfico 09), perguntou-se às mulheres como elas se sentem no trabalho realizado no Brasil (Quadro 10). Das nove das mulheres que trabalham, cinco delas demonstraram descontentamento com o trabalho no que diz respeito a como são tratadas pelos seus superiores no ambiente produtivo e nas condições de trabalho a qual estão submetidas. Dessa amostra de nove mulheres nem uma delas tem ensino superior ou cursa o ensino superior, cinco delas cursaram o ensino médio no Haiti, uma está cursando o ensino médio no Brasil e três não finalizaram o ensino fundamental no Haiti, no entanto, as três mulheres foram unânimes em dizer que mesmo percebendo que as condições de trabalho são difíceis elas precisam trabalhar, todas as três têm filhos.

Quadro 10: Sentimento das mulheres haitianas em relação ao trabalho.

Maria Jean	Eu estou lá a oito meses, agora estou me sentindo muito melhor. Eles não mechem comigo, eu faço meu trabalho e eles fazem o trabalho deles, então está legal É só eu fazer meu trabalho direitinho que não ter problema. Solteira
Rosia Louisaint	É um pouquinho difícil, se no dia eu não costurar a quantidade de saco que eles querem, eu não recebo o mesmo valor, vai ser descontado do salário. Eu preciso usar luvas para trabalhar, e todo dia preciso de luvas novas, mas eles não deixam trocar, mas os brasileiros trocam de luvas todos os dias, mas os estrangeiros precisam usar a mesma luva por uma semana. Tanto a luva como a toca. Mesmo sabendo que nós estamos suando, eles não deixam trocar. Casada e não tem filhos.
Amapola Benadeu	Por enquanto está bom. Mas o trabalho não é fácil e se acontecer alguma coisa, eu deixo o trabalho e vou procurar outro. Tenho que trazer meus filhos para o Brasil. Mas está tudo bem. Mãe solo. Ela tem uma filha com ela e dois meninos estão no Haiti. Ela está economizando para conseguir dinheiro para trazer eles para o Brasil.
Fanfan Antoine	Eu me sinto bem, mas tenho alguma dificuldade, eu não parro, eu fico o tempo todo varrendo, limpando, meu chefe não me deixa comer, mas as brasileiras comem. Mas mesmo assim eu tenho que me adaptar, porque tenho família no Haiti e tenho que enviar dinheiro para eles. Mas tem alguns olhares. Casada e tem um filho.
Etiene Maurice	Eu não gosto, é muito sofrido, mas tudo bem eu preciso trabalhar. Minhas mãos ficam duras, doem muito. Casada e tem duas filhas.
Sabine Cius	Não tem problema, eu ser caixa do mercado, é só fazer direitinho meu trabalho que não tem problema, mas se tiver eu saio. Separada e tem uma filha.
Simone De Boa	Eu gosto. Casada e não tem filhos.

Brinellie Charles	Mais ou menos, porque ele não entender quando eu me sinto mal. Eles só querem que eu trabalhe, trabalhe, trabalhe. E o trabalho que faço é difícil, porque minhas mãos doem. Eu já pedi para meu monitor trocar de função e ele não trocar, mas se uma brasileira pede, ele trocar. Os brasileiros são bem tratados, nós não, eu não gostar de trabalhar lá, <u>mas precisa.</u> Casada e tem filhos.
Daline Josefh	É difícil, não sei falar direito o português, falo, mas tem palavras que não sei. Minhas mãos estão machucadas. Eu já pedi para meu monitor trocar de função e ele não trocar, mas se uma brasileira pede, ele trocar. Os brasileiros são bem tratados, nós não, eu não gostar de trabalhar lá, <u>mas ter que trabalhar.</u> Casada e tem um filho.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

O não domínio da língua portuguesa representou uma barreira para se comunicarem com seus superiores. No entanto, mesmo as mulheres que disseram que está tudo bem, demonstram que se trabalharem direitinho não terão problemas, como se, se não reclamarem das condições de trabalho não haverá problemas para elas. Entende-se aqui, que não haverá problemas com os superiores. Percebe-se claramente que as relações de poder dos superiores para com elas demandam submissão e aceitação, configurando territorialidades oprimidas, pois todas elas têm por objetivo principal o trabalho e a renda.

O trabalho é central na vida delas, no entanto, percebe-se que não são felizes nele, porém mesmo assim elas aceitam trabalhar em condições e relações de trabalhos não adequadas, isso está muito evidente nas falas das mulheres mães. Fazendo com que se reflita sobre a construção cultural da mulher na história humana, sendo responsabilizada e castigada por situações em que foi considerada culpada. Desta forma, a mulher vai tendo seu comportamento ajustado na sociedade masculinizada de forma a ir se adequando às leis masculinas sem reclamar e se reclamar, ato esse considerado inadequado pelo patriarcado ela é punida. Esse comportamento de aceitação do inaceitável remete ao campo da necessidade e bem-estar com o outro – família. O exercício do poder nas relações sociais nos espaços produtivos faz com que em virtude da necessidade a mulher aceita e se submete às relações de exploração de forma a não produzir nem um dano a si e a sua família. A mulher pedagogicamente foi educada a servir, a se submeter, a pensar no bem do “Outro” a ser maleável, a não ser racional e sim emotiva, por assim dizer, formou-se um comportamento nas mulheres propício à exploração e à violência.

No Haiti a responsabilidade pelo bem-estar dos filhos é da mulher, ocorrendo de muitas vezes o homem haitiano migrar, e com o passar do tempo, rompe o contato com a

família ficando a mulher sozinha para cuidar dos filhos. Entende-se que isso, pode levar a mulher a aceitar, mesmo percebendo os maus tratos e a exploração no ambiente de trabalho, a se sujeitar a isso, pois trabalha principalmente para ter condições de cuidar dos filhos.

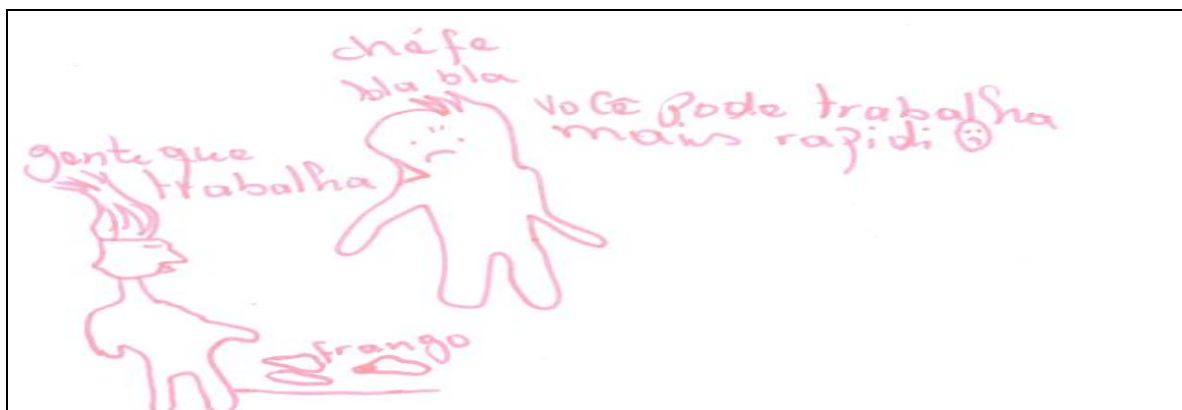
Na realização da técnica da cartografia social, lançou-se a pergunta, como elas se sentiam no ambiente produtivo e percebeu-se o descontentamento com o trabalho e com os superiores já identificado nas entrevistas, pela fala de “Brinellie Charles, Daline Josefh e Fanfan Antoine”, ver (Desenhos 01, 02 e 03). O Desenho 01 e 02 retratam uma linha de produção em frigorífico e a relação entre as funcionárias e seus superiores em que elas entendem que ele somente quer que ela trabalhe mesmo estando com dificuldade, pois o interesse de seus superiores é somente ganhar dinheiro. Não se percebe pela fala delas e na representação gráfica uma relação humana e sim totalmente mecânica voltada somente a atingir a meta da empresa. Já o desenho 03 é o trabalho de limpeza em um supermercado, em que a mulher haitiana relata trabalhar direto sem tempo para comer. Nos três casos, a situação relatada por ela é a mesma, por elas serem mulheres imigrantes são tratadas diferente das empregadas brasileiras. E isso está muito bem claro na consciência delas, o que causa uma certa revolta, mas em seguida o assujeitamento às relações de poder, pela necessidade de terem que trabalhar para produzir a existências das famílias. Novamente percebe-se as relações de poder se impondo de forma a inferiorizar o “Outro” diferente do padrão humano do patriarcado ocidental.

Desenho 01: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado em Xanxerê.



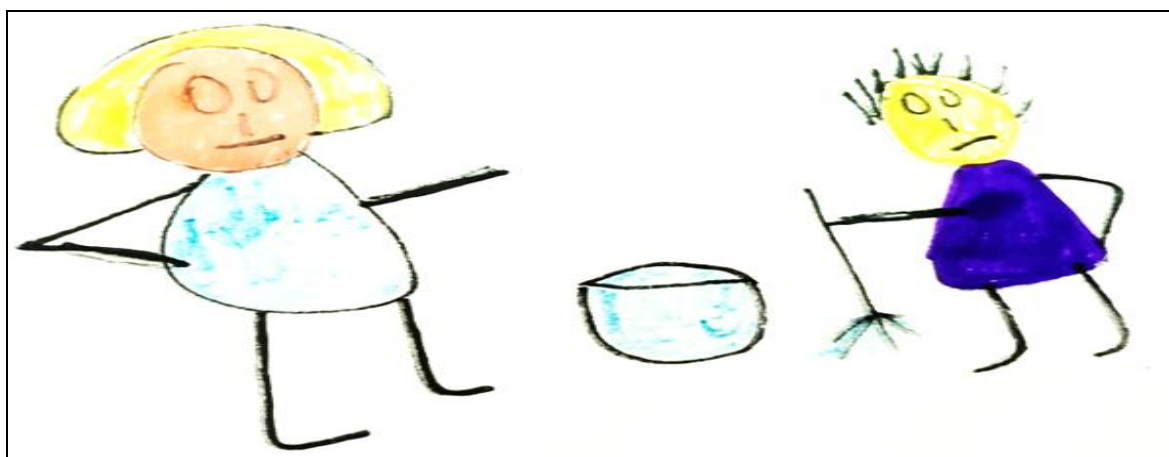
Elaboração: a pesquisadora (2025).

Desenho 02: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado em Xanxerê.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

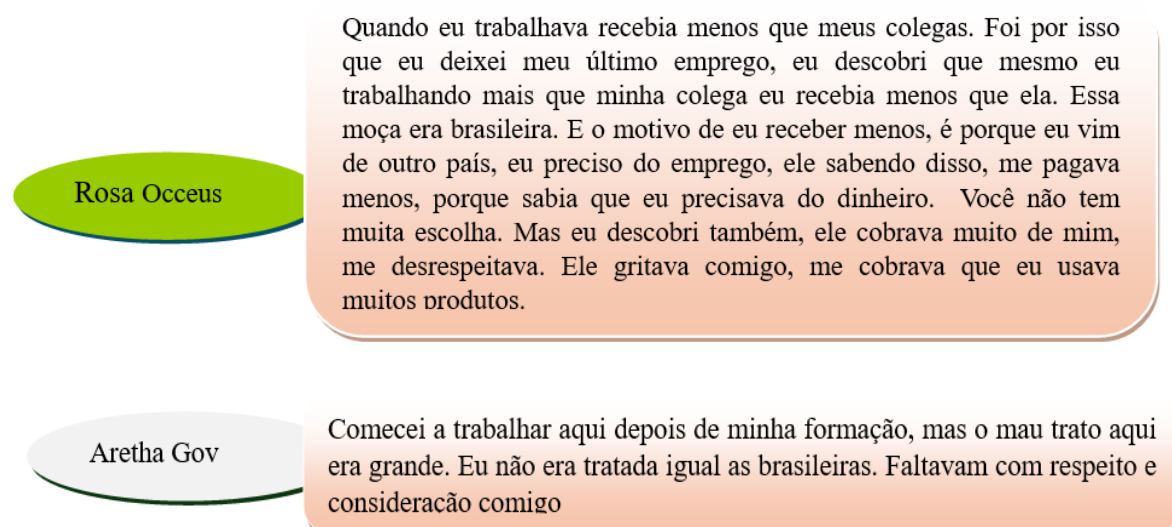
Desenho 03: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado em Xanxerê.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Por outro lado, quando as mulheres solteiras e sem filhos percebem que estão em posição de exploração ou algo do gênero, elas não se sujeitam, e acabam deixando o trabalho. Como é o caso dessas duas mulheres já formadas no Ensino Superior brasileiro, “Rosa Occeus e a Aretha Gov” (Infográfico 12).

Infográfico 12: Percepção das mulheres haitianas sobre o trabalho realizado em Xanxerê.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Entende-se que nessa situação, o nível de escolaridade produzido no cotidiano cultural rompeu com aquela territorialidade produtiva subalterna, produzida no cotidiano econômico já vista entre as mulheres mães e que não possuíam o ensino fundamental completo. A identidade social dessas mulheres produzidas em espaços democráticos de debate e reflexão formaram identidades que apresentam elementos emancipatórios ao se oporem as relações sociais de poder imanescentes nos espaços produtivos que estavam inseridas. Outro fator também relacionado a identidade social dessas mulheres é a não maternidade, o que lhes dá autonomia e liberdade para enfrentar a opressão e a marginalização. Assim, percebe-se que essas duas mulheres não apresentam uma territorialidade silenciada, pelo contrário, suas territorialidades não esclarecidas.

Já as quatro mulheres casadas e com filhos e a mãe solo, como já tratado anteriormente, “Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Etienne Maurice, Brinellie Charles e a Daline Josefh” a realidade é diferente, elas se sujeitam as relações de poder que as exploram, inclusive, dizem que,

Está tudo bem no trabalho;
Mas precisa trabalhar;
Tem que trabalhar.

Mesmo que quatro delas “Amapola Benadeu, Etienne Maurice, Brinellie Charles e a Daline Josefh” trabalhem em frigoríficos, onde se sabe que as condições de trabalho são sub-humanos, onde as relações de trabalho adoecem seus corpos, como é o caso de todas

elas, que relataram terem dores fortes nas mãos, e que as mãos ficam duras sem conseguir mexer, como é o caso de “Etiene Maurice, Brinellie Charles e a Daline Josefh”. Entende-se que o trabalho apresenta uma centralidade na vida dessas mulheres, seja no Haiti, seja no Brasil, considerando que a grande maioria migrou em busca de melhores condições de vida, que significa dizer, em busca de trabalho para a produção digna de suas existências e de suas famílias em especial de seus filhos.

O fato de serem “chefes” de si mesmas no Haiti, dá à mulher autonomia sobre sua própria vida, pois ao responderem que tinham seu próprio negócio, percebe-se o orgulho de si mesmas. A atividade produtiva que realizam territorializam as relações de gênero dessas mulheres com o restante da sociedade, pois passam a se conectar ao território pela atividade realizada, sendo esta atividade que fornece a elas autonomia para contribuir com o sustento de si e da família, o que faz com que tenham destaque na própria sociedade, tanto ao produzir como ao consumir. Assim, as mulheres que trabalhavam no Haiti conservam essa territorialidade produtiva e de autonomia relativa, e as que no Haiti não trabalhavam e que não trabalham no Brasil, da mesma forma.

As atividades produtivas realizadas pelas mulheres em Xanxerê, não se aproximam do trabalho que realizavam no Haiti, entende-se que aqui houve uma des-territorialização das relações de gênero e uma re-territorialização delas em relação à função que desempenham na família a partir do trabalho. No Haiti, trabalhavam com atividades qualificadas ou eram donas de seu próprio comércio de rua, aqui no Brasil são empregadas de alguém, submetidas a ordens e aos propósitos de alguém estranho a elas, sem nem um vínculo afetivo. A autonomia que as mulheres donas de comércio de rua tinham no Haiti, desaparece no Brasil. E mesmo as que em virtude do curso técnico desenvolviam atividades relacionadas a sua área de estudo, aqui realizam atividades que não necessitam de qualificação de mão-de-obra. Desta forma entende-se que as relações sociais de poder as colocam em condições de inferioridade perante a sociedade e porque não dizer a si mesmas.

No entanto, mesmo não realizando atividades semelhantes às realizadas no Haiti, a necessidade de trabalhar é fundamental, a ponto de aceitarem as condições de trabalho mesmo sem concordar com elas. As mulheres com filhos são as que mais aceitam as condições impostas pelas relações sociais de poder no ambiente produtivo, portanto, entende-se que esse comportamento se dá justamente em função da prioridade que é o bem-estar dos filhos como já mencionado anteriormente.

Quando se perguntou sobre a relação de trabalho com seus superiores, das nove mulheres haitianas que trabalham no Brasil, sete delas relatam hostilidade da parte do superior para com elas, e oito delas demonstram insatisfação no trabalho (Quadro 11). Três das mulheres que não trabalham no momento, relataram também hostilidade em empregos anteriores e uma diz estar tudo bem e a outra diz não ter problema com seu superior desde que realize direito sua atividade. Nessa categoria de análise fica fortemente evidente a centralidade do poder que demanda do supervisor nas relações de gênero no ambiente produtivo em relação as mulheres imigrantes. Mesmo a que diz estar tudo bem, é a mãe solo, que precisa do trabalho, pois quer trazer os filhos que estão no Haiti morarem no Brasil e a outra demonstra que se não fizer o trabalho direito terá problema com seu supervisor.

Quadro 11: Relações de trabalho no ambiente produtivo em Xanxerê

Maria Jean	É só eu fazer meu trabalho direitinho que não tem problema.
Rosia Louisaint	Meu trabalho tem exigências, eu sou estrangeira, não entendo muito o português, se eles pedirem alguma coisa e eu não entender, vai ter problema.
Amapola Benadeu	Está tudo bem.
Fanfan Antoine	Eu trabalho na limpeza, não pode comer quem trabalha na limpeza, mas quando os brasileiros comem não tem problema, mas quando eu vou comer, eles me dizem que não pode.
Sabine Cius	Com meus chefes é bem legal eu gostar muito, mas com os outros não. Tinha muitos haitianos que trabalhavam lá. E para os haitianos quando você tá tipo superior a eles, aí eles acham que você está se achando e daí eles viram a cara para você por nada.
Simone De Boa	Não gosto, eu faço o que eles mandam daí não tem problema. Eu faço bem direitinho meu trabalho, eu corto frango, daí ele não reclamar.
Etienne Maurice	Eu não gosto, minhas mãos doem, já consultei e continua e eu trabalho com dor. Já falei para meu monitor e ele me manda trabalhar, se eu não trabalhar, ele disse que é para eu sair do trabalho.
Gisele Etienne	Eu saí do emprego depois que tive a minha filha. Quando estava na hora de sair para ir para casa, meu chefe não me liberava.
Rosa Occeus	Eu recebia menos que meus colegas. Foi por isso que eu deixei meu último emprego, eu descobri que mesmo eu trabalhando mais que minha colega eu recebia menos que ela. Essa moça era brasileira. E o motivo de eu receber menos é porque eu vim de outro país, eu preciso do emprego, ele sabendo disso, me pagava menos, porque sabia que eu precisava do dinheiro. Você não tem muita escolha”; “Ele cobrava muito de mim, me desrespeitava. Ele gritava comigo, me cobrava que eu usava muitos produtos. Aí eu saí.
Aretha Gov	Eles chamam minha atenção para eu fazer como eles querem. Meus dedos e ombros doem bastante. Agora estou com consulta marcada.
Brinellie Charles	Eles não me entendem, porque não falo muito bem o português. A monitor agora está calma, porque nós haitianos, não gosta quando falam mal de nós, porque nós somos humanos também, porque nós chegamos aqui para termos vida melhor, não é pra tirar o trabalho dos brancos, dos brasileiros, nós chegamos aqui para termos vida melhor, não para ser tratado mal.
Daline Josefh	Eu não gosto de cortar frango, eu cortar peito, coxa, aza, não gosto. Minhas mãos doem, o frango está gelado. Falar para meu monitor para trocar eu de lugar, mas ele não troca, mas o brasileiro pede, ele trocar.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

No Brasil as mulheres participam de diferentes espaços produtivos, com outras dinâmicas e outras relações sociais de poder o que pode des-territorializar as relações de gênero e re-territorializá-las. No entanto, as relações de gênero, no espaço produtivo, colocam a mulher imigrante em condição de subalternização, opressão e marginalização, e um dos motivos é justamente pelo fato de serem mulheres imigrantes, pretas e pobres.

A territorialidade no ambiente produtivo, são territorialidades opressoras, pois as mulheres se sentem oprimidas e entendem que isto ocorre porque são imigrantes e é possível dizer que, pelo fato de serem mulheres, a situação se agrava. Nas relações de gênero no trabalho, houve uma des-territorialização, em virtude que no Haiti sentiam orgulho de serem chefes de si mesmas em se tratando do comércio de rua ou no caso das mulheres que tem ensino técnico estarem trabalhando na área ou próxima a ela; no Brasil, re-territorializam-se relações de gênero opressoras e sem autonomia, no entanto, com certa consciência, a ponto de duas saírem do trabalho por não concordarem com a forma como eram tratadas. Estes dados revelam a opressão dessas mulheres no trabalho, no entanto, somente duas saíram do trabalho e atualmente estão desempregadas, lembrando que ambas têm ensino superior completo e são solteiras e sem filhos. As demais permanecem no trabalho, as duas que saíram são mulheres solteiras e sem filhos.

As mulheres com filhos são as que dizem que está tudo bem, mesmo tendo percebido que as condições de trabalho não são saudáveis, elas permanecem no emprego, entende-se que é em função dos filhos, pois uma delas está guardando dinheiro para trazer os dois filhos que estão no Haiti para junto dela. Com isso entende-se que mesmo sendo oprimidas no ambiente produtivo, elas se submetem em função de um objetivo maior, os filhos, que como veremos mais à frente nesta análise, o cuidado com o bem-estar deles é de responsabilidade das mulheres e no Brasil passam a compartilhar com os maridos os custos pela criação deles.

Chama atenção quando “Brinellie Charles” fala de que estão no Brasil para trabalhar e melhorar de vida, não para tirar o emprego dos brasileiros. Esse relato é muito comum de se ouvir e se agrava quando é falado carregado de preconceito e xenofobia, pois a cidade de Xanxerê e região em torno foi povoada por imigrantes gaúchos descendentes principalmente de italianos o que originou uma profunda gratidão a eles pelo desenvolvimento da cidade e região, no entanto, eram corpos brancos. Aqui são corpos

pretos, marginalizados pelo sistema estrutural racista que existe no Brasil, pobres que necessitam do Estado para todas as necessidades e a baixa consciência de classe que existe na cidade produz práticas preconceituosas, racistas e discriminatórias em relação aos imigrantes. Isso se comprova quando pelos relatos das mulheres, elas mencionam que as brasileiras são tratadas de forma diferente, ou seja, melhor.

Quando se pergunta sobre os cuidados e a educação dos filhos no Haiti, foi unanime, as treze mulheres disseram que os cuidados dos filhos são realizados pelas mulheres e os homens trabalham para sustentar os filhos (Quadro 12). Mesmo a mãe solo em que o pai estava ausente diz que os cuidados dos filhos são realizados pelas mulheres.

Quadro 12: Cuidados com os filhos no Haiti.

Maria Jean	Os homens participam, quando é para pagar a escola, eles pagam, eles ajudam, colocam comida na casa, mas é a mãe que cuida dos filhos e da casa.
Amapola Benadeu	Os homens não cuidam dos filhos, eles trabalhar, mas tem alguns que cuidam. No meu caso ele morava longe e vivemos juntos na mesma casa só dois anos em 2017 e 2018, mas eu nunca casei com ele e depois eu vim para cá. Lá no Haiti ele tinha outra mulher e outra filha, mas ele ajudava a sustentar meus filhos. Mas agora que estou no Brasil ele não ajuda mais, eu cuido deles sozinha.
Fanfan Antoine	As mães cuidam dos filhos, os pais trabalhar.
Simone De Boa	As mulheres cuidam dos filhos e os homens trabalham para pagar o que se gasta com elas.
Etienne Maurice	Lá os homens não ajudam dentro de casa a cuidar dos filhos, são as mulheres que cuidam dos filhos
Gisele Etienne	A reponsabilidade de cuidar dos filhos é da mulher, só que pagar os gastos é do homem. No Haiti é comum, os maridos mandam as mulheres cuidar dos filhos. Porque os maridos são bem ciumentos
Brinellie Charles	No Haiti a mulher cuidar dos filhos e o marido trabalhar e cuidar da família.
Daline Josefh	Eu cuidava do meu filho, meu marido trabalhar, eu não trabalhava no Haiti.
Rosia Louisaint, Sabine Cius, Rosa Oceus, Aretha Gov e Medjouluka Alexis	A mãe cuida dos filhos para os pais trabalharem.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Fica claro que a responsabilidade com os cuidados com os filhos e seu bem-estar no Haiti é função das mulheres, cabendo aos homens a responsabilidade dos custos financeiros. Assim a territorialidade e a identidade cultural dessas mulheres ganham novos elementos com a maternidade que lhes infere a responsabilidade pelo bem-estar dos filhos. Não se percebe um compartilhamento dessa função, parece ser algo bem definido, as mulheres cuidam dos filhos e os homens os sustentam, evidenciando novamente uma divisão social do trabalho em virtude do gênero o que é fortalecido com o padrão de poder

colonial moderno e instituído na família e casamento pelo patriarcado que rompe com a complementaridade nas relações de gênero, tornando-as individualizadas.

A territorialidade das relações de gênero nesta situação é desigual entre homens e mulheres, aspecto que parece ratificar a existência de um “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental”, em que as funções domésticas ficaram de responsabilidade das mulheres que foram retiradas do espaço público no processo de colonização (Segato, 2021). A base econômica do Haiti e a crise econômica vivida pelo país nas últimas décadas fortalece a divisão social do trabalho entre os gêneros. Essa situação associada ao patriarcado que institui a superioridade masculina, faz com que os homens vão à escola antes das mulheres em casos de famílias mais pobres e, portanto, são inseridos no mercado do trabalho. Já as mulheres, por influência do patriarcado são inferiorizadas o que retarda sua entrada na escola, ficando muitas vezes à margem do sistema educacional o que vai fortalecer a tradição cultural em que mulheres realizam atividades domésticas e cuidados com os filhos e os homens em função do trabalho remunerado se tornem os provedores, o que se entende que fortalece o poder do patriarcado.

A colonialidade do poder e o “patriarcalismo de Alta Intensidade ocidental” territorializaram as relações de gênero, retirando as mulheres do espaço público e privatizando-as no espaço doméstico privatizado, sem que houvesse enfraquecimento do poder masculino. Portanto, as territorialidades conjugais, maternas e de trabalho carregam a centralidade desse poder, a ponto de que como já mencionado, mulheres casadas em caso de abandono por parte do marido casam-se novamente em virtude da necessidade financeira. Outra situação que demonstram claramente o poder da masculinidade no espaço doméstico é o que Renata de Melo Rosa (2007) relata que em casos de escassez de alimentos a preferência pelo alimento é do homem e não das mulheres ou filhos pequenos. O trabalho doméstico institucionalizado enquanto um trabalho feminino pela colonialidade do poder e pelo patriarcalismo de Alta Intensidade territorializaram territorialidades servis e submissas colocando a mulher em situações de periferização dentro da casa, na família e nas relações conjugais considerando que a responsabilidade em cuidar do bem-estar dos filhos é de ambos.

Quando se pergunta sobre os cuidados e a educação dos filhos no Brasil, os dados revelam que as mulheres que trabalham, todas compartilham com os maridos os cuidados dos filhos (Infográfico 11), ampliando significativamente sua jornada de trabalho.

Infográfico 11: Cuidados com a educação dos filhos no Brasil.

Fanfan Antoine Eu trabalho, marido cuidar da filha, dá banho, comida, veste e leva na escola.

Perguntado se o marido ajudava com as atividades da casa:

Porque eu ter que trabalhar para ajudar na casa e mandar dinheiro para a família no Haiti.

Daline Josefh Meu marido cuidar do nosso filho, dá de comer, dá banho, veste e leva para a escola.

Perguntado, porque o marido ajudava a cuidar do filho:

Eu trabalho de dia e ele trabalha de noite

Sabine Cius Eu morava junto com meu marido, o pai da minha filha, mas ele só me ajudava cuidar da minha filha, mas só essa ajuda não foi suficiente. Ele só pagava o aluguel, comprar coisas para a neném, comida, pagar luz, água e internet era eu sozinha. Então isso não é ajuda, então eu deixei ele. Eu vi que no Brasil não precisa ficar casada como no Haiti se ele não te ajuda.

Brinellie Charles Minha filha é grande, mas meu marido cuida dela.

Etiene Maurice Marido trabalha de dia e eu trabalho à noite. Ele cuida das filhas quando trabalho.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Pela técnica da Cartografia social, perguntou-se as três mulheres, “Brinellie Charles, Daline Josefh e Fanfan Antoine” se os homens contribuíam com as atividades domésticas, e constatou-se que os dados coletados por essa técnica coincidem com os coletados pelas entrevistas. Os maridos delas ajudam nas atividades domésticas bem como, nos cuidados com os filhos, no que diz respeito a levar à escola, dar banho, alimentá-los e vestir, ver (Desenho 04, 05 e 06).

Desenho 04: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Desenho 05: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Desenho 06: Ajuda dos maridos com as atividades domésticas e cuidados com os filhos.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Entende-se aqui, que as novas territorialidades produtivas das mulheres implicaram em uma mudança de comportamento masculino diferente do Haiti, em que os homens pais não contribuíam com os cuidados dos filhos, já no Brasil passam a compartilhar essa função com as mulheres e a estarem mais presentes na vida deles. A base econômica em que estão inseridas as mulheres estrutura novas relações de gênero, estabelecendo uma nova divisão social do trabalho de modo a alterar antigas e consolidadas relações de gênero entre homens e mulheres em relação a educação dos filhos.

Percebe-se aqui, um rompimento com as relações de poder estabelecidas pela colonialidade do poder e pelo patriarcado que ao privatizarem o espaço doméstico estabeleceram funções e papéis às mulheres, sendo uma delas a função materna e seus derivados. Essa divisão sexual do trabalho está presente nas discursividades religiosas do cristianismo ao manter a ideia de um pai ausente e uma mãe presente, considerando que o pai de Jesus é Deus e este ser é onipresente, mas não de corpo presente.

Essa discursividade alimenta a ideia de que a mãe é a responsável pela criação dos filhos, considerando, que o pai tem algo muito maior para cuidar, fazendo uma analogia ao caso de Deus que é quem cuida do bem-estar da humanidade. Assim, as relações de gênero vão sendo territorializadas também por influências cristãs, e nelas o homem ocupa uma posição avantajada em relação a mulher o que também reforça a superioridade masculina sobre ela, como visto no mito da criação. Já que cabe ao homem a função de gestar, prover e cuidar de forma macro de toda família, se aproximando da ideia de que Deus é responsável por todos, gerando uma relação de dependência da esposa e dos filhos em relação ao homem. Na cosmovisão cristã, a humanidade é dependente, deve obediência e

respeito a Deus, portanto, a centralidade masculina nas relações de gênero entre marido e mulher, implica em mulheres submissas. No entanto, a reorganização das bases econômicas contemporâneas no espaço produtivo implica em uma nova territorialidade materna às mulheres haitianas.

Portanto, as territorialidades das mulheres haitianas no Brasil foram des-territorializadas e re-territorializadas em função da base econômica em que estão inseridas. Diferente do Haiti, no Brasil as mulheres passam a ter uma jornada de trabalho regulada no ambiente produtivo e uma renda fixa, fato que influencia nas relações de gênero, alterando o comportamento dos homens que passam a participarem dos cuidados dos filhos no ambiente doméstico. Considerando que o principal objetivo para a migração dessas mulheres foi de buscar trabalho para terem uma vida melhor, a centralidade que ele ocupa no espaço migratório des-territorializou antigas e consolidadas relações de gênero.

Portanto, em função do trabalho houve uma des-territorialização das relações de gênero entre homens e mulheres no que se refere aos cuidados dos filhos e uma re-territorialização das relações de gênero, pois essa função passa a ser compartilhada com os maridos, já que na sociedade haitiana os homens pais não participavam desta atividade. Em virtude do trabalho remunerado, entende-se que as mulheres ganharam autonomia no espaço doméstico e nas relações de gênero no casamento, pois passam a contribuir financeiramente com os custos da família.

As relações de poder solidificadas pelo patriarcado que restringia a mulher ao ambiente doméstico, na periferia das relações de gênero é claramente abalado, pois des-territorializá-se relações de gênero, ao abrir-se um espaço em que a mulher ganha centralidade em virtude da questão financeira, podendo contribuir para o enfrentamento a centralidade masculina nas relações de gênero. Isso fica claro quando uma das mulheres diz que deixou do marido pelo fato dele não contribuir com as contas da casa, demonstrando que ela não se assujeitou a ele, o que provavelmente pode acontecer no Haiti em outro *ethos* cultural.

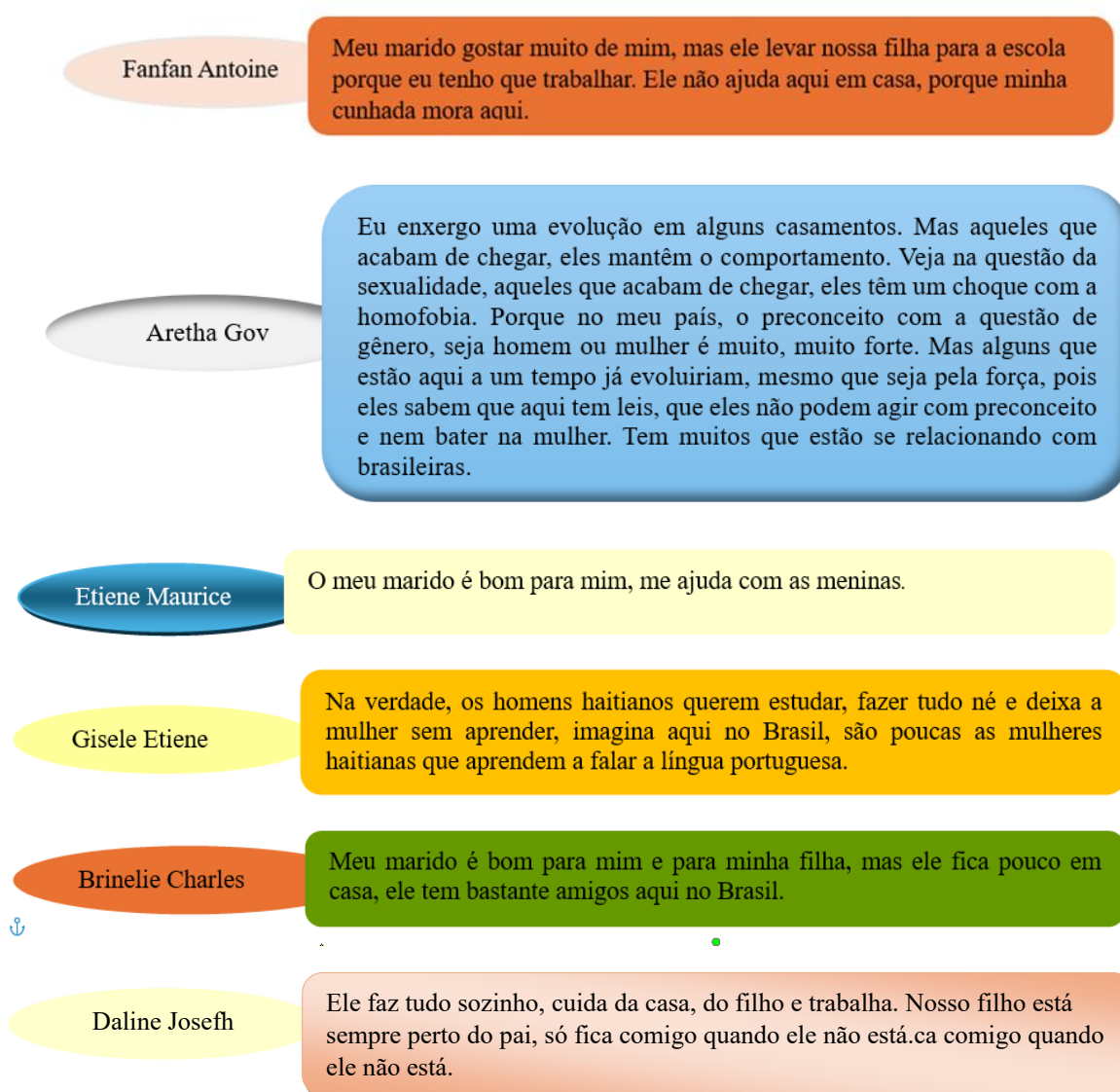
No entanto, considera-se que essa postura é em virtude também dela estar situada em outro *ethos* cultural, com uma legislação que reconhece as mulheres enquanto sujeito de direito e possui instrumentos jurídicos tanto para sua promoção quanto para sua proteção. Também há na sociedade brasileira movimentos de enfrentamento ao patriarcado, a valorização da mulher buscando tirar as mordças que silenciaram por séculos a voz feminina.

Sim, as bases econômicas ressignificaram as relações de gênero no espaço doméstico, mas em um contexto macro, essa mesma base econômica alterou toda uma conjuntura sociopolítica e jurídica a respeito da mulher, e as mulheres haitianas quando inseridas nesse espaço migratório passam a ter contato com novas relações de poder que lhe beneficiam enquanto mulher, mesmo o Brasil tendo um alto índice de feminicídio e estupros.

Neste sentido, perguntou-se como as mulheres compreendem sua relação com os homens: quatro casadas disseram que seus maridos são bons para elas, no entanto, esse ser bom para elas, basicamente se resume a ajudar nas atividades da casa e nos cuidados com os filhos. Uma das mulheres casada percebe a centralidade da masculinidade tóxica na relação dos homens com as mulheres e uma das mulheres solteiras falou sobre o preconceito de gênero e a homofobia como sendo comuns no Haiti, mas que no Brasil os homens haitianos estão submetidos a outras leis, por isso necessitam mudar o comportamento (Infográfico 12).

A centralidade masculina na vida das mulheres haitianas é muito intensa a ponto de muitas delas não perceberem, pois está disfarçada de cuidados e zelo. No momento em que se organizava a amostra de mulheres para essa pesquisa, se percebeu que, quem toma as decisões sobre a vida das mulheres é o homem e isso foi possível de identificar, pois ao se entrar em contato com as mulheres para convidá-las para participarem da pesquisa, quem decidia se elas podiam ou não participar eram seus maridos. Essa situação ocorreu seis vezes, sendo que as mulheres não participaram, e duas das mulheres que compõe a amostra dessa pesquisa só participaram pois quando a entrevista foi realizada os maridos estavam trabalhando e em outras duas amostras, os maridos permaneceram junto as mulheres enquanto se realizava a entrevista.

Infográfico 12: Percepção das mulheres haitianas sobre os maridos cuidarem dos filhos no Brasil.



Elaboração: a pesquisadora (2025).

Esses dados podem revelar muito, no entanto, o fato de ser uma questão muito pessoal e íntima, sentiu-se que, na hora de abordar o assunto, elas se retraíam. As duas mulheres que disseram que os maridos as tratam bem, os maridos estavam juntos quando foi realizada a entrevista e uma das mulheres entrevistadas a “Sabine Cius” quando mencionado esse fato, falou “*É medo, ele tem medo que ela conte que ele bate nela e é ruim para ela*” e outra Marie Joan, “*O pai de uma amiga minha trai a mãe dela e a mãe dela sabe e não diz nada*”. Mediante a isso, entende-se que as relações de gênero no interior de uma relação afetiva a mulher é vítima de violências e do machismo, características essas herdadas do patriarcalismo ocidental implantado pela colonialidade.

As relações de gênero em que a mulher é submissa ao marido ainda estão conservadas no interior do casamento de forma velada que leva a mulher a ser grata por tal comportamento. As relações de poder que conduzem o exercício do patriarcado e territorializam as territorialidades femininas de forma submissa em que a mulher foi caracterizada quase sempre enquanto um ser frágil necessitando da masculinidade do marido, companheiro, namorado e amante para se fazer existir é histórica e presentes em diversas cultural ainda hoje. Isso gera um comportamento dependente e de gratidão ao homem que o utiliza para gestar a relação tóxica entre eles.

A submissão, a não percepção dela e, portanto, a aceitação vem encontrando dificuldade ainda hoje de ser rompida e essa submissão explica o porquê das mulheres em outros ambientes não se posicionarem e enfrentarem relações de poder que lhes agride, pois romper com essas relações de poder pode resultar em punição, sendo uma delas a sua própria morte, que significa pelo olhar da masculinidade tóxica, punir a mulher por ela não aceitar ser violentada cotidianamente, por ela preferir a si do que ao homem. Esse comportamento para o *ethos* cultural do patriarcado é considerado uma espécie de crime, e como todo crime deve ser combatido para manter a harmonia dentre as partes. No entanto, são as próprias leis do patriarcado que são leis violentas e que tem o propósito de aumentar o poder masculino e a centralidade dos homens na vida das mulheres que irão puni-las. No entanto, quando a punição ocorre, representa a falha no sistema de poder político patriarcal, que não foi capaz de disciplinar um comportamento submisso à mulher, portanto, faz se necessário repreender esse mau comportamento com a punição.

Porém, ao mesmo tempo em que é conservado certo padrão comportamental masculino principalmente nas relações de gênero no espaço doméstico e nas relações afetivas entre homens e mulheres, aqui no Brasil, pelo fato dos homens circularem em outros espaços com outras relações de poder e pela existência de instrumentos jurídicos como a Lei Maria da Penha de n. 11.140, os homens apresentam um comportamento mais contido em relação a práticas violentas contra a mulher.

A Lei estabelece em seu Art. 1º a criação de

[...] mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006, grifo meu).

O machismo tanto no Haiti como no Brasil continua sendo um traço cultural bem acentuado em ambas as sociedades, com a diferença que no Brasil tem leis para contê-lo, no entanto, nos últimos tempos vê-se uma campanha na esfera política para fortalecê-lo e essa é defendida por parte conservadora da sociedade que considera os valores republicanos da democracia um mal e que devem ser substituídos por valores que combatam a promoção da dignidade humana dos “Outros” do patriarcado.

Quando perguntado sobre a participação das mulheres na política, no Haiti, foram unânimes em dizer que não participam da política no Haiti, apenas quando votam, demonstrando terem uma territorialidade política pelo fato de votarem (Quadro 13). No entanto, pela fala de três das mulheres percebe-se que o espaço político no Haiti é basicamente masculino devido a alguns fatores, como a estrutura política patriarcal que há no país e em virtude da desigualdade socioeconômica que territorializa relações de gênero desiguais e opressoras proporcionando um acesso em maior quantidade de homens à escola, o que faz com que eles sejam a maioria no sistema político do Haiti.

Quadro 13: Participação das mulheres haitianas na política no Haiti.

Maria Jean, Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Rosa Occeus, Simone De Boa, Etienne Maurice Brinellie Charles, Daline Joseph, Medjoulia Alexis.	Só quando votam.
Rosia Louisaint	As mulheres não se envolvem, deixam os homens fazer política. Praticamente não, devido ao sistema de poder.
Gisele Etienne	No Haiti as mulheres não têm profissão, vão cuidar dos filhos, dos maridos e da casa, só participam da política quando votam.
Aretha Gov	A gente não tem tanto a participação das mulheres na política como aqui no Brasil. Aqui no Brasil tem mais. Lá no Haiti, somente participa da política os homens. Lembro de minha vó contar, que eram os homens que iam na escola. Como os homens fazem mais tempo que vão para a escola, tem mais homens estudados, assim tem mais homens na política. Na organização política, ainda tem muito do sistema patriarcal. A porcentagem de mulheres na política é muito baixa no Haiti.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

A territorialidade política feminina no Haiti é fortemente territorializada pela estrutura política patriarcalista que existe nele, pelas tradições culturais em que o homem tem privilégios em relação a mulher, como pode ser visto na fala de uma das mulheres quando essa diz “*Lembro de minha vó contar, que eram os homens que iam na escola. Como os homens fazem mais tempo que vão para a escola, tem mais homens estudados, assim tem mais homens na política*”, e em virtude de uma crise econômica que se estende no país a muito tempo acaba fortalecendo a tradição cultural.

Portanto, havendo uma estrutura política patriarcal na estrutura do Estado, a vida das mulheres haitianas está à mercê das vontades masculinas o que pode explicar tanto as violências para com a mulher com a ausência de leis para combater essas violências. E, em virtude disso, entende-se que o sistema político inibe territorialidades emancipadas politicamente e compromete todas as demais territorialidades femininas, pois todos os espaços sociais são geridos pelo Estado e no interior no espaço doméstico há a centralidade do patriarcalismo. Sendo assim, somente com o Giro decolonial do Estado haitiano será possível ressignificar as relações de poder para a elaboração de leis e políticas públicas capazes de enfrentar a masculinidade. Enquanto isso, a condição de ser da mulher haitiana e sua vida no cotidiano social são orientadas pelos interesses masculinos comprometendo sua condição digna de vida, educação, saúde, bem-estar e segurança.

A pouca participação das mulheres haitianas no espaço político e no debate contribui para seu silenciamento e invisibilização, reforçando essa prática que foi própria da colonialidade do poder sobre os “corpos-territórios” das mulheres e reforçado pelas discursividades cristãs. Sendo assim, as mulheres haitianas vão se constituindo mulheres à sombra do poder masculino e às margens dos “corpos-territórios” deles.

Aqui no Brasil, as mulheres haitianas têm sua participação política praticamente restrita ao voto, isto quando são naturalizadas (Quadro 14).

Quadro 14: Participação das mulheres haitianas na política no Brasil.

Maria Jean, Rosia Louisaint, Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Gisele Etienne, Simone De Boa, Etienne Maurice, Brinellie Charles, Daline Josefh e Medjoulika Alexis.	Se for naturalizada, só quando votar.
Rosa Occeus	Na associação de imigrantes até algumas mulheres tentam falar, mas os homens não deixam.
Aretha Gov	Aqui não deixam imigrante se envolver com política, ainda mais mulher e negra.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

As territorialidades políticas das mulheres haitianas no Brasil têm pouco espaço para serem produzidas em virtude da lei brasileira, porém entende-se que outros espaços são espaços políticos como é o caso da Associação de haitianos em Xanxerê, no entanto, essa conserva a estrutura política patriarcal dificultando a participação das mulheres nele.

Portanto, percebe-se que há uma manutenção das relações de gênero quanto à participação das mulheres na política no Haiti e Brasil. O campo político culturalmente ainda é espaço de poder masculino seja no Haiti, seja no Brasil. Traço esse instituído e mantido pelo “patriarcado de Alta Intensidade ocidental” como afirma Rita Segato (2021). A territorialidade das relações de gênero no espaço brasileiro continua a ser o mesmo do Haiti, culturalmente, pois a política é considerada assunto para homens. Quando mencionam que na Associação do Imigrante as mulheres até tentam falar, mas não são ouvidas, demonstra-se a territorialidade haitiana e brasileira se aproximando nas relações de gênero no campo político, campo esse ainda dominado pela centralidade masculina.

Inibir a mulher de participar e debater sobre si em espaços políticos de decisão resultará na aplicação de leis e políticas públicas masculinas para efetivar os propósitos masculinos na vida dessas mulheres. Percebe-se que essa questão dividiu as mulheres, de um lado um grupo de mulheres relatando o quanto elas têm orgulho de serem mulheres no Haiti e por outro lado, o relato é de quanto difícil é ser mulher haitianas no Haiti (Quadro 15).

Quadro 15: Percepção das mulheres haitianas sobre ser mulher no Haiti.

Maria Jean	Ser mulher no Haiti, é uma coisa bem legal, a gente é batalhadora, a gente trabalha muito. Não é só ficar na casa, na rua fazer comércio, mas a gente trabalha na agricultura e bastante
Rosia Louisaint	É ser mulher independente e batalhadora
Amapola Benadeu	Ser mulher no Haiti é ter responsabilidade em cuidar dos filhos e ajudar o marido pra sustentar a família.
Fanfan Antoine	É confortável, me respeitam.
Sabine Cius	No Haiti as mulheres não têm liberdade como as mulheres aqui no Brasil. Aqui no Brasil a mulher pode sair e ir onde quiser, já no Haiti não é aceito isso, as mulheres não podem sair.
Simone De Boa	Bem forte, só que as vezes não procura estudar.
Etiene Maurice	É ser trabalhadora.
Gisele Etiene	É complicado, a mulher.
Rosa Occeus	Ser mulher é ter um tipo de inferioridade. A questão de desrespeito tem, mas aí depende da mulher, que tem que se respeitar. Se você não se respeita, ninguém te respeita.
Aretha Gov	No Haiti você tem que ser mulher, primeiro para casar, você precisa ter alguma formação de saber fazer comida, limpar a casa, lavar roupas. Não é ter uma profissão, o mais importante é saber cuidar de uma casa e do marido, para manter seu casamento, se não ele vai ter outras mulheres, isso é para sobreviver. Eu não sou contra isso, mas eu não apoio que você tem que saber para segurar o marido.

Brinellie Charles	É preciso ser muito forte, porque os homens são fortes no Haiti
Daline Josefh	No Haiti é um pouco complicado, não trabalhava.
Medjoulika Alexis	Não é fácil. Elas têm dificuldade para trabalhar, porque não tem trabalho. O Haiti está complicado, daí os homens trabalham.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Sabe-se que há presença do patriarcado no Haiti em todos os espaços sejam eles públicos ou privados é muito intensa naquela sociedade. No entanto, os dados revelam mulheres que percebem isso e outras que se percebem ficam inibidas em reconhecê-lo, pois são vítimas dele. Por um lado, se vê mulheres fortes ao reconhecer as relações de poder e a condição das mulheres na sociedade e por outro, mulheres silenciadas pelo poder.

Fica evidente que as mulheres haitianas têm suas vidas aqui no Brasil centralizada no trabalho, pois para a maioria ser mulher haitiana tem a ver com o trabalho, considerando, que esse foi o principal motivo de terem migrado. Duas apenas relataram sua condição de mulher preta e imigrante em uma sociedade branca (Quadro 16).

Quadro 16: Percepção das mulheres haitianas sobre ser mulher no Brasil.

Maria Jean	É uma mulher independente, uma mulher que é casada e tem responsabilidades, tem que trabalhar e cuidar dos filhos e do marido. É ter liberdade, ir para a balada se divertir. Aqui elas sabem que os homens não podem bater nelas
Rosia Louisaint	É ser mulher independente e batalhadora.
Amapola Benadeu	É trabalhar, cuidar da casa e juntar dinheiro para a família no Haiti. Ser mulher no Brasil é diferente, porque aqui no Brasil, você pode ir para a escola com qualquer idade e lá no Haiti não. Aqui você pode trabalhar para ser uma mulher independente, lá no Haiti não
Fanfan Antoine	Eu respeito os outros, cuido da filha e do marido, ajudo e cozinho. Trabalho bastante.
Sabine Cius	Aqui posso fazer coisas que no Haiti não podia. Eu não quis mais meu marido porque ele não me ajudava, lá no Haiti eu não podia deixar dele.
Simone De Boa	É a mesma coisa que no Haiti. Só que aqui estamos longe da família, então se algo acontecer, estou sozinha.
Etienne Maurice	É diferente do Haiti, lá eu não era casada.
Gisele Etienne	É estranho, porque tudo é diferente para nós. A cultura.
Rosa Occeus	Aqui no Brasil é complicado, o meu caso, porque sou mulher preta e imigrante. Tem abusos que são iguais, mas a intersexualidade, faz com que em tenha que fazer mais do que a mulher branca
Aretha Gov	No Haiti, sou mulher haitiana, já aqui sou mulher imigrante e preta. A gente está tentando se encaixar, mesmo a sociedade não nos encaixando, mas é comum, é uma adaptação. Você não tem visibilidade, mas você existe
Brinellie Charles	No Haiti é diferente do Brasil, tem muitas atividades para fazer, aqui no Brasil só tem que trabalhar
Daline Josefh	Aqui os dois podem trabalhar, lá no Haiti não
Medjoulika Alexis	No Brasil vejo que posso fazer coisas que não podia no Haiti. Como sair à noite sozinha.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Fica claro que as relações de gênero no Haiti são determinadas pelas relações sociais de poder que, ao mesmo tempo, as inferioriza perante o homem, levam-nas a ter clareza de sua importância na sociedade haitiana. O fato de mencionarem que são batalhadoras, representa a luta delas para se manterem em uma sociedade dominada pelo patriarcalismo. Esse ser batalhador não significa apenas que são batalhadoras no ambiente produtivo, mas que são fortes nas relações de opressão determinadas pelos homens em virtude de sua centralidade na sociedade haitiana. Mas isso não quer dizer que elas não tenham consciência disso, pelo contrário, no entanto, entende-se que esta clareza vem com a saída do Haiti e sua inserção na sociedade brasileira, quando se deparam com outras relações sociais de poder e quando elas demonstram ter esta consciência, elas falam a partir do Brasil e não do Haiti. Portanto, as relações de gênero nesse caso se des-territorializam e se re-territorializam em novas relações sociais de poder, mesmo quando elas continuam a ser oprimidas, mas apresentam consciência da opressão.

Quatro das mulheres haitianas relatam não ver dificuldade para as mulheres haitianas, já as demais apontam alguns problemas que na fala delas anteriormente já se percebia como, o fato de não trabalharem, o baixo nível de escolaridade, a violência para com elas, o não falar a língua francesa e a falta de segurança foram alguns desses pontos (Quadro 17).

Quadro 17: Dificuldade das mulheres haitianas em ser mulher no Haiti.

Maria Jean, Simone De Boa, Etienne Maurice e Medjouluka Alexis	Não viam dificuldade.
Rosia Louisaint	Eu não tinha, mas conheço muita gente com muita dificuldade.
Amapola Benadeu	A maior dificuldade das mulheres no Haiti é quando elas não trabalham e ela tem um filho e esse filho não tem pai, e aí elas precisam trabalhar
Fanfan Antoine	Sim tem dificuldade, meu pai morreu e minha mãe tinha que lutar para fazer as coisas, para me ajudar na escola, colocar comida na mesa. As coisas não eram tão fáceis
Sabine Cius	A mulher que não tem profissão tem que ficar em casa cuidar do marido e dos filhos. Quando a mulher é dependente do marido, o marido pode fazer qualquer coisa e a mulher tem que aceitar. Inclusive ele trai, bate, mas tem que aceitar. No Haiti se o homem bate na mulher, não acontece nada com ele
Gisele Etienne	Sim, as vezes a mulher é inferior aos homens. Para nós tem poucas mulheres que trabalham. As vezes a mulher ficar em casa e o homem paga tudo. Eu não gosto disso, deixar o homem pagar tudo.
Rosa Occeus	A falta de autonomia. Não tem muito lugar para trabalhar. As mulheres não estão na política, nem nas empresas públicas. As chefias não são das mulheres
Aretha Gov	O baixo nível de escolaridade das mulheres é um problema para elas, elas não aprendem o francês, e por isso tem dificuldade em arrumar trabalho no Haiti.
Brinellie Charles	A segurança, a mulher não está segura no Haiti.
Daline Josefh	O Haiti é perigoso para a mulher haitiana, ela poder ser atacada a noite.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Parece que no Haiti a opressão e domínio de corpos femininos é mais intensa que no Brasil, mas isso não quer dizer que aqui não haja esse domínio. Fica evidente que as relações de gênero estão subordinadas ao autoritarismo haitiano e expresso no comportamento das mulheres e no que elas pensam sobre a própria situação em ser mulher no Haiti e as dificuldades que enfrentam.

Quando perguntado sobre as dificuldades de ser mulher haitiana no Brasil, ao se considerar os depoimentos (Quadro 18), a vida não é uma tarefa fácil. A luta pela vivência é constante seja para trabalhar e cuidar dos filhos, seja para aguentar os abusos de poder que advém da sociedade de estrutura patriarcal.

Quadro 18: Dificuldades das mulheres haitianas no Brasil.

Maria Jean	Não, aqui é muito bom
Rosia Louisaint	Está tudo tranquilo, mas no trabalho me olham diferente, falam comigo diferente, mas está tudo tranquilo
Amapola Benadeu	Não consigo trazer meus filhos para o Brasil, é muito caro, ainda não tenho o dinheiro que preciso
Fanfan Antoine	No meu trabalho, não sou bem tratada, e sei que é porque sou haitiana.
Sabine Cius	De não poder falar minha língua.
Simone De Boa	A saudades da família.
Etiene Maurice	Sofro muito no meu trabalho, é difícil. Minhas mãos sempre doem e estão inchadas.
Gisele Etiene	É estranho, porque tudo é diferente para nós. A cultura, o tempo.
Rosa Occeus	De manter minha cultura.
Aretha Gov	Sim, a dificuldade é que sou mulher preta e imigrante, não sou uma de vocês.
Brinellie Charles	É muito frio. Meu trabalho, não gosto dele.
Daline Josefh	No meu trabalho, meu monitor não tratar eu como as brasileiras.
Medjoulika Alexis	Ainda não consegui trabalho, isso não é bom. Tenho que ajudar em casa.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Já foi constatado que o cuidar do bem-estar dos filhos no Haiti é função das mulheres, no Brasil isso permanece, no entanto, a função passa a ser compartilhada com os maridos. Quando esses estiverem ausentes, essa função fica mais árdua ainda às mulheres, pois recai sobre elas apenas. É possível dizer que em caso da ausência dos maridos ocorre uma re-territorialização das relações de gênero lá no Haiti ainda, pois as mulheres passam a ter que responder por outras demandas. O fato de o homem ter mais de uma mulher e isso é cultural na sociedade haitiana, mesmo que parte das mulheres não aceitem, isso demonstra que as relações de gênero são opressivas. O precisar ter que trabalhar para sobreviver reforça essa opressão. No entanto, ao se tratar das dificuldades em ser mulher haitiana no Brasil, parecem ser outras, se mantem semelhantes as relações de gênero haitianas para a mãe solo em que dois de seus filhos ainda estão no Haiti, e é isso que liga

ela ao país de origem. Inseridas em novas territorialidades, houve uma des-territorialização e uma re-territorialização das relações de gênero, por mais que ainda se perceba traços das relações de gênero próprias do Haiti que são semelhantes a algumas do Brasil.

No Haiti, a amostra entrevistada revela a dificuldade em que as mulheres pobres têm para cuidar da saúde, pelo fato de haver poucos hospitais públicos e não terem dinheiro para pagar a consulta e o tratamento, o que faz com que cuidem em casa mesmo com o saber que foram herdando de seus ancestrais (Quadro 19).

Quadro 19: Cuidados das mulheres haitianas com a saúde no Haiti.

Maria Jean	A saúde é muito difícil, tem hospital sim, mas mesmo assim por causa do país que não é tão limpo, tem muitos lixos, tipos as pessoas acabam ficando doente e tem poucos hospitais, poucos funcionários. Por isso que os haitianos querem fazer faculdade na área da saúde, para serem enfermeiros.
Rosia Louisaint	No Haiti eu não ia para o hospital, não tinha dinheiro.
Amapola Benadeu	No Haiti tem poucos hospitais públicos, tem aqueles que tem que pagar.
Fanfan Antoine	Só se tivesse dinheiro para ir no hospital. No Haiti tinha que esperar muito tempo para ser atendida. Então cuidava em casa.
Sabine Cius	Você pode ir hoje, mas só depois de alguns dias você era atendida, porque lá tem muita gente no hospital. Só era atendida logo se estivesse quase morrendo. A saúde no Haiti é muito cara.
Simone De Boa	Cuidava em casa, não ia para o hospital, só se tivesse dinheiro”; “É muito caro ir para o hospital no Haiti.
Etienne Maurice	É muito caro ir para o hospital no Haiti.
Gisele Etienne	Lá a gente paga. Aqui a gente cuida muito mais da saúde do que lá no Haiti. Lá vai demorar se você não tem dinheiro.
Rosa Occeus	Na capital tem um hospital universitário, mas quase não funciona. No Haiti, tudo tem uma questão de dinheiro. No Haiti o governo não investe no público. Tem mulheres que quando grávidas nunca fizeram uma consulta até o nascimento do bebê.
Aretha Gov	No Haiti, não tem nem um serviço público de saúde e as mulheres lá no Haiti cuidam da forma que dá, quem tem dinheiro tem como cuidar da saúde e os mais pobres não.
Brinellie Charles	Cuidava em casa. Não tinha dinheiro.
Daline Josefh	Em casa, minha mãe me ajudava.
Medjoulika Alexis	Cuidava em casa. Não tinha dinheiro para ir no hospital.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Pode-se dizer que a territorialidade da saúde era cultural, mas as precárias condições financeiras dificultavam ainda mais os cuidados pessoais e familiares, pois não conseguiam pagar as consultas médicas e os tratamentos nos hospitais privados. Já no Brasil, elas utilizam o Sistema Único de Saúde - SUS, conforme pode ser observado no (Quadro 20).

Quadro 20: Cuidados das mulheres haitianas com a saúde no Brasil.

Maria Jean	Aqui no Brasil a gente tem cartão SUS, a gente cuida de nossa saúde. Se a gente quiser pagar você paga, mas se ganha tudo.
Rosia Louisaint	Aqui vou no postão de saúde, no Hortiz ⁹ . Nunca tinha consultado com um médico lá no Haiti.
Amapola Benadeu	Aqui vou no postão. No Brasil é melhor, tem consulta e remédio de graça. Eu tenho diabetes, e tomo remédio, lá no Haiti tinha que comprar. Tenho diabetes e vou sempre no médico do posto.
Fanfan Antoine	Aqui tem o SUS, se eu ficar doente, tenho esperança de não morrer. Tudo de graça.
Sabine Cius	Aqui bem melhor, quando estava grávida ia todo mês no posto de saúde do bairro em que morava. Eu ia todo o mês e era atendida. Aqui no Brasil se tem essa oportunidade, se ganha tudo e não paga nada.
Simone De Boa	Cuido no posto de saúde do bairro, no SUS.
Etienne Maurice	Aqui eu vou e levo minhas filhas no posto do bairro.
Gisele Etienne	Vou no posto, fiz todo meu Pré-natal lá.
Rosa Occeus	Aqui tem o SUS, ele ajuda bastante. Por ex. uma mulher grávida, ela é atendida pelo SUS até ganhar o neném. Se você tiver doente, é o médico que cuida de você.
Aretha Gov	Muitas mulheres vêm para o Brasil para poderem cuidar da saúde e da vacina dos filhos.
Brinellie Charles	Aqui temos o cartão do SUS. Se ficar doente, sei que vão cuidar de mim.
Daline Josefh	Aqui no Brasil, é tudo de graça, tem o SUS, lá no Haiti não tem nada, a mulher cuida sozinha e em casa de sua saúde.
Medjoulika Alexis	Eu não fico doente, e minha mãe e meu pai vão no postão.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Uma nova territorialidade se coloca aqui, que são os espaços de tratamento da saúde, inclusive, sendo um fator que parece influenciar a emigração para o Brasil. No Haiti o tratamento da saúde é extremamente precário para os que precisam do serviço público, no entanto, no Brasil em virtude da existência do SUS, as mulheres passam a circular em espaços até então não conhecidos, no entanto, necessário para seu bem-estar e saúde. Nesse sentido entende-se que houve uma des-territorialização da territorialidade em relação à saúde e uma re-territorialização das relações de gênero nesse espaço. Em Xanxerê, há uma quantidade significativa de Unidades Básicas de Saúde – UBS, que atendem a população dos bairros com consultas, medicamentos e vacinas. Quando precisam de exames, são encaminhadas para laboratórios e clínicas particulares, mas não é cobrado nada pelos exames.

As mulheres também foram unânimes em dizer que a falta de segurança é algo que as deixa preocupadas e com medo, seja pela violência causada pela crise civil ou pela violência que sofrem dos homens haitianos (Quadro 21).

⁹ Nome de uma Unidade Básica de Saúde – UBS - do município – Hélio Ortiz.

Quadro 21: Percepção das mulheres haitianas sobre a segurança no Haiti

Maria Jean	Era difícil. As mulheres passavam pela violência sexual, doméstica e nada acontece com o marido.
Rosia Louisaint	As mulheres sofrem muita violência no Haiti, não só dos maridos, na rua também.
Amapola Benadeu	É perigoso para as mulheres no Haiti, se elas estiverem nas ruas elas podem ser atacadas.
Fanfan Antoine	Eu me sentia segura, mas tem mulheres no Haiti que sofrem bastante”. Quando questionadas sobre a segurança no Brasil.
Sabine Cius	Temos muito medo da crise política lá do Haiti.
Simone De Boa	Não é seguro.
Etienne Maurice	Não é seguro.
Gisele Etienne	A insegurança é só em Porto Príncipe. Segurança é um ponto positivo para viver.
Rosa Occeus	Lá tem o Ministério feminino e se acontece alguma coisa, você tem que encaminhar para a delegacia. Mas é uma questão complicada, daí, tem pessoas que vai pensar, tenho filho, não posso colocar meu marido na cadeia. Mas o feminicídio não é comum. Em um relacionamento as mulheres sofrem mais que os homens.
Aretha Gov	As mulheres não têm segurança no Haiti, os maridos batem nelas, estupram elas e nada acontece com eles e aqui no Brasil eles não podem bater na mulher.
Brinellie Charles	Na minha cidade é bem legal, tem paz, mas em Porto Príncipe não tem.
Daline Josefh	Não me sentia segura no Haiti eu morar em Porto Príncipe. Agora no Haiti, todos quer deixar o país pela segurança. A gente não pode caminhar em qualquer hora, por exemplo. Nós aqui quando termina a aula às dez da noite podemos ir à nossa casa bem tranquila, lá não. As dez da noite uma mulher caminhando a noite é muito perigoso. Ela pode ser atacada por homens.
Medjoulika Alexis	Eu me sentia segura no Haiti, não morava em Porto Príncipe

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Os “corpos-territórios” das mulheres haitianas são territorializados pela ação da violência vivenciada desde criança, seja nos lares ou quando se tornam adultas, esposas, mães, namoradas, trabalhadoras e estudantes, que contribuiu para a institucionalização da desigualdade nas relações de gênero. Historicamente a construção do gênero e das relações de gênero colocaram a mulher em condições de inferioridade expondo-as aos interesses diversos da masculinidade, acabando por solidificar um comportamento feminino subjugado pela estrutura política do patriarcado. Entende-se que as territorialidades sejam do espaço público urbano e ou do espaço doméstico são territórios não seguros, ou seja, violentos para as mulheres. Ser mulher no Haiti, em destaque a Capital Porto Príncipe é muito desafiador e preocupante principalmente para com as mulheres.

Quando perguntado se sentem seguras no Brasil, as mulheres foram unânimes em dizer que sim, inclusive apontando conhecimento para a legislação brasileira (Quadro 22).

Quadro 22: Percepção das mulheres haitianas sobre a segurança no Brasil.

Rosia Louisaint, Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Rosa Occeus, Simone De Boa, Etienne Maurice, Brinellie Charles, Daline Josefh e Medjouluka Alexis.	Sim, me sinto segura aqui.
Maria Jean	Aqui no Brasil eles não podem bater na mulher, mas eu conheço a mãe de uma amiga que apanha do marido e ela é brasileira.
Gisele Etienne	Aqui a gente tem paz, tem segurança. Eu tenho paz e segurança, dá para viver.
Aretha Gov	Aqui, não tenho medo. Tem leis que me protegem.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Comparando ambos os dados Haiti e Brasil, nota-se que, em relação à segurança no Haiti, essa se faz mediante muita insegurança, medo e violência para com as mulheres que são as principais vítimas de uma sociedade de estrutura patriarcal. Pratica-se uma territorialidade opressora no Haiti. No entanto, no Brasil, percebe-se que ocorre a des-territorialização daquelas territorialidades e novas territorialidades são produzidas, ou seja, ocorreu a des-territorialização e a re-territorialização das relações de gênero quanto à segurança. As mulheres se sentem seguras no Brasil, sabem que existem leis – supracitadas - que as protegem de agressões e violências, isso deve ser entendido como a re-territorialização das relações de gênero quanto à segurança implicando em mulheres mais confiantes, felizes e sem medo.

Desta forma, parece que elas vivem e se sentem melhor no Brasil, mais especificamente em Xanxerê, por isto, todas afirmaram que não retornariam para o Haiti, embora sintam saudades dos familiares que lá permaneceram (Infográficos 17 e 18).

Infográfico 17: Retorno das mulheres haitianas ao Haiti.

Maria Jean, Rosia Louisaint, Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Gisele Etienne, Rosa Occeus, Aretha Gov, Simone De Boa, Etienne Maurice, Brinellie Charles, Daline Josefh, Medjouluka Alexis.

Não.

Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Infográfico 18: Arrependimento das mulheres haitianas em terem vindo para o Brasil.

Maria Jean, Rosia Louisaint, Amapola Benadeu, Fanfan Antoine, Sabine Cius, Gisele Etienne, Rosa Occeus, Aretha Gov, Simone De Boa, Etienne Maurice, Brinellie Charles, Daline Josefh, Medjoulika Alexis.

Não

E foram unânimes em dizer:

A saudade da família que ficou é a maior dor.

Elaboração: a pesquisadora (2025).

Constata-se com essa pergunta, que por mais difícil que tenha sido a vinda dessas mulheres para o Brasil, pelo fato de terem deixado seu país, suas famílias e filhos e vindo uma sociedade diferente, estranha em muitos aspectos, semelhantes em outros, com outro idioma, elas não voltam e nem se arrependem de terem vindo. Inseridas em uma sociedade com outra organização social, outros espaços sociais, outra língua, outras relações sociais de poder, elas têm suas territorialidades des-territorializadas e re-territorializadas em vários pontos como visto e conservados outros.

A territorialização, a des-territorialização e re-territorialização se faz mediante as relações sociais de poder sobre um território onde são estabelecidas as relações sociais e pelas quais, os indivíduos são socializados. Assim, quando as mulheres haitianas adentram ao território brasileiro e passam a residir no município de Xanxerê, elas estão à mercê das relações sociais de poder próprias desse território, e dessa forma suas territorialidades haitianas estão sujeitas a des-territorialização vindo a ser re-territorializadas pelas relações sociais de poder iminentes aos espaços sociais que essas mulheres frequentam e neles produzem suas vivências e suas existências, ou seja suas territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese dessa pesquisa consistiu em afirmar que as relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços migratórios no oeste de Santa Catarina, em destaque à cidade de Xanxerê, são (re)definidas por processos religiosos, econômicos, políticos, educacionais, de segurança e bem-estar que des-territorializam e re-territorializam as sujeitas imersas em relações de poder. As mulheres haitianas conservam aspectos das relações de gênero produzidas na sociedade haitiana, todavia, quando inseridas no espaço migratório em questão, alguns aspectos tendem a serem des-territorializados e re-territorializados.

Mediante a tese, será apresentado as relações de gênero que foram conservadas e as que forma des-territorializadas e re-territorializadas no processo de diáspora dessas mulheres quando inseridas ou outros espaços de poder na cidade de Xanxerê.

As mulheres haitianas que agora residem no Brasil em destaque à cidade de Xanxerê, tiveram suas territorialidades femininas territorializadas por relações sociais de poder da sociedade de origem, onde as relações de gênero foram produzidas por essas mesmas relações de poder, e imanente nelas está a estrutura política do patriarcado ocidental que submeteu as mulheres a uma condição de subalternização perante as territorialidades masculinas. Ao migrarem para outros espaços socioculturais, produtivos e políticos em que impera outras relações de poder pois se trata de outro *ethos* cultural, em alguns aspectos semelhantes já em outros diferentes, emergirão com toda sua bagagem cultural em territorialidades sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas e ambientais dos espaços migratórios do qual farão parte.

Reconhece-se, sendo fundamental refletir sobre as relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços migratórios, considerando, que ao migrarem para esses espaços essas mulheres sofrem fortes influências da cultura local, da estrutura de poder brasileiro e de suas territorialidades implicando em uma possível des-territorialização e consequentemente uma re-territorialização das relações de gênero ou na conservação e permanência das mesmas produzidas em território haitiano, o que possibilitará conhecer quem são essas mulheres imigrantes que pelo processo migratório passam a fazer parte da sociedade brasileira.

Portanto, nesse processo investigativo constatou-se que as mulheres haitianas ao circularem nos espaços migratórios da cidade de Xanxerê ocorreu tanto a conservação das relações de gênero como também a des-territorialização e a re-territorialização das

mesmas, o que ressignificou o ser mulher haitiana. As territorialidades de gênero verificadas nos espaços migratórios foram a civil, materna, educacional, produtiva, política, religiosa, familiar, bem-estar com a saúde e segurança.

Destas territorialidades constatou-se que as relações de gênero territorializadas pela religião e pela educação não sofreram significativas des-territorialização, mantendo-se praticamente a existente no Haiti. Quanto a religião, houve dissidência da religião Católica para religiões Neopentecostais como a Assembleia de Deus e as mulheres que praticavam a religião Batista permaneceram nela. No entanto, a intensidade da prática religiosa que no Haiti era significativa, no Brasil em função do Trabalho – atividade produtiva enfraquece, o que se leva a acreditar que a religião deixa de ser tão influente na territorialização das relações de gênero no Brasil. Permitindo-se pensar, que devido ao enfraquecimento dos valores e dogmas cristãos que tem em si as marcas da estrutura política do patriarcado, abre espaço para a territorialização de relações de gênero emancipados, considerando, que a religião ao longo da história humana foi utilizada enquanto um instrumento de subjugação, opressão, silenciamento e invisibilidade das mulheres.

Na esfera política, a pouca participação das mulheres haitianas na política de seu país e a não participação política no Brasil, des-territorializou as relações de gênero. Percebendo-se que aqui a condição delas em relação a política fica até mais agravada, pois no Haiti exerciam o poder político e no Brasil não. No entanto, se a sociedade haitiana apresenta uma estrutura política que coíbe a participação feminina, ficando ela reduzida somente ao voto e no Brasil a participação das mulheres haitianas na esfera política do país é nula, em virtude da legislação brasileira que não garante direitos políticos à imigrantes não naturalizados brasileiros, constatou-se, que em virtude disso, houve a conservação das relações de gênero no campo político enquanto relações de gênero periféricas e territorialidades subalternas. Portanto, seja em um ou outro país, os interesses, à vida, ao bem-estar e à segurança dessas mulheres estão nas mãos dos homens que são maioria no campo político, tanto no Haiti como no Brasil, mesmo no Brasil havendo leis que asseguram seu "bem-estar e segurança". Sendo assim, a desigualdade de gênero no campo político é uma realidade bastante agressiva e autoritária às mulheres em si, e em especial àquelas que não são brasileiras, pobre e não brancas. E a conservação da territorialidade política nas relações de gênero se mantém praticamente inalterada no Brasil.

Quanto as territorialidades maternas, essas para um grupo de cinco mulheres foram des-territorializadas e para as demais elas ficaram conservadas, haja vista, que as cinco

mulheres que se tornaram mães no Brasil, tiveram suas identidades sociais modificadas. A maternidade ressignificou o próprio entendimento do ser mulher para esse grupo, fazendo com que assumam novas funções e desenvolvam outros papéis sociais. Em virtude da maternidade, percebeu-se nesse grupo de cinco mulheres mães, uma maior aceitação às condições e relações de trabalho precarizados, o que as subjugam perante o exercício do poder imanente nos espaços produtivos, estabelecendo neles, relações de gênero subalternas.

No campo educacional, percebeu-se que as territorialidades das relações de gênero praticamente se mantiveram as mesmas, pelo fato de que as mulheres que não estudavam no Haiti no Brasil também não estudam e as que estudavam continuaram a estudar no Brasil, mesmo em níveis de ensino diferentes, do Ensino Fundamental no Haiti para o Ensino Médio no Brasil. E as que cursavam o Ensino Superior no Haiti, no Brasil ingressaram no mesmo nível de ensino, apenas mudaram de curso. Por outro lado, as mulheres que no Brasil cursam diferentes faculdades tiveram suas territorialidades ressignificadas pelo fato de estabelecerem contato com diferentes tipos de conhecimentos sejam eles, científico, filosófico ou técnico e por estarem em espaços de poder – a universidade, que territorializam seu “corpo-território”, redefinindo funções, papéis e comportamentos para os demais espaços sociais que circularão, acredita-se que a universidade é o espaço para territorializar relações de gênero emancipadas e resistentes ao patriarcado.

Já no campo econômico, na esfera produtiva, as territorialidades das relações de gênero foram fortemente des-territorializadas e re-territorializadas na medida em que as mulheres desenvolvem funções diferentes das desenvolvidas na sociedade haitiana. Uma parte das mulheres que migraram para o Brasil como mão-de-obra qualificada por terem cursado o Ensino Secundário profissionalizante no Haiti, no Brasil foram inseridas em espaços produtivos precarizados, o que re-territorializou as relações de gênero. As mulheres que no Haiti tinham o Ensino Fundamental completo ou incompleto e realizavam o comércio de rua, tradicional atividade feminina no Haiti, principalmente para as mulheres com baixa escolaridade e donas de seus negócios, portanto, possuíam autonomia ao desenvolverem essa atividade, no Brasil foram inseridas em espaços produtivos precarizados, e submersas em relações de poder que as oprimem, sem nada de autonomia. Para essas mulheres houve uma profunda des-territorialização das relações de gênero e uma re-territorialização periférica das relações de gênero. As demais mulheres que foram

inseridas no espaço produtivo precarizado e periférico na engrenagem do sistema econômico capitalista, da mesma forma, foram subjugadas e oprimidas por relações de poder, o que territorializou relações de gênero subalternos.

Verificou-se que a subjugação das relações de gênero é aceita sem resistência àquela parte das mulheres que tem filhos, já as mulheres solteiras, sem filhos e formadas no Ensino superior não se sujeitam as relações de poder estabelecidas no interior do espaço produtivo. Mediante essa caracterização, permite-se acreditar que as novas territorialidades educacionais produzidas na sociedade democrática brasileira e no ambiente da universidade pode ter gerado territorialidades emancipadas que se opõem ao autoritarismo vigente no ambiente produtivo, principalmente com a população feminina imigrante, preta e pobre. Haja vista, que a cidade da realização da pesquisa possui uma população na sua grande maioria de pessoas brancas, com baixa consciência de classe e bebendo em valores violentos e retrógrados herdados do sistema patriarcal ocidental, disfarçados de valores nobres em defesa da família tradicional, da Pátria branca e de uma liberdade sem limites.

Verificou-se que o trabalho ocupa papel central na vida dessas mulheres, sendo o motivo principal que induz à migração, para mediante prática produtiva - trabalho, terem uma vida melhor e poderem ajudar tanto a família que está no Brasil, como a que ficou no Haiti. O que permite entender que em função do trabalho as territorialidades das relações de gênero no espaço doméstico para com os cuidados dos filhos foram des-territorializadas e re-territorializadas. Assim, se vê que a base material da sociedade des-territorializou relações de gênero conservadas pela tradição cultural daquele país, tradição essa influenciada pela estrutura política do patriarcado ocidental implantado pela colonialidade e disseminado pelas instituições de Estado e por valores e tradição da religião cristã.

Isso é possível, pois as mulheres haitianas ao terem um emprego fixo, remunerado e com jornada de trabalho estabelecida, contribuem efetivamente para suprir as necessidades da família o que leva elas a compartilharem com os maridos o bem-estar da família e consequentemente, a redução de tempo hábil para os cuidados e bem-estar dos filhos e algumas das atividades domésticas. Todavia, entende-se que, se não fosse pelo trabalho produtivo as territorialidades das relações de gênero no espaço doméstico permaneceriam conservadas. Aponta-se isso, em virtude de saber que os cuidados com os filhos que no Haiti é de responsabilidade da mulher, havendo lá uma clara divisão sexual do trabalho, no Brasil passa a ser compartilhado com os maridos.

No que tange aos cuidados com a saúde, percebeu-se a des-territorialização das relações de gênero em virtude da presença do Estado nessa área mediante existência do SUS. No Haiti a escassez de hospitais públicos e a condição socioeconômica dessas mulheres não permitia a elas cuidarem da saúde e de seu bem-estar de forma especializada quando necessitavam, fosse em casos de doença, pré-natal durante a gestação, consultas e exames de rotina, tratamentos e vacinação. Já no Brasil, a política pública democrática de saúde ressignificou a forma como essas mulheres passaram a cuidar de sua saúde e da saúde de seus filhos. Nesse caso, há a conservação de antigos hábitos, todas foram unânimes em relatar da importância e do quanto são felizes em poder contar com o SUS. Nem mesmo a autoridade do patriarcado e seu exercício sobre seus “corpos-territórios” e a vida dessas mulheres, pois como já mencionado, todas relataram dos benefícios do SUS.

Quanto a segurança, territorialidade bastante cara à vida dessas mulheres, constatou-se uma des-territorialização e uma re-territorialização em certa medida no que tange aos espaços públicos e até em certa medida no espaço doméstico. É sabido que as mulheres no Haiti sofrem com a violência praticada contra elas pelos homens em virtude da presença naquela sociedade do sistema político do patriarcado ocidental, no entanto, no Brasil em virtude da legislação brasileira Constituição de 1988, a Lei Maria da Penha e políticas públicas em defesa das mulheres, as territorialidades foram ressignificadas, pois elas foram unânimes em dizer que se sentem seguras no Brasil, situação que não era comum no Haiti em virtude da crise civil e do exercício do patriarcado ocidental. No entanto, são conscientes que a violência para com elas é contida, porém reconhecem que em graus diferentes ela ainda é praticada em relações afetivas entre marido e mulher.

Enfim, conclui-se que mesmo havendo des-territorialização das relações de gênero das mulheres haitianas nos espaços migratórios da cidade de Xanxerê, essas continuam em medidas e intensidades diferentes sendo territorialidades subalternas e à mercê do autoritarismo da estrutura política do patriarcado ocidental, de um Estado patriarcal e de instituições que conservam para com o “Outro” do patriarcado, valores e práticas que inferiorizam e marginalizam o ser mulher. E, que no século XXI ser mulher continua a ser um grande risco, seja devido as práticas machistas, sexistas e/ou misóginas, no entanto, há aberturas para se romper com o autoritarismo masculino e com a masculinidade tóxica que criam e instituem regras à mulher e definem relações de gênero subalternizadas, que é o campo da educação e da política.

Conclui-se dizendo, o caminho para ressignificar as relações de gênero e produzir territorialidades emancipadas é longo e árduo, no entanto, possível, mediante a muito enfrentamento e resistência pelo campo democrático que é o único campo de possibilidades para a materialização da equidade e da justiça social. Romper com a base econômica capitalista que tem no seu âmago a desigualdade, a opressão, a subalternização, a exploração, a subjugação, a marginalização e a coisificação, em que os “corpos territórios” de mulheres pretas e pobres é um terreno fértil para seu desenvolvimento e fortalecimento, é uma território esse, a ser enfrentado com muita luta política. Luta essa que deve cumprir com a função social de esclarecer a todos, mas em especial às mulheres, sobre a opressão a qual estão submetidas pelos interesses do capital e dos donos da propriedade privada dos meios de produção.

Esse enfrentamento deve ainda considerar a estrutura política do patriarcado ocidental imanente tanto no Estado e em todas as suas instituições, como na religião, mediante o debate e o diálogo em todos os espaços públicos democráticos considerando realizar o Giro decolonial do Estado de direito, em que a mulher por mais que tenha no Brasil sua cidadania reconhecida e seja sujeita de direito na sociedade brasileira está longe de ser cidadã de fato, sendo muitas vezes apenas cidadã de papel. O que compromete o exercício pleno de sua cidadania. Não basta a existência de leis é necessário para o enfrentamento sua materialização no cotidiano social.

E essa luta, não é apenas das mulheres de baixa condição socioeconômica e das mulheres pretas imigrantes em sociedade branca, essa luta é de todas e todos que defendem uma sociedade em que a diversidade seja um fato. Uma sociedade com valores plurais, com gêneros plurais, com condição física, sensorial e intelectual plurais, com idades plurais. Para isso, o esclarecimento é o único meio de combater a ignorância que resiste em se fortalecer, se manifestando pelas relações sociais de poder que territorializam o “Outro” do patriarcado, de forma subalterna com a finalidade de continuar sendo estrutura de poder dominante. O esclarecimento político é o caminho para orientar e conduzir o desenvolvimento civilizatório da humanidade, considerando valores que possam ser compartilhados por toda uma coletividade de forma a promover seu bem-estar e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AMORIM, Henrique Amorim; FERRAZ, Cristiano. Dialética e luta de classes: contradição e mediação no método de Karl Marx. **Temáticas**, Campinas/SP, Ano 15, n. 29, p. 47-63, jan./jun. 2007. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/tematicas_ano_15_n_29_-_checado_-_junho2017.pdf > Acesso 10 de outubro de 2024.
- ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires *et al.* **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 9. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2000.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Haiti**: dois séculos de história, de Everaldo de Oliveira Andrade. São Paulo: Alameda, 2019.
- ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação/interseccionalidades. **Revista Agenda Social**, v. 9, n. 2, p. 19 – 28, 2015. Disponível em: < <https://revistaagendasocial.com.br/wp-content/uploads/2022/07/volume-9-n-2.pdf> > Acesso em 15 de set. 2023.
- AZEVEDO, Célia M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Annablume, 1987.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/?format=pdf&lang=pt> > Acesso de 10 de setembro de 2024.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha n. 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 21 de maio de 2024.
- BRUIT, Héctor H. A invenção da América Latina. **Revista Mestrado História**. Vassouras, RJ, v. 5, 2003, p. 75-94.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTA, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, Out-Dez, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 18 de junho de 2022.
- CASIMIR, Jean. **O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos**. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 10, n. 2, Jul./Dez. 2012, p. 1-22. Disponível em: < file:///C:/Users/Windows/OneDrive%20-

%20unesco.edu.br/Documentos/O_Haiti_e_suas_elites_o_interminavel_dialogo_de_su.pdf
> Acesso em 15 de outubro de 2024.

CONSTANTINO, Nuncia Santos de. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: EST Edições, 1991.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In.*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Cap. 3, p. 51-66.

DALMASO, Flavia. Família. *In.* NEIBURGO, Federico (Org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019. Cap. 3. p. 53 – 79.

DATAMIGRA. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portal De Imigração Laboral**. Disponível em; <https://www.datamigraweb.unb.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>> Acesso em 10 de outubro de 2024.

DESROSIERS, M.; SEGUY, F. Haiti: as violações coletivas da Minustah. **Diário da Liberdade**. Portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos. Disponível em: <https://www.diarioliberalidade.org/america-latina/repressom-e-direitos-humanos/19674-haiti-as-violacoes-coletivas-da-minustah.html> Acesso em 20 de agosto de 2023.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidad y eurocentrismo*. *In.*: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 24–32. Disponível em: < <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>> Acesso em 30 de nov. de 2023.

EVANGELISTA, Felipe. *In.* NEIBURGO, Federico (Org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019. Cap. 5. p. 101 – 129.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000a.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

FALS BORDA, Orlando et al. **Investigación Participativa y praxis rural: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal**. Lima/Peru: Mosca Azul Editora, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

GOMES, Romeu. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. *In.*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Cap. 4, p. 67- 80.

GONÇALVES, Paulo C. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2012.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 80, 2008, p. 115-147. Disponível em: < file:///C:/Users/Windows/Downloads/rccs-697.pdf> Acesso em 16 de junho de 2022.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10. ed. Rio de Janeiro, 2005.

HANDERSON, J. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Ano 21, n. 43, p. 51-78, 2015.

HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e)migração internacional haitiana: o Brasil como novo espaço migratório. **Revista de estudos migratório Périplos**, Universidade de Brasília UnB, \ v. 1, n. 1, fev. set. 2017. p. 7–26. Disponível em < https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866. Acesso em 15 de set. 2024.

HUTTER, L. M. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 59-73, 1987. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/69906/72560>> Acesso em: 20 de outubro de 2024.

IBGE. Brasil/Santa Catarina/Xanxerê. 2022. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/xanxere/historico>> acesso em 14 de abril de 2024.

JOINT, L. A. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Pro-Posições**, Mai/Ago 2008. 181-191. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Documents/Publicado%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Documents/Publicado%20(1).pdf) Acesso em 18 de setembro de 2023.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In.*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_d_o_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf> Acesso de 10 de jan. de 2024.

MAPA.COM.BR. **Mapa do território de Xanxerê**. 2023. Disponível em: <https://www.mapas.com.br/brasil/santa-catarina/xanxere> Acesso em 12 de jan. de 2025.

MARTÍNEZ, Miguel. **Ciencia y arte en la metodología cualitativa**. México: Trillas, 2009. Disponível em: <

file:///C:/Users/Windows/Downloads/Ciencia_y_Arte_en_La_Metodologia_Cualita.pdf
Acesso em: 17 de julho de 2022.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas - 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editora Gedisa, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16080>> Acesso em 20 de dez. de 2023.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “Idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239 – 253, Maio/Ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/MXjkNYT8BhfGSkg38P46csk/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 29 de dezembro de 2024.

MIGNOLO, Walter, D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 30 de jan. de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Cap. 1, p. 9-27.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, M. J. DE; VEIGA, L. A.; SCHEER, M. A. P. As representações sociais como estratégia para investigar o trabalho com educação ambiental no ensino básico. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 5, n. 9, p. 226-245, 31 dez. 2024. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/21617>> Acesso em 29 de maio de 2025.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

QUÍJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. **Journal of world-systems research**. v.6, n.2, 2000, p. 342-386. Disponível em:

file:///C:/Users/Windows/Documents/admin,+Volume6Issue2Quijano.pdf > Acesso em 01 de jan. 2024.

QUÍJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. 1992. Disponível em: <<https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>> Acesso em 12 de out. de 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005a, Cap. 9, p. 117-142. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em 12 de out. de 2023.

QUÍJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina. Dossiê América latina. **Estudos Avançados**. n.19, (55), dez. 2005b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?format=pdf&lang=en> Acesso em 20 de out. 2023.

QUÍJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. *In.*: NOVAES, Adauto. **Oito visões da América Latina**. São Paulo, Editora Senac, 2006. Cap. 3. p. 49-86.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, N. R. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: A migração feminina haitiana em Santo Domingo. **REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 15. n. 29. 2007. Disponível em <<https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/58/50>> Acesso em 18 de janeiro de 2024.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In.*: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAMPAIO, Juliana *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface – Comunidade Saúde Educação**, Pernambuco, 18 Supl 2, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 17 de julho de 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 5. ed. Rev. Atual. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. *In.*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. 2019. Londrina/PR, Madreperóla, p. 20-40.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In.*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processo e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Cap. 4. p. 73 – 94.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e identidade. *In.*: ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP, 20-26 Mar. 2005. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/36.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEWVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, 2009, p. 03-16, 2020b. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437/5497>> Acesso em 10 de jan. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio; GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto. A valorização territorial e multidimensional do patrimônio de Francisco Beltrão/PR. **Campo Território**: Revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, Ago. 2009, p. 98-120. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11912>>. Acesso em 18 de jan. 2024.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y Patri arcado Moderno: expansion del frente estatal, modernizacion, y la vida de las mujeres. *In*: **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração no Sul do Brasil**: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico. Passos Fundo: Acervus, 2022. Disponível em: https://www.acervuseditora.com.br/_files/ugd/4fa498_e134cecc3f75496fb6de003222527cb9.pdf> acesso em 20 de agosto de 2023.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos**, n. 86, mar. 2010. p. 23 - 39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Dkcx85cdXSYCns4JShmgC3x/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 de ago. de 2023.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1889-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2016 2015.

VANNINI, Ismael Antônio. Imigração italiana: a ocupação da (RCI), região colonial italiana do Rio Grande do Sul e a corrente migratória ítalo-descendente para o oeste catarinense 1875 – 1950. **Akrópolis**, Umuarama, v. 24, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/6055/3376> Acesso em 18 de outubro de 2024.

VENDRAME, Máira I. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

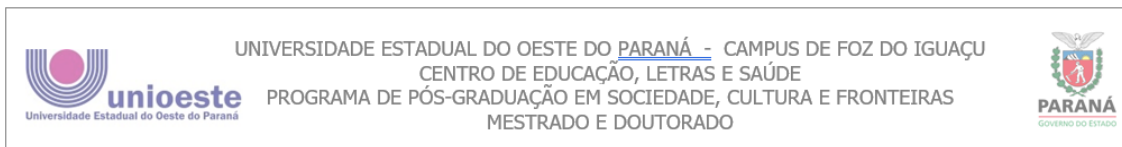
VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP. v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: < <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250> > Acesso em 16 de setembro de 2024.

WALLESRTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974. Volume 2.

XANXERÊ. **Prefeitura**. Disponível em: <https://www.xanxere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/4786>. Acesso em: 24 jan. 2024.

APÊNDICE A

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRURADAS



1. Qual é seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. De quem foi a decisão de vir para o Brasil?
4. A quanto tempo a senhora está no Brasil?
5. Como foi sua viagem do Haiti até o Brasil?
6. Tens filhos? Estão no Brasil? Nasceram no Brasil?
7. Qual é sua religião no Haiti?
8. Qual era sua participação na religião?
9. A senhora foi à escola no Haiti?
10. A senhora trabalhava no Haiti? Em que?
11. Qual era sua função no casamento?
12. No Haiti de quem é a responsabilidade pela educação dos filhos?
13. Como é a relação marido e mulher no Haiti?
14. Como a senhora descreveria a participação das mulheres na sociedade do Haiti?
15. Como é ser mulher no Haiti?
16. Quais eram as dificuldades para a senhora no Haiti?
17. A senhora se sentia segura no Haiti?
18. Como a senhora cuidava da saúde no Haiti?
19. Como foi a viagem que lhe trouxe até Xanxerê?
20. Em algum momento houve arrependimento em vir para o Brasil?
21. Hoje, a senhora trabalha? Onde? A quanto tempo?
22. Como a senhora se sente em seu trabalho?
23. Como é a relação com seu patrão ou superior e seus colegas de trabalho?
24. A senhora desenvolve alguma outra função aqui no Brasil, além de seu trabalho?
25. Como é ser mulher haitiana no Brasil?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
MESTRADO E DOUTORADO



26. Existe dificuldades em ser mulher haitiana aqui no Brasil?
27. Aqui no Brasil de quem é a responsabilidade em cuidar dos filhos?
28. A senhora já passou por algum constrangimento aqui no Brasil por ser mulher?
29. Qual a diferença entre ser mulher no Haiti e ser mulher aqui no Brasil?
30. Como a senhora cuida da saúde aqui no Brasil?
31. A senhora se sente segura no Brasil?